



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA – NEB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

GRACIETE PANTOJA ANTUNES

**VIVÊNCIAS DOS JOVENS MILITANTES LGBTQIA+ EM FACE ÀS MANIFESTAÇÕES  
HOMOFÓBICAS PRESENTES NO CONVÍVIO SOCIAL E ESCOLAR EM IGARAPÉ-MIRI,  
PARÁ.**

**BELÉM  
2022**

GRACIETE PANTOJA ANTUNES

**VIVÊNCIAS DOS JOVENS MILITANTES LGBTQIA+ EM FACE ÀS  
MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS PRESENTES NO CONVÍVIO SOCIAL E  
ESCOLAR EM IGARAPÉ-MIRI, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará, como pré-requisito final para obtenção do título de mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica. Linha de pesquisa: Currículo da Educação Básica.

Orientador: 1 Prof. Dr. Wladirson Ronny da Silva Cardoso (*in memória*)

Orientadora: 2 Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato.

**BELÉM  
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo  
com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat**

---

- A627v Antunes, Graciete Pantoja.  
Vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às  
manifestações homofóbicas presentes no convívio social e  
escolar em Igarapé-Miri, Pará / Graciete Pantoja Antunes. —  
2022.  
134 f. : il. color.
- Orientador 01: Prof. Dr. Wladirson Ronny da SilvaCardoso.  
(In memória)  
Orientador 02: Prof<sup>fa</sup>. Dra. Vivian da Silva Lobato.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica,  
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da  
Escola Básica, Belém, 2022.
1. Jovens militantes e educação. 2. LGBTQIA+. 3.  
Homofobia. 4. Convívio social. 5. Escolarização. I. Título.

GRACIETE PANTOJA ANTUNES

**VIVÊNCIAS DOS JOVENS MILITANTES LGBTQIA+ EM FACE ÀS  
MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS PRESENTES NO CONVÍVIO SOCIAL E  
ESCOLAR EM IGARAPÉ-MIRI, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, da Universidade Federal do Pará, como pré-requisito final para obtenção do título de mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica. Linha de pesquisa: Currículo da Educação Básica.

Data de Aprovação: 24/08/2022

**Banca examinadora:**

---

**Prof.ª Drª. Vivian da Silva Lobato**  
(Presidente – Orientadora – PPEB/UFPA)

---

**Prof. Dr. Flávio Corsini Lirio**  
(Membro externo – Universidade Federal de Roraima)

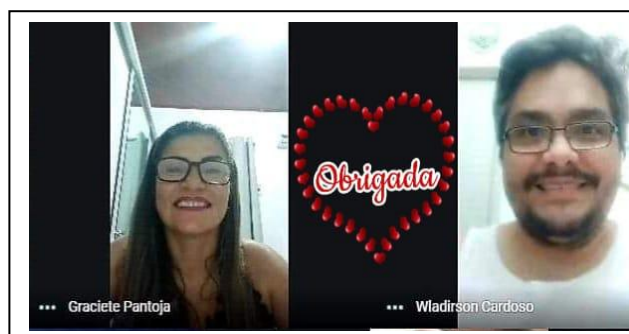
---

**Prof.ª Drª. Maria José Aviz do Rosário**  
(Membro interno – PPEB/UFPA)

---

**Prof.ª Dra. Clarice Nascimento de Melo**  
(Suplente- PPEB/UFPA)

Dedico este trabalho ao meu eterno orientador Professor Dr. Wladirson Ronny da Silva Cardoso (*in memória*), que teve sua vida ceifada pela COVID-19 no auge desta produção. Por todos os conhecimentos que construímos juntos, pelas grandes e lindas lições de vida, para sempre será lembrado com carinho, respeito e admiração. Doeu muito dizer-lhe adeus, professor, mas resta o consolo de saber que sua marca neste mundo nunca desaparecerá.



Fonte: arquivo da autora.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, sem ele, os recomeços necessários seriam muito mais difíceis.

A minha orientadora, **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Vivian da Silva Lobato**, por ter aceitado o desafio de receber uma orientanda com a pesquisa em andamento, pela paciência e orientação neste trabalho, pela amizade formada ao longo desse período, pelo incentivo, nunca esquecerei de suas mensagens: *“você é capaz, você vai conseguir, força na peruca!”* Na vida precisamos de pessoas generosas e amáveis que nos incentive a trilhar novos caminhos e a compreender os desafios dessa sociedade excludente e desigual. Você sempre terá um lugar especial em meu coração. Obrigada Professora!

Aos membros da minha banca de qualificação Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria José Aviz do Rosário (professora Zezé) e ao Professor Dr. Flávio Corsini Lirio, muito obrigada pelas valiosas contribuições na minha pesquisa.

Aos meus filhos, minha razão de viver, Luane e Lucas, que sentiram a minha ausência, me apoiaram nas dificuldades e me encorajaram, fazendo com que esta fosse uma das melhores fases da minha vida. Obrigada meus amores, a nossa vitória tem sabor de mel.

Aos meus pais Geraldo Pompeu Pantoja (in memória) e Maria das Graças Ferreira Pantoja a quem agradeço, pois foram as bases para me tornar a pessoa que sou hoje.

A minha irmã Gracilene Pantoja, minha inspiração, que sempre me estendeu as mãos nos momentos difíceis, você não é apenas minha melhor amiga, mas é também o meu maior orgulho.

Ao meu namorado Wlisses Marques, uma pessoa muito especial que Deus colocou em minha vida para me fortalecer nesta jornada tão intensa, que divide comigo as vitórias e os insucessos, as tristezas e alegrias num caminhar de muita cumplicidade.

A minha sogra Zinha Oliveira, um exemplo de mulher, que além de me tratar como filha, me incentiva e me inclui em suas orações.

A Giselle Pureza que sempre estendeu sua mão amiga para “salvar” o meu computador dos pane, além de me orientar sobre o uso das plataformas virtuais nas

aulas remotas. Os desafios com as aulas remotas foram muitos, mas ter as pessoas amigas ao nosso lado fez tudo ser melhor. Obrigada pela sua ajuda!

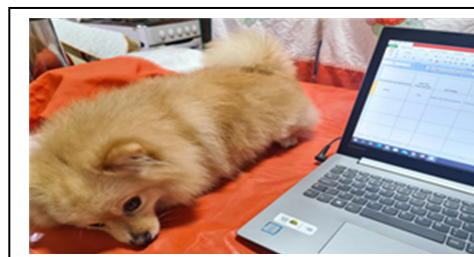
Aos jovens militantes LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, participantes da pesquisa que permitiram tratar de suas vivências no convívio social e escolar, é um desafio para a nossa realidade, sobretudo, nesse último período com a ascensão de grupos conservadores que têm desmontado as políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e a homofobia. Agradeço a doação e o mergulho comigo nesta pesquisa que, para mim descrever a própria história de enfrentamento ao preconceito e de romper com o ciclo de violação, indica que somos frutos e sujeitos de nossa história em meio a um processo dialético.

Aos professores e demais servidores do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB que, sem sombra de dúvidas, são de uma competência avassaladora, obrigada por tanto compromisso em construir conhecimentos de qualidade.

Aos colegas do mestrado, companheiros/as importantes na vivência acadêmica, nas alegrias e no enfrentamento das angústias, obrigada pelo incentivo e parceria, o apoio de vocês foi essencial no momento que me senti devastada com a partida do meu orientador Wladirson.

E, não poderia deixar de registrar meus agradecimentos ao meu eterno amigo/irmão Professor Dr. Raimundo Sérgio Farias Junior, meu incentivador, que me ajudou a crescer quando exaltou minhas qualidades, fazendo com que me orgulhasse delas e continuasse persistente na busca pelos meus objetivos. Amigos especiais, são flores no jardim da vida, crescem e se transformam em amor e lealdade. Obrigada por tudo meu amigo, te amo!

Por último, quero agradecer ao meu neto de quatro patas, nosso pacotinho de amor embrulhado em pelos que se chama **Lup**, ele que em todos os momentos da elaboração deste texto esteve do meu lado.



Enfim, a cada um que de alguma forma participou desse processo, que esteve presente em minha vida neste período me acompanhando e me encorajando nessa travessia. Muito obrigada!

## RESUMO

O estudo se desenvolveu no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica na Universidade Federal do Pará (PPEB/UFPA), na linha de pesquisa: Currículo da Educação Básica. Tem como objetivo geral analisar as vivências de jovens militantes LGBTQIA+ no processo de escolarização em face às diversas manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, com entrevistas semiestruturadas a 04 (quatro) militantes LGBTQIA+ que já concluíram a educação básica e participaram dos primeiros movimentos para concretizar a militância em Igarapé-Miri. No decorrer da pesquisa evidenciou-se um conjunto de práticas homofóbicas tanto no âmbito social quanto familiar e escolar, assim como identifica-se que em função dessas práticas de estigmatização e exclusão os sujeitos/as participantes desta pesquisa, tiveram seu processo de escolarização ameaçado. Como resultado do estudo, destaca-se o preconceito e a homofobia, como problemas que excluem os jovens da perspectiva da sociedade, já que muitas práticas agressivas ocorridas dentro e fora das escolas são oriundas da falta de respeito às diferenças, e isso envolve as diferentes culturais, aprendizados e valores. Nesse sentido, observamos que torna-se relevante a escola ter um currículo amplo, voltado para as várias dimensões sociais a qual está inserida, possibilitando a formação de cidadãos críticos e reflexivos, já que a escola é, muitas vezes, a única esperança de reversão das expectativas de cada estudante, ou seja, dentro da instituição com seus muros escolares acreditam que serão protegidos e munidos do direito de serem tratados com justiça e equidade, independente da sua capacidade de concentração, orientação sexual, raça e condição econômica.

**Palavras-chave:** escola; convívio social; LGBTQIA+; homofobia.



## ABSTRACT

The study was developed within the scope of the Graduate Program in Curriculum and Management of the Basic School at the Federal University of Pará (PPEB/UFPA), in the line of research: Basic Education Curriculum. Its general objective is to analyze the experiences of young LGBTQIA+ activists in the schooling process in the face of the various homophobic manifestations present in social and school life in Igarapé-Miri, Pará. The methodological approach adopted is qualitative, with semi-structured interviews with 04 (four) LGBTQIA+ militants who have already completed basic education and participated in the first movements to achieve militancy in Igarapé-Miri. In the course of the research, a set of practices was evidenced both in the family and school social context, as well as the research that, due to stigmatization and exclusion practices, the participants of this research, had its schooling process of stigma. As a result of the study, prejudice and homophobia stand out as problems that exclude young people from the perspective of society, since many aggressive practices that occur inside and outside schools come from the lack of respect for differences, and this involves the different cultures, learning and values. In this sense, we observe that it becomes relevant for the school to have a broad curriculum, focused on the various social dimensions in which it is inserted, enabling the formation of critical and reflective citizens, since the school is often the only hope of reversal. expectations of each student, that is, within the institution with its school walls, they believe that they will be protected and provided with the right to be treated with justice and equity, regardless of their ability to concentrate, sexual orientation, race and economic condition.

**Keywords:** school; social experiences; LGBTQIA+; homofobia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Perfil dos participantes da pesquisa, contendo idade, orientação sexual, etnia, escolaridade e profissão.....	27
Quadro 2 -	Dados sobre a realização das entrevistas.....	29
Esquema 1 -	Três fases de análise dos dados por Bardin (2016).....	31
Figura 1 -	Jornal lampião da esquina .....	49
Figura 2 -	Jornal ChanacomChana.....	51
Tabela 1 -	Evolução e agravamento dos casos de morte de LGBTQIA+ ocorrido no Brasil entre os anos de 2000 a 2020.....	56
Figura 3 -	Portarias de nomeação de Paola em 2009 (Conselho Estadual de Diversidade Sexual) e 2011 (Coordenadora de Proteção à Livre Orientação Sexual – SEJUDH).....	80
Figura 4 -	“Estrela’s decorações e Buffet” .....	87

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e transexuais
CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CTA/SAE	Centro de Testagem Aconselhamento e Consulta Especializada
EAD	Educação a Distância
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
NECAD	Núcleo de Educação à Distância
ONGs	Organizações Não Governamentais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNISA	Universidade de Santo Amaro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Homofobia na família e na escola: o encontro com o tema.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Abordagens da pesquisa.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2</b>	<b>Procedimentos da pesquisa.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3</b>	<b>Pesquisa de campo.....</b>	<b>26</b>
<b>2.4</b>	<b>Coleta de dados.....</b>	<b>27</b>
<b>2.5</b>	<b>Tratamento e análise dos dados.....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>FILOSOFIA DA DIFERENÇA: EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA E HOMOFOBIA, O QUE DIZEM OS AUTORES?.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2</b>	<b>Escola, heteronormatividade e homofobia.....</b>	<b>45</b>
<b>4</b>	<b>MILITÂNCIA LGBTQIA+ E A LUTA PELA VISIBILIDADE NO BRASIL.....</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>VIOLÊNCIA CONTRA MILITANTES LGBTQIA+ NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ESTUDO.....</b>	<b>54</b>
<b>5.1</b>	<b>Contextualização de Igarapé-Miri .....</b>	<b>54</b>
<b>5.2</b>	<b>Violência contra militantes LGBTQIA+ em Igarapé-Miri.....</b>	<b>54</b>
<b>5.3</b>	<b>Violência no âmbito familiar em face às manifestações homofóbicas.....</b>	<b>69</b>
<b>5.4</b>	<b>Entre as esquinas e passarelas: os primeiros ensaios de resistência e constituição da militância.....</b>	<b>75</b>
<b>5.5</b>	<b>Da esquina para o banco: processo de constituição da militância.....</b>	<b>78</b>
<b>5.6</b>	<b>Paradas LGBTQIA+ como mecanismo de luta da militância.....</b>	<b>82</b>
<b>5.7</b>	<b>Persistência e avanços: a militância LGBTQIA+ floresce em Igarapé-Miri.....</b>	<b>83</b>
<b>6</b>	<b>VIVÊNCIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: O QUE CONTAM OS JOVENS MILITANTES LGBTQIA+ em Igarapé- Miri?.....</b>	<b>91</b>
<b>6.1</b>	<b>Homofobia: fatores impactantes na escola.....</b>	<b>91</b>
<b>6.2</b>	<b>O Ensino médio chegou e o tratamento não mudou.....</b>	<b>97</b>

<b>6.3</b>	<b>Banheiros escolares: propulsores de diferenças de gênero e obstáculos para estudantes LGBTQIA+.....</b>	<b>105</b>
<b>6.4</b>	<b>Estratégia de resistência na vivência escolar.....</b>	<b>110</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE B - APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>137</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>138</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Demore o tempo que for para ver o que você quer da vida e depois que decidir não recue ante nenhum pretexto, porque o mundo tentará te dissuadir (OLIVEIRA, 2016<sup>1</sup>).

Historicamente a sociedade brasileira reproduz e naturaliza relações sociais desiguais e opressoras, sendo machista, heterossexista, racista e homofóbica, na qual nascer com a orientação sexual<sup>2</sup> “anormal”<sup>3</sup>, diferente do padrão, que a heterossexual, é sinônimo de vergonha para alguns, medo de outros e desconhecimento por muitos. Por isso, a militância LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais), enfrenta diversos desafios em seu convívio social, familiar e escolar, sendo discriminados, tratados de maneira diferente, alvos de diversas violências, o que lhes causa dor, sofrimento e até morte.

Esses sujeitos são vítimas de ações preconceituosas que reverberam em uma sociedade heteronormativa, que se refere a um conjunto de dispositivos disciplinares que estabelecem a heterossexualidade como possibilidade única de vivência normal da sexualidade humana (JUNQUEIRA, 2012). Tais ações são grandes marcadores de angústia daqueles que são lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros, posto que a eles é direcionado as vivências de ódio e intolerância que, prontamente, recaem sobre aqueles que não se sujeitam aos condicionantes das normas de gênero, considerando-os como aberrações, antinaturais, doentes e desajustados.

E, considerando as nuances que a homofobia possui e que perpassam a sociedade, sobretudo, nos níveis institucionais, a vivência da sexualidade, pelos

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, R. T. **Não desperdice seu potencial**: reflexões sobre a trajetória de um graduando. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, ES, 2016. Disponível em: <https://cefd.ufes.br/> Acesso em: 14 mar. 2022.

<sup>2</sup> Entende-se por orientação sexual o desejo sexual da pessoa estar direcionado a esse ou aquele sexo biológico. Dessa forma, a orientação sexual de uma pessoa depende de sua identidade pessoal, os seja, por quem ela sente atração sexual: se por pessoa do mesmo sexo, homossexual; se por pessoa do sexo oposto, heterossexual; se por ambos os sexos, bissexual; ou se por ninguém, abstinência sexual. O importante é saber que a identificação sexual irá depender da identificação pessoal, por quem a pessoa se sente atraída. Lembrando que o “sentir-se atraído” não é uma opção, mas um sentir involuntário (VECCHIATTI, 2008).

<sup>3</sup> Termo inadequado e medieval utilizado pelos homofóbicos e conservadores para caracterizar a orientação sexual da comunidade LGBTQIA+ (LIMA, 2020).

adolescentes e jovens, fora dos parâmetros da norma heterossexual passa a ser a prerrogativa para uma série de violências legitimadas pelo preconceito.

Duarte (2020) confirma que a violência contra esses sujeitos nas instituições de ensino são múltiplas e se expressam por meio de xingamentos e comentários preconceituosos, do isolamento social, da patologização, da exposição a situações constrangedoras que podem resultar em sua “expulsão” da escola, por sentirem-se em um ambiente hostil ou humilhante.

O referido autor nos faz refletir sobre a magnitude do desafio enfrentado pelos militantes LGBTQIA+, que precisaram/precisam sobreviver à escola básica em um processo, minimamente, de uma dupla exclusão, haja vista que a escola é excludente em sua natureza classificatória e, também é, por seu viés heteronormativo.

Para Foucault (2019), toda e qualquer manifestação preconceituosa ou discriminatória dentro das escolas é a manifestação da legitimação do poder disciplinar onde este poder não se exerce de maneira coercitiva, mas sim na forma de um discurso verdadeiro da realidade. A norma é legitimada pelos discursos dos dispositivos do poder, ela circula através deles, e a escola, por ser um desses dispositivos que perpetua a norma da heterossexualidade.

Esse desrespeito e as diferentes formas de violências são desfavoráveis à saúde mental e física de pessoas que não se enquadram no padrão heteronormativo, fazendo então da escola um ambiente potencialmente lesivo a alunos e funcionários LGBTQIA+.

Costa *et al.* (2013) ressalta que esses sujeitos têm vivenciado situações de vulnerabilidade social no que diz respeito aos seus direitos humanos como cidadãos, não apenas no âmbito escolar e familiar, mas em todas as áreas de suas vidas, em virtude de não experienciar o padrão heteronormativo vigente em nossa sociedade e por isso, passam a sofrer represálias.

Para Butler (2016) essas vidas que não são consideradas potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigadas a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e das exposições diferenciadas a violência e a morte.

A esta rejeição e/ou ódio direcionado a esses sujeitos, atribui-se o nome de homo/transfobia, fenômeno social relacionado à discriminação, preconceito e violência contra a população LGBTQIA+ (BORRILLO, 2010; JUNQUEIRA, 2009).

A pertinência deste processo é decorrente de um país colonizado, de forte influência religiosa, onde o patriarcado e o machismo consubstanciam os discursos e práticas sobre a sexualidade e não abrange apenas as famílias, mas atravessa a sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2015).

A partir dessa reflexão, entende-se que as vivências dos militantes LGBTQIA+ seja um exercício de constantes negociações, resistências e assujeitamentos com forte impacto nos projetos de vida. Para tanto, apresentamos a seguinte problemática: Quais as vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará?

Objetivo geral: Analisar as vivências de jovens militantes LGBTQIA+ no processo de escolarização em face às diversas manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará.

Objetivos específicos: 1) Identificar e analisar o histórico da militância e a luta pela visibilidade dos LGBTQIA+ em âmbito nacional e local; 2) Analisar a violência contra militantes LGBTQIA+ no Brasil e no convívio social do local de estudo; 3) Analisar as vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ na escola básica miriense.

### **1.1 Homofobia na família e na escola: o encontro com o tema**

Este tópico vai tratar da manifestação homofóbica, construída por meio das referências negativas da homossexualidade em dois importantíssimos ambientes sociais: família e escola, o que levou a autora ao encontro com o tema.

De acordo com Junqueira (2012), o termo homofobia surgiu nos anos 70, nos Estados Unidos, está presente em todos os locais e quase sempre resulta na aversão, ódio, violência verbal, física e muitas vezes em mortes.

Para Frazão e Rosário (2008), geralmente a homofobia está presente na família dos homossexuais, a maioria das pessoas que têm relações homossexuais ou de qualquer forma tenha uma orientação diferente da aceita pelo seio social ao fazer a revelação, majoritariamente leva a uma crise familiar a qual resulta em xingamentos, agressões físicas e psicológicas, deixando marcas que talvez nunca sejam reparadas.

Nesse sentido, Daniel Borrillo assinala:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que,



supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo constante de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização da sexualidade e, dessa postura, extrai consequências políticas (BORRILLO, 2010, p. 34).

Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária. Nietzsche (2009) aponta isso como circunstância em favor do ódio, do despeito, da suspeita do rancor, da vingança, que nasce do próprio espírito de ressentimento.

O homossexual conhece a homofobia, primeiramente, no próprio ambiente familiar e, talvez, essa seja a pior delas. Contudo, seu impacto, na vida desses sujeitos, vai depender do grau de homofobia existente naquela família, no grau de intervenção de agentes que ousarão falar contra essa homofobia e de quão consistentes são os ataques homofóbicos vivenciados por essa pessoa.

O processo de educação no seio familiar, como em todos os outros ambientes, é baseado em um modelo heteronormativo, e na minha família isso não foi diferente. De família tradicional, minha mãe teve onze filhos e todos cresceram com referências e práticas a doutrina religiosa, meus pais começaram a frequentar a igreja evangélica, quando a maioria dos seus filhos ainda eram crianças, a “mais velha” dos onze, estava na fase da adolescência.

E na vivência com o ensinamento religioso, uma das regras consideradas importantes era que todos os seres humanos devem se sentir atraídos por pessoas do sexo oposto. Logo, as diretrizes da família tradicional cristã são capazes de inserir o indivíduo em ambientes de tensões discursivas que subjetivam os sujeitos, instituem diferenças, segregam e fortalecem preconceitos.

[...] essa escola de pensamento que a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos guiam seu comportamento, [...] consiste no que quer que seja que alguém tem de saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros, dessa forma um subjetivo extremo é casado a um formalismo extremo (GEERTZ, 2019, p. 8).

Geertz (2019) enfatiza que se vivência um hiato de informações entre o que o corpo diz e o que se deve saber a fim de funcionar, há um vácuo que devemos preencher e é completado com informação ou desinformação fornecida pela cultura familiar. Desse modo, as famílias cumprem as premissas da heteronormatividade, investindo pesado e de modo inconsciente para que seus filhos e filhas se tornem heterossexuais correspondentes ao seu sexo biológico.

E foi exatamente nesses moldes que se deu a minha criação e de todos os meus dez irmãos, até que chegou a notícia inesperada. Certo dia mamãe recebeu uma senhora em sua casa que foi comunicar-lhe um caso amoroso de minha irmã (número 10) com a nora dela, imediatamente mamãe chamou meus irmãos que residiam nas proximidades, comunicou o fato e disse que estava passando mal, não aceitava aquela situação, que a alma de papai deveria está chorando naquele momento (papai é falecido) e daí em diante uma “batalha” foi travada, os irmãos observavam o desespero da mamãe e reuniram-se para interrogar a irmã apontada, mas ela negava tudo.

Mesmo assim, mamãe não parava de lamentar sobre o seu sentimento de vergonha, enfatizava que todos os ensinamentos oferecidos aos filhos foram baseados em doutrina cristã, preocupava-se com os comentários dos vizinhos e ficava inquieta com os possíveis pensamentos e falatórios das pessoas da comunidade quando souberem de “uma coisa dessas” e toda aquela situação parecia uma tragédia na família.

Passados alguns dias, aconteceu o que mamãe mais temia, a notícia se espalhou pela localidade. Acusada de estar namorando com uma pessoa do mesmo sexo, essa irmã começou a ser discriminada pelos colegas da escola, que a chamavam de “sapatona”, “sapatinha” “macho e fêmea”, etc. Ela não comentava nada em casa, mas demonstrava desânimo quando aproximava a hora de ir para escola, mamãe ficava sabendo através de outras pessoas, e dizia: “bem feito” isso é para ela parar de ficar andando atrás de mulher”. E comentava com os demais filhos e todos de alguma forma apoiavam que era “bem feito”.

Desse modo, a cultura homofóbica construída por meio das referências negativas da homossexualidade se intensificou no ambiente escolar e familiar resultando em xingamentos e até mesmo em quebra de aparelho celular (para impedir qualquer comunicação com a outra “sapatona”). Diante de tudo isso, e para fugir dos xingamentos, ela decidiu passar alguns dias em minha residência em

Igarapé-Miri, no dia de voltar para casa de mamãe, foi deixada em uma embarcação, no entanto, não chegou ao destino combinado, desviou o caminho e resolveu morar e estabelecer uma relação conjugal com uma mulher.

Percebendo a ausência da filha, mamãe ligou-me e perguntou o que havia acontecido, houve um grande susto, imaginava que ela havia viajado e estivesse segura na companhia de familiares, foi quando bateu o desespero, diante de tentativas de procura, ligações para várias pessoas e ninguém sabia o paradeiro dela, não se aceitava que ela seria capaz de ter tomado tais decisões.

Por volta de 22h ela ligou avisando sobre o seu paradeiro, estava bem e morando com a mesma pessoa que mamãe não aceitava e estava em Igarapé-Miri, já que sua parceira conseguiu uma casa para morarem juntas. Minha mãe ouvindo isso desabou, os irmãos ficaram enfurecidos. A reação da maioria das famílias é fruto de uma realidade patriarcal, por isso, leva um tempo para aceitar a homossexualidade dos filhos, Silva (2007) aponta que, um dos argumentos utilizados por pessoas que não compreendem a homossexualidade é que a orientação sexual é uma aberração a qual contraria a natureza humana, portanto, são pessoas sem dignidade e desmerecedoras das bênçãos de Deus.

Corroborando Silva (2007), foi exatamente assim a reação da família, no dia seguinte mamãe ligou atribuindo toda a culpa do ocorrido a minha pessoa, pois ela estava sob a responsabilidade da irmã mais velha na residência de sua propriedade e a “tinha deixado fugir”, dessa forma tinha a obrigação de buscá-la imediatamente

A sensação foi de revolta, primeiramente houve muito choro e quando estava na rua com a intenção de encontrá-la, deparei-me com uma viatura da polícia militar, fiz parar e disse que precisava de ajuda, após relatar que minha irmã estava desaparecida e tinha informação do possível paradeiro.

Os Policiais acreditando em minha versão, imediatamente pediram para entrar na viatura e fomos até a casa onde estava a irmã “desaparecida”, ao chegar lá o PM bateu na porta, ela abriu a janela com o documento de identidade na mão, entregou para o policial militar e disse: *“o que vocês querem aqui? Eu sou maior de idade, sou lésbica e tomei a decisão de morar junto com minha namorada, o problema é que minha família é um bando de homofóbicos, preconceituosos que não aceitam que eu viva com uma pessoa do mesmo sexo”*.

Diante dessa resposta, ocorreu um momento de instabilidade emocional, perdeu-se o controle e houve tentativas de empurrar a porta, o policial militar

segurou-me, então começaram as ofensas com palavras de cunho homofóbico, advertida pelos PMs, eles convidaram-me a entrar na viatura e vir embora porque já estava tudo esclarecido na visão das autoridades policiais.

Passado algumas horas ela procurou a delegacia e foi registrar um Boletim de Ocorrência contra mim, detalhou tudo para o delegado o que havia acontecido, mas não foi possível fazer o registro, o sistema estava fora do ar. Quando ela foi embora, o delegado ligou para meu cunhado, advogado, e começou a relatar a situação e sua perplexidade ao presenciar o ocorrido, ele reconheceu-me de um caso de assalto anterior no Polo da Universidade onde eu atuava como gestora, fazia menos de um mês que estive na delegacia para receber os equipamentos recuperados, na conversa com meu cunhado, ele referia-se a mim como uma mulher educada e elegante, que jamais imaginava a intenção de agredir a própria irmã por ela ter tomado tal atitude.

Diante do exposto, meu cunhado foi até minha residência, falou que tinha voltado da delegacia e não esperava tais comportamentos de minha parte, além do processo formativo, tenho uma história na educação do meu município e esse fato poderia repercutir em minha carreira profissional, já que a homofobia é crime, de acordo com o artigo 3º, inciso IV da Constituição Brasileira devemos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 1) .

Ressaltou ainda que no Código Penal Brasileiro, artigo 140, os crimes de homofobia podem ser enquadrados como crimes contra a honra e lesões corporais: “Injuriar alguém, lhe ofendendo a dignidade ou o decoro” (BRASIL, 1940, não paginado).

Pedrosa (2006) corrobora que atos homofóbicos incluem opressão premeditada, discriminação, assédio moral e violência física, além de referir a uma expressão de atitudes e comportamentos negativos de medo ou ódio contra gays, lésbicas e transgêneros.

É importante ressaltar que dentre esses atos homofóbicos que o autor se refere, a família optou pelo silêncio da rejeição, em reunião ficou decidido que todos ficaríamos em “silêncio” em relação ao assunto, ninguém atenderia as ligações dela. Nietzsche (2009) chama isso de sensação exaltada de poder, desprezar e maltratar alguém como “inferior”.

O desprezo familiar causou impactos negativos na saúde mental da minha irmã, começou a passar mal, teve excesso de ansiedade seguido de vômito, perda de sono, inclusive surtos. Desse modo, fica evidente que a discriminação gera consequências às quais comprometem o bem-estar mental, principalmente naqueles que não conseguem encontrar apoio familiar. Campos e Alves (2015) assinalam que muitos casos de sofrimento psíquico ocorrem em relação à quebra de convivências familiares quando há o descobrimento da orientação sexual de seus filhos, seja ela lésbica, gay, travesti, bissexual ou transexual.

Com o agravamento do problema, minha irmã retornou para casa da mamãe dizendo que estava arrependida, precisava de cuidados porque estava tendo crises de choro e mal-estar. Ela foi bem recebida pela família e iniciou o tratamento/acompanhamento com psicólogo e psiquiatra, mas a ansiedade e a falta de sono já estavam em estágio avançado.

Diante de melhoras significativas com o tratamento, retornou aos estudos, foi aprovada em Letras na UFPA, campus Abaetetuba, veio morar comigo para estudar, teve total apoio com moradia, alimentação, material acadêmico e transporte. De forma discreta continuou os encontros com a namorada, mas fazia de tudo para não levantar suspeitas, pois o medo de perder o curso e voltar para casa da mamãe falava mais alto.

Passados dois anos, ela engravidou, mamãe ficou muito feliz e dizia: *“minha filha não é mais sapatona”*. Ofereci o apoio necessário a ela durante a gravidez, não a deixei parar de estudar. O suposto pai não apareceu para assumir a responsabilidade quando a criança nasceu, uma de nossas irmãs, que não pode gerar filhos, assumiu o compromisso dos cuidados e adotou a criança, enquanto a outra continuava com os estudos.

Mas a felicidade da mamãe diante da evidência de que a filha havia deixado de ser *“sapatona”* durou pouco, ela resolveu publicizar a relação com a namorada e novamente as violências de gêneros tornaram-se corriqueiras, mas agora de forma mais sutil, por meio de piadas e/ou comentários de cunho depreciativo, por parte de alguns membros da família. Ela resistia aos *“ataques”* chamando-os de homofóbicos e preconceituosos.

Diante desse cenário, todas essas vivências e experiências conduziram-me ainda mais a querer estudar profundamente a temática em questão. O trabalho percorreu o seu trajeto a partir da seguinte estruturação:

A seção 2 trata da metodologia incluindo: abordagem da pesquisa, procedimentos e técnicas utilizados, tratamento, análise e interpretação de dados.

A seção 3 aborda o ensaio teórico que envolve aspectos relativos à Filosofia da diferença-educação escolar básica e homofobia; Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade; Escola, heteronormatividade e homofobia.

A seção 4 trata da militância LGBTQIA+ e a luta pela visibilidade no Brasil.

A seção 5 trata da violência contra militantes LGBTQIA+ no Brasil e no município de estudo; Violência no âmbito familiar em face às manifestações homofóbicas; Entre as esquinas e passarelas: os primeiros ensaios de resistência e constituição da militância; Da esquina para o banco: processo de constituição da militância; Parada LGBTQIA+ como mecanismo de luta da militância; Persistência e avanços: a militância LGBTQIA+ floresce em Igarapé-Miri.

A seção 6 traz a vivência no processo de escolarização: o que contam os jovens militantes LGBTQIA+ em Igarapé-Miri? Homofobia: fatores impactantes na escola; O ensino médio chegou e o tratamento não mudou; Banheiros escolares: propulsores de diferenças de gênero e obstáculos para estudantes LGBTQIA; Estratégia de resistência na vivência escolar.

E, por último, na seção 7 estão as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

Esta seção tem por objetivo apresentar os fundamentos teórico-metodológicos que deram subsídios para a estrutura da pesquisa. Primeiramente ressalto que este estudo ocorreu no período pandêmico, no qual se enfrentou inúmeros entraves causados pela pandemia da COVID-19. As instituições de ensino foram obrigadas a suspender as aulas presenciais e o ensino remoto foi à estratégia paliativa para dar continuidade nas atividades acadêmicas.

Dessa forma, a sala de aula foi redesenhada pela evolução tecnológica em um novo ambiente virtual de aprendizagem. As atividades acadêmicas dirigidas aos alunos via internet foram essenciais para diminuir os prejuízos na ausência das aulas presenciais, mas os desafios foram muitos, como, por exemplo, mudança de ambiente e rotina, adaptação às ferramentas tecnológicas, problemas de conectividade, além do impacto negativo na saúde física e emocional, perda de entes queridos e incerteza de futuro, foi angustiante.

Neste contexto fragilizado, a COVID-19 ceifou a vida do orientador deste estudo, no auge da produção. No dia 9 de abril de 2021 o querido Professor Dr. Wladirson Cardoso (in memória) teve sua vida interrompida pela COVID-19. Diante desta triste realidade, ressalta-se o enfrentamento de uma série de entraves para dar continuidade, foi como perder uma mão, aquela que nos conduzia.

Enfrentar os desafios diante da perda e superar a dor do luto não foi tarefa fácil, a UFPA ficou de luto, mas não viveu seu luto, o tempo não espera e nós tivemos que avançar enfrentando crises de ansiedade, medo, confusão mental e sensação de incapacidade. O enfrentamento da perda consiste justamente nessa oscilação de sentimentos. Luto não é algo a ser superado! Ele é um processo que necessita de tempo para a pessoa se adaptar. Não é uma vivência em linha reta, ou seja, não existem fases pré-estabelecidas, pois se trata de uma nova forma de viver para aquele que perdeu algo ou alguém significativo.

Para amenizar esse processo de luto, procurei aceitar a realidade da perda, e honrar a oportunidade, confiança e credibilidade que Wladirson me repassou no decorrer das orientações, foi necessário para caminhada prosseguir!

Diante dessa difícil situação, fui amparada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, passando a ser orientanda da Professora Dra. Vivian da Silva Lobato, uma pesquisadora-orientadora-acolhedora,

que ao tomar conhecimento sobre o meu objeto de estudo, marcou um diálogo via plataforma meet e aceitou o desafio de “segurar em minhas mãos” e nos conduzir ao desenvolvimento da pesquisa.

Originalmente o objeto da pesquisa era intitulado Homofobia na Escola Básica: Contextualização Historiográfica do assassinato de um aluno egresso do Ensino Médio de uma Escola Estadual em Igarapé-Miri/Pará. Porém, houve obstáculos que implicaram na continuação deste estudo, e após a qualificação com o consentimento da banca mudamos o objeto.

## **2.1 Abordagens da pesquisa**

O intento da pesquisa que delinea a presente dissertação foi o de analisar as vivências de jovens militantes LGBTQIA+ no processo de escolarização em face às diversas manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará.

Nessa perspectiva, consolida-se a pesquisa qualitativa, que tem como fonte de estudo o ambiente social (MINAYO, 2014). Por meio dela, os estudos e pesquisas têm buscado reflexões que vão além de uma simples constatação de uma realidade determinada, em uma aposta de que é preciso entender o homem, sua história e seu contexto.

Optamos por essa abordagem, pois essa pesquisa preocupa-se com elementos da realidade que não podem ser calculados, uma vez que nos centraremos na compreensão de valores, atitudes e significados que correspondem às relações sociais.

Para Minayo (2014), esse tipo de método além de ter fundamento teórico, permite desvelar processos sociais pouco conhecidos e propicia a construção de novas abordagens, novos conceitos e categorias. Nessa abordagem há uma relação entre o mundo real e o indivíduo, os participantes ficarão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre o assunto. Segundo Marconi e Lakatos (2014) a autora preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. Assim, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser “interpretativa, baseada em experiências, situacional



e humanística”, sendo consistente com suas prioridades de singularidade e contexto (STAKE, 2011, p. 41)

Por conseguinte, Yin (2016, p. 7) relaciona cinco características importantes da pesquisa qualitativa: 1) Estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; 2) Representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo; 3) abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; 4) Contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; 5) Esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

No que concerne essas características vale ressaltar que a pesquisa qualitativa envolve em primeiro lugar o estudo do significado da vida das pessoas nas condições que realmente vivem.

As interações sociais ocorrerão com mínima interferência de procedimentos de pesquisa artificiais e as pessoas dirão o que querem dizer, não limitadas, por exemplo, a responder a um questionário pré-definido de um pesquisador. Da mesma forma, as pessoas não se sentirão inibidas pelos limites de um laboratório ou ambiente semelhante.

Em segundo lugar, a pesquisa qualitativa difere por sua capacidade de representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo. Assim, os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam, não os valores, pressuposições, ou significados mantidos por pesquisadores.

Seguidamente, a pesquisa qualitativa abrange condições contextuais, sociais, institucionais e ambientais em que a vida das pessoas se desenrola. Em muitos aspectos, essas condições contextuais podem influenciar todos os eventos humanos. Somado a outro aspecto, a pesquisa qualitativa não é apenas um diário ou uma narrativa cronológica da vida cotidiana. Tal função seria uma versão meio mundana dos acontecimentos da vida real, ao contrário, a pesquisa qualitativa é guiada por um desejo de explicar esses acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes (MINAYO, 2014).

Tal proposição da autora supracitada vai ao encontro do que pretendemos com esta pesquisa, posto que, ao evocar as vivências de jovens militantes LGBTQIA+ da cidade de Igarapé-Miri/PA, buscamos as peculiaridades de seus processos de

escolarização em face às diversas manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar.

Deste modo, acredita-se que a pesquisa qualitativa possibilitará um olhar que se preocupa não com o quantitativo dos sujeitos entrevistados, mas sim com as questões apresentadas por eles em seus diferentes significados. Haja vista que a partir dos dados coletados, juntamente com os referenciais bibliográficos, podem-se apresentar possíveis respostas que enriquecerão o trabalho, gerando novos conhecimentos.

## **2.2 Procedimentos da pesquisa**

A primeira etapa da pesquisa realizada foi o levantamento teórico, cujo destaca-se os principais autores que fundamentam as conceituações das categorias, tais como: Louro (2009); Foucault (2019); Silva (2006); Junqueira (2012); Butler (2003); Borrillo (2010) entre outros.

Em relação aos documentos oficiais, utilizou-se: Constituição Federal (CF) (1988); Decreto Nº 1.675 (PARÁ, 2009); Relatório sobre violência homofóbica no Brasil (BRASIL, 2013); Relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (ANTRA, 2020).

A partir desse levantamento foi escolhido o método, a abordagem e os instrumentos de investigação mais adequados à pesquisa, assim como ao tipo de análise aplicada aos dados levantados.

## **2.3 Pesquisa de campo**

A escolha pela pesquisa de campo se justifica pela sua natureza investigativa, realiza-se coleta de dados junto às pessoas, ou grupos de pessoas, com diferentes recursos. De acordo com Minayo (2014), a pesquisa de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, é o tipo que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Para Marconi e Lakatos (2014), o universo desta pesquisa, é definido como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum.

Dessa forma, esse universo foi constituído de 04 (pessoas), militantes LGBTQIA+ de Igarapé-Miri. Para que consigamos responder, adequadamente, as

perguntas que norteiam a pesquisa, houve uma conciliação direta entre o que se pergunta e para quem é perguntado. Em virtude disso, elencamos um conjunto de características que se fizeram necessárias aos sujeitos componentes do universo pesquisado, posto que na ausência dessas características, possivelmente as questões de investigação não seriam satisfeitas.

Diante disso, relacionamos os critérios necessários para os participantes da pesquisa: Ser militante LGBTQIA+ em Igarapé-Miri/PA; ter contribuído com o movimento para concretizar a militância em Igarapé-Miri; Ter estudado em duas ou três escolas em Igarapé-Miri, e ter concluído a educação básica.

O Quadro 1, a seguir, apresenta o perfil dos participantes da pesquisa, contendo idade, orientação sexual, cor, escolaridade e profissão.

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa, contendo idade, orientação sexual, cor, escolaridade e profissão.

Idade	Orientação sexual	Cor	Escolaridade	Atuação profissional
35	Mulher trans	Negra	Superior incompleto	Coordenadora do Centro de testagem e Aconselhamento/ Serviço de Assistência Especializada-CTA/SAE
41	Travesti	Branca	Ensino Médio	Empresária no ramo de decoração de eventos.
31	Mulher trans	Parda	Ensino Médio	Estética e maquiagem
44	Gay	Negro	Ensino médio	Auxiliar de serviços gerais.

Fonte: A Autora (2022).

A escolha destes participantes foi realizada por critério de conveniência, entretanto ela justifica-se em função desses jovens serem os primeiros militantes do grupo LGBTQIA+ de Igarapé-Miri e pela significativa atuação na busca por direitos desta população, no combate ao preconceito e à discriminação por orientação sexual, independentemente de qual seja a sua orientação e por terem estudado em mais de duas escolas de educação básica.

## 2.4 Coleta de dados

A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Minayo (2014), a entrevista semiestruturada é o procedimento mais usual no trabalho de campo, o pesquisador busca obter informes contidas na fala dos atores sociais com propósitos bem definidos. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores. Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, é

entendida como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

É por meio de entrevistas que se processam as narrativas de histórias de vida, histórias biográficas ou etno-histórias. “São informações que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia e que os cientistas sociais costumam denominar subjetivos e só pode ser conseguido com a contribuição da pessoa” (MINAYO, 2014, p. 262).

A autora supracitada recomenda algumas considerações práticas que levamos em consideração na formalidade da entrevista semiestruturada.

1) Apresentação: princípio básico, inicialmente foi necessário passar confiança para os/as entrevistados/as;

2) Menção do interesse da pesquisa: discorremos resumidamente sobre o trabalho, a explicação dos motivos da pesquisa foi feita em linguagem do senso comum, em respeito aos que necessariamente dominam os códigos das ciências sociais, assim como a justificativa da escolha dos/as entrevistados/as, explanamos os motivos de terem sido selecionados/as para essa conversa, além de termos assegurado a garantia do anonimato e de sigilo sobre os dados, asseguramos que não se tratava de uma entrevista de mídia, onde os nomes precisam ser ditos e, ao mesmo tempo explicitamos que suas contribuições farão sentido para o conjunto do trabalho (MINAYO, 2014);

3) Apresentação de credencial institucional: apresentamos uma carta introdutória em que todos os aspectos principais foram mencionados, além do termo de consentimento livre esclarecido, que foi assinado pelos participantes da pesquisa, [...] “mesmo levando em conta todos esses cuidados, nada substitui a introdução feita pelo pesquisador” (MINAYO, 2014, p. 264).

Esse primeiro encontro, correspondeu um passo importante na pesquisa, além da receptividade dos jovens militantes do LGBTQIA+, foi o momento em que os laços, os diálogos, a empatia e a confiança foram potencializados. A partir de então, o mergulho no campo de pesquisa passou a ter maior consistência.

Como técnica de pesquisa optou-se pela entrevista semiestruturada porque o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas dos participantes da pesquisa.

Para Minayo (2014), a entrevista semiestruturada privilegia a obtenção de informações da fala individual a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas, símbolos e transmite através de um porta voz, representações de determinados grupos. Lakatos e Marconi (2014) confirmam que na entrevista semiestruturada, o entrevistador fica à vontade para progredir qualquer situação a variados destinos que julgar necessário, isto consiste em uma maneira de analisar um maior horizonte de uma dada questão.

As entrevistas foram realizadas nos turnos da manhã e tarde de acordo com a disponibilidade dos participantes, sendo gravadas, com autorização dos entrevistados, os quais concederam permissão para a divulgação do conteúdo bem como solicitaram a veiculação dos seus respectivos nomes na dissertação, conforme Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Dados sobre a realização das entrevistas.

Entrevistado (a)	Identificação	Idade	Data da entrevista	Duração (em horas)	Local
Shaylla Rodrigues	Mulher trans.	35	19/11/2021	1h: 35min	Sala do CTA/SAE
Allana Antonela	Travesti	41	07/12/2021	1h: 20min	Em sua residência
Kelly Quaresma	Mulher trans.	32	08/12/2021	1h: 00	Em sua residência
Lucio Mauro Rodrigues	Gay	44	08/12/2021	55min.	Em minha residência

Fonte: A Autora (2022).

Esses registros são importantes para assegurar que os entrevistados/as não venham a contestar o que foi explicitado por eles nas entrevistas e transcrito para a dissertação. Além disso, é importante enfatizar que a entrevista com Lúcio ocorreu em minha residência por decisão do entrevistado, o nosso primeiro encontro para apresentação da pesquisa ocorreu em sua residência e ao marcamos a data da entrevista o local foi escolhido por ele.

Sobre a veiculação dos nomes no texto dissertativo, foi unânime a solicitação dos/as participantes da pesquisa, além de terem demonstrado contentamento em poder contribuir com o trabalho acadêmico em nível de mestrado, enfatizaram que esta é uma oportunidade que garante mais visibilidade para a militância, haja vista que os leitores irão conhecer suas lutas, suas ações, suas conquistas e tudo que a militância representa.

A preferência pela entrevista semiestruturada, justifica-se por entender que esse formato permite o acesso ao que os indivíduos pensam sobre determinado assunto, sua opinião e seus valores. Além do mais, nos permitiu moderadamente,

encaminhar às discussões por meio de um roteiro de perguntas que foi elaborado com questões articuladas ao problema e aos objetivos de investigação da presente pesquisa.

De acordo com Ribeiro (2008, p.141), a entrevista é “a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permite conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores [...]”.

Por isso, tivemos cuidado com a elaboração do roteiro de entrevista, tal preocupação fez-se em função de termos perguntas que nos levassem a responder as questões que norteiam o estudo, e mais, perguntas que não deixassem os entrevistados confusos, nem criassem um viés interpretativo.

Após a coleta das entrevistas, transferimos os arquivos para o computador o que nos permitiu ouvi-las várias vezes, em seguida foi feita a transcrição na íntegra, Essa etapa é trabalhosa, demorada e muito importante para tudo o que virá em seguida (MAFRA, 2019). A partir do texto transcrito, fui assinalando as falas, relacionando as narrativas e agrupando as categorias para o tratamento de análise.

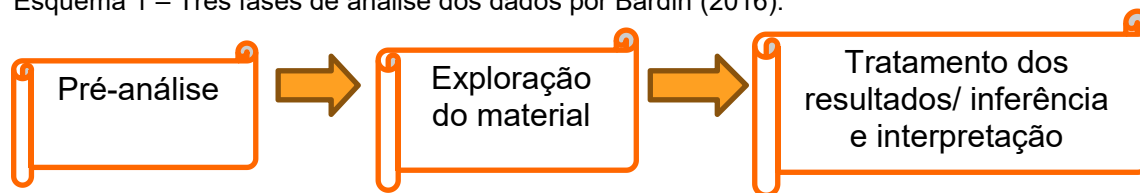
## **2.5 Tratamento e análise dos dados**

O método de análise utilizado foi “análise de conteúdo” que trabalha a palavra, as significações e procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, visando à busca de outras realidades intermediadas pelas mensagens.

De acordo com Bardin (2016) essa análise reinterpreta as mensagens para atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Esse mesmo autor enfatiza que a análise de conteúdo é uma técnica das comunicações que examina detalhadamente o que foi coletado na pesquisa, sem deixar de considerar as observações do pesquisador ao longo do caminho trilhado para a obtenção dos achados.

Desta feita, os dados foram analisados e tratados adotando-se as três fases apresentadas por Bardin (2016).

Esquema 1 – Três fases de análise dos dados por Bardin (2016).



Fonte: A Autora (2022).

A primeira fase, a pré-análise corresponde à etapa de organização, na qual se estabeleceu um mecanismo de trabalho com procedimentos definidos, esta fase tem por finalidade “[...] tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p. 125).

Tal fase, segundo a autora supracitada, envolveu: a seleção de materiais que foram analisados, a elaboração de hipóteses e/ou objetivos; e as definições de indicadores que nortearão as interpretações, de modo que, apesar de essas fases não obedecerem a uma ordem cronológica rígida, elas se inter-relacionam.

Diante disso realizei a leitura “flutuante”, foi um contato preliminar com os textos transcritos a partir do material coletado, na perspectiva de conhecer e familiarizar-me com os referidos documentos. Por vezes, deparei-me com pontos de silêncio reflexivo e emoção, deixei-me invadir por impressões, essas não palavras, esses não dizeres, foram interpretados, pois possuem significação, denotam a implicação dos sujeitos e por isso não foram esquecidos durante a interpretação dos dados (CÂMARA, 2013; FRANCO, 2005).

Para Minayo (2009, p. 27), o tratamento do material coletado possibilita a busca de uma lógica peculiar dos sujeitos investigados e “[...] a descoberta de seus códigos sociais, a partir das falas, símbolos e observações [...]”. Desse modo, não foi feita uma simples seleção de opiniões coletadas, foi muito além, e consistiu em compreender e interpretar teoricamente de maneira contextualizada.

Como técnica de organização e categorização dos dados, utilizei duas unidades de registro: palavra e tema. No caso da palavra, que “[...] Pode ser uma simples palavra (oral/escrita), um símbolo ou um termo” (FRANCO, 2005, p. 38).

A preferência pelo tema foi significativa para a categorização desses dados, tendo em vista que normalmente utiliza-se tema “para estudar motivações, opiniões, de atitudes, de valores, de crenças e tendências. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo” (BARDIN,

2016, p. 135). Logo, a utilização desse tipo de registro favoreceu a autenticidade no tratamento do material e a compreensão das narrativas.

Diante disso, é válido lembrar que durante a interpretação dos dados, foi necessário olhar com atenção os marcos teóricos, ligados à investigação, pois eles sedimentaram as vertentes da pesquisa, ou seja, foram o elo entre os dados coletados e a fundamentação teórica que deu sentido à interpretação do estudo.

Desse modo, finaliza-se o processo de análise de conteúdo, ficando evidente que a referida técnica foi um caminho extremamente útil para o desenvolvimento da pesquisa e conseqüentemente para a construção de conhecimentos científicos fundamentado no referencial teórico a seguir.



### **3 FILOSOFIA DA DIFERENÇA: EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA E HOMOFOBIA, O QUE DIZEM OS AUTORES?**

De acordo com Rodrigues (2019), a filosofia da diferença caracteriza-se como o esforço de conciliar um mundo de diferenças e deveres com a realidade substancial do ser, além de oferecer ferramentas para uma reflexão acerca da questão racial, bem como das relações de gênero, de homossexualidade, drogas e esquizofrenia. Nessa esteira, a “diferença” passa a ser concebida como algo que remete a si própria. “Apenas neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é”: “ele é negro”, “ela é mulher”, “ele é gay” (SILVA, 2007, p. 74).

Dessa forma, é preciso entender a diferença como um pensamento que reconhece a mudança e o devir como autênticas realidades, mas os limites da intolerância têm tornado-se completamente subjetivos e isso agrava a dificuldade de convivência entre os diferentes. Assim, cabe demarcar que o preconceito, a discriminação, o racismo e a homofobia são assuntos bastante antigos e repisados, mas que, infelizmente, ainda hoje, merecem ser discutidos porque não foram superados e quanto maior o grau de desenvolvimento da sociedade contemporânea, mais eles parecem se exacerbarem.

Sobre isso, Bastos, Garcia e Sousa (2017) enfatizam que historicamente, o preconceito e a homofobia têm sido observados no Brasil, inclusive na forma com que os homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais foram descritos e apresentados, visando reprovar seu comportamento, práticas e formas de ser, sendo identificadas como abominação; crime contra a natureza; pecado; vício dos bugres; abominável pecado de sodomia; velhacaria; descaração; desvio; doença; viadagem e frescura.

Dentro dessas identificações destacam-se algumas das formas mais comuns que a homofobia se manifesta: agressão verbal e moral; violência psicológica; agressão física (empurrão, espancamento); agressão sexual (estupros); tentativa de assassinato. Para Borrilo (2015), esse preconceito afeta a qualidade de vida dessas pessoas que sofrem a discriminação tanto de desconhecidos como de membros da própria família.

Para além da hostilidade verbal, a população LGBTQIA+ sofre e corre risco de terem sua integridade física atacada por conta de sua orientação sexual como mostra dados da Secretaria de Direitos Humanos, Brasil (2012). Naquele ano foram

registradas mais de três mil denúncias de violações de caráter homofóbico no Brasil, envolviam quase cinco mil vítimas e quase cinco mil suspeitos.

De acordo com agência de notícias (2019)<sup>4</sup> o Brasil registrou 141 (cento e quarenta e uma) mortes de pessoas LGBTQIA+ de janeiro a maio do referido ano, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) foram 126 (cento e vinte e seis) homicídios e 15 (quinze) suicídios, o que representa a média de uma morte a cada 23 horas.

Para a agência de notícias, não há informações estatísticas governamentais sobre tais mortes, o que certamente esses números são subnotificados e podem apresentar uma margem de erro de 5 a 10%”, diz o relatório. Portanto, a falta desse tipo de informações nesse momento de grande retrocesso político, tem demonstrado que a defesa dos direitos sociais duramente conquistados pela comunidade LGBTQIA+ ainda segue em passos lentos. Por isso, Foucault (2019) dá importância ao poder, pois é o poder que engendra o acontecimento dos fatos. Não apenas o poder advindo unicamente de um soberano ou de um sistema econômico, mas o poder presente nas relações, vindo de todas as direções.

Nesse sentido, em concordância com Chaves e Alencar (2015, p. 6) “o poder não tem mais um único centro, como o Estado, por exemplo. Nas teorias pós-críticas, entretanto, o poder torna-se descentralizado”. Para Silva (2010, p.148). “O poder está espalhado por toda a rede social”. Sobre isso, Foucault (2019) assinala que o poder é visto como exercício que não está centralizado apenas nas grandes instituições como a economia, a política e o estado. O poder é um feixe de relações que se exerce de maneira assimétrica, ele funciona como se fosse uma rede que conecta os inúmeros laços e nesses laços ninguém estaria de fora, nesse sentido, ele está em todos os espaços e como efeitos positivos.

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é nesse alvo aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (FOUCAULT, 2019, p.19).

---

<sup>4</sup>Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/retrospectiva-2019-brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt/>

Foucault (2019) enfatiza que é preciso refletir sobre o lado positivo do poder, ele trabalha como se fosse uma mecânica capilar, na qual perpassa e domina cada um, atinge nossos corpos, aparece em comportamentos, sensações e até mesmo na maneira de pensar e agir. Desse modo, é importante enfatizar que o poder não apenas proíbe, impede, controla, interdita, mas também produz discursos, saberes, formas e faz marcas no próprio corpo e os saberes produzidos são instituídos através das relações de poder.

Assim, considera-se que não dá para falar em educação escolar básica sem considerar as relações de poder que estão imbuídas nela, bem como as influências e ideologias que os permeiam, pois lá não existe elemento neutro de transmissão do conhecimento social, visto que envolve uma multiplicidade de relações, ou seja, envolve o corpo docente, alunos, conselhos, gestores e comunidades, entre outros, onde cada um exerce alguma forma de poder.

Por conseguinte, um discurso verdadeiro é uma construção das relações de poder, isso é importantíssimo para pensar nas discussões sobre a diversidade sexual, um tema que não pode mais ser ignorado por diretores, professores e gestores de rede de ensino de todo país e não importa se o preconceito nasce na família, ele tem que ser combatido na escola, o aluno que hoje chama o colega de “viadinho”, “bichinha” ou qualquer outro apelido pejorativo, pode ser o adulto que amanhã vai insultar, agredir ou matar alguém por conta da orientação sexual.

A esse respeito, Barroso e Cardoso (2018) fazem refletir quanto às experiências vividas no espaço escolar, quando enfatizam que é na escola que grande parte das relações sociais da infância se estabelecem e é nesse contexto que começa a construção da identidade, a partir das experiências vividas dentro destas, pela convivência com as pessoas que nos cercam e pelas memórias que trazemos desta época da vida conforme destaca Pires (2013, p. 30).

O papel da escola neste mundo que se transforma, deve estar equilibrado entre uma função sistêmica de preparar cidadãos tanto para desenvolver suas qualidades como para a vida em sociedade. Ao mesmo tempo sua função é crítica ao estudar os principais problemas que interferem na localidade devendo apontar soluções.

O conhecimento é o resultado do acúmulo de tudo o que é produzido por uma determinada sociedade e reflete sua maneira de pensar e agir. Assim, a Escola

funciona como mecanismo de reprodução das ideias, noções e costumes adotados por uma sociedade enquanto espaço de consolidação de uma nação (PIRES, 2013).

Às famílias cabe perceber que o respeito é diverso, torna mais humanos, esse é o valor maior que deve ser cultivado por todos, cabe às escolas não silenciar. Primeiro, não tolerar qualquer comportamento que seja preconceituoso e, segundo, não deixar de discutir, de problematizar, de promover o debate sobre as questões relacionadas à diversidade sexual. Esse assunto faz parte do dia a dia de meninos e meninas fora da escola e quando aparecer no cotidiano escolar deve fazer parte do currículo, ser discutido e problematizado. Assim, a escola estará cumprindo o papel fundamental com a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e humanos.

Ressalta-se ainda a importância de reflexões que busquem expressar as aproximações entre as práticas pessoais e os pressupostos conceituais que sustentam a temática das identidades/ diferenças. A identidade é formada por sistema de representação de relações entre indivíduos e grupos que compartilham patrimônios comuns: língua, trabalho, profissão, religião, arte, entre outros. Silva, Hall e Woodward (2014) afirma que a identidade é relacional e que a diferença se estabelece por “marcação simbólica” em relação a outras identidades.

Para Silva, Hall e Woodward (2000), a identidade é, portanto, aquilo que define o que é, e a diferença é aquilo que não é; pode-se dizer, assim, que o indivíduo nascido no Brasil tem sua identidade “brasileira”, ao passo que o nascido na Argentina tem identidade “argentina” aparecendo aí a diferença que recai na nacionalidade, pois ao ser brasileiro, este não poderá ser argentino; por sua vez o argentino não poderá ser brasileiro. Em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “Ela é italiana”, “ela é velha”, “ela é mulher”, “ele é homossexual”.

A diferença também traz características internas profundas, é a maneira como se aprende, a maneira como se sente, a maneira como se vive, é isso que torna o indivíduo diferente. Veloso e Batista (2017) assinalam que a diferença tem sua produção, em especial, por meios de ações binárias, de sentidos contrários, que pode ser negativamente por meio da exclusão do indivíduo ou de sua marginalização considerando o “outro” ao não pertencimento a determinada identidade.

Ela também tem origem na diversidade, na heterogeneidade e no hibridismo. É o caso dos que buscam resgatar uma identidade em contradição às normas ou costumes e, com isto, celebram uma diferença, afirmando ou assumindo uma forma de ser, diferente das tradições sociais, como exemplo, o ser homossexual.

A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar a aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (SILVA; HALL; WOODWARD, 2000, p. 66).

A diferença e a identidade são tomadas como fato da vida social dos quais se devem tomar posição, a identidade é aquilo que o indivíduo é e vive diariamente, tem como referencial a si próprio sendo ela autocontida e autossuficiente. A diferença é uma identidade independente, é aquilo que o outro é, ou seja, identidade e diferença são dependentes, elas são cadeias de negações intermináveis, Silva, Hall e Woodward (2000) corrobora que a identidade não é uma essência, não é um dado ou fato da natureza, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente e tampouco homogênea.

A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo, é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada e está ligada à estrutura discursiva e narrativa, a sistemas de representação e tem estreitas conexões com relações de poder. Silva, Hall e Woodward (2014, p. 91) trata esta questão da seguinte forma.

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação.

É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido e ligam-se a sistemas de poder. Para Silva, Hall e Woodward (2000), quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Esse mesmo autor assinala que a questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo em que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente é inevitável.

No aspecto pedagógico, considera-se que a identidade não é uma essência, nem um dado, muito menos um fato, ainda que da natureza ou da cultura. Pode-se, por assim dizer que a identidade, ao contrário, é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. Assim, tem que ser vista como um problema pedagógico e curricular, sob a preocupação de que na escola, os alunos têm a necessidade de interagir com o outro e, também em razão do outro e da diferença estarem presentes nos atos pedagógicos que, por consequência, são partes curriculares.

A escola deveria ser um ambiente estimulador de valores, de hábitos que respeitassem as características e as diferenças de cada grupo social cultural que compõem o país, uma das possibilidades para acabar com as desigualdades seria enfrentá-las e trabalhá-las dentro do próprio ambiente escolar, contudo, nota-se que a heteronormatividade está na ordem das coisas e no cerne das concepções curriculares na qual a homofobia pode agir, de maneira sorrateira ou ostensiva, no cotidiano escolar.

### **3.1 Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade.**

De acordo com Sacristán (2013) a palavra currículo vem do latim *Curriculum* que quer dizer “ato de correr”, “pista de corrida”, “curso”, “percurso”. Isso leva a entender que o currículo envolve toda uma trajetória, com longos caminhos a serem percorridos até chegar a um objetivo final, o de compreender o mundo e a sociedade como afirmam Chaves e Alencar (2015).

Para Jesus (2021), o termo currículo é polissêmico, apresenta uma ambiguidade e diversidade de sentidos. Embora a palavra currículo nos engane, porque faz pensar em uma só coisa, Liavador (1994, p. 70) afirma que este “trata de muitas coisas simultaneamente e todas elas inter-relacionadas”. Daí a importância de considerar os diversos aspectos que os envolvem a partir de uma perspectiva sistêmica e integradora que permitem entender as dinâmicas e transformações da sociedade a partir de diferentes épocas, culturas, ideologias e relações de poder que influenciam no currículo, pois carrega marcas históricas.

Chaves e Alencar (2015) afirmam que o surgimento do currículo se deu pela primeira vez nos Estados Unidos, nos anos vinte, sendo a *priori* objeto de estudo e pesquisa. Silva (2010) garante que seu surgimento ocorreu em conexão com o

processo de industrialização e os movimentos migratórios, com a intensa massificação da escolarização, objetivando construir, desenvolver e testar o currículo. Assim, ele mostra-se ligado também a processos históricos os quais impulsionaram a sua construção e desenvolvimento.

Jesus (2021), ao afirmar que o currículo está ligado a processos históricos, que carrega ideologias, tendências, interesses e sofre transformações de acordo com a época, o local e cultura que influenciam seu processo de construção. Por isso, não se deve desvincular o currículo da constituição histórica e social. Para ele, o currículo não surge do nada, mas de uma necessidade social e principalmente econômica e cultural.

A partir da década de 1960 a 1970 destacam-se a existência de diversos níveis de currículo: formal, real e oculto que servem para distinguirmos sobre o aprendizado dos alunos. De acordo com Jesus (2021, p. 264):

O currículo formal refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, pautados em diretrizes curriculares, ligados as áreas e disciplinas de estudo. (...) O currículo real é o que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos ligados aos projetos pedagógicos e os planos de ensino. (...) O currículo oculto representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar, não aparecendo no planejamento do professor.

Assim, considera-se que todos influenciam de alguma forma no processo de aprendizagem do aluno e sua forma de ver o mundo, por isso não dá para falar de currículo sem considerar as relações de poder que estão imbuídas nele, bem como as influências e ideologias que o permeiam, ele não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social, visto que envolve uma multiplicidade de relações, envolve o corpo docente, alunos, conselhos, gestores e comunidades, entre outros, onde cada um exerce alguma forma de poder.

Sobre isso, Sacristán (2000) define que é possível reconhecer currículo e conhecimento como instrumentos de poder presentes em instituições educativas, o currículo como um conjunto de atividades importantes visa transformar o mundo, isso significa pensar em um currículo articulado a uma prática reflexiva e considerar ainda que nele interagem relações culturais e sociais. Destaca-se, então, que essa práxis não se refere tão somente a comportamentos didáticos da sala de aula como afirmam Barroso e Cardoso (2018, p. 23).

A educação, assim como serve para a modificação de comportamentos alheios, serve também para o reforço e criação de novos comportamentos, pautados nos valores dominantes da sociedade a qual essa educação está sendo proferida. Valores estes que variam de acordo com cada sociedade, seja a periferia ou o centro, a instituição pública ou privada, o proletariado ou a burguesia, todos esses valores dominantes se dão por meio do todo que cerca a escola.

Dessa forma, o professor assume a missão de ser um agente modificador de realidades. Além disso, a escola passa a ser espaço de construção, transformação, formação de indivíduos e realidades e o professor passa a ser agente destas mudanças, como afirma Piccolo (1993, p. 13) “o principal papel do professor, através de suas propostas, é o de criar condições aos seus alunos para tornarem-se mais críticas e menos alienadora, passando a serem sujeitos conscientes de suas ações”.

Para Foucault (2008), os conhecimentos e saberes presentes nos currículos escolares são produtos de discursos existentes e permitidos pelos segmentos sociais que os autorizam.

Nesse sentido, é de suma importância a escola ter um currículo amplo voltado a várias dimensões sociais em que está inserida, possibilitando a formação de cidadãos críticos e reflexivos. A escola é, muitas vezes, a única esperança de reversão das expectativas de cada estudante, dentro da instituição com seus muros escolares acreditam que estão protegidos e tem o direito de serem tratados com justiça e equidade, independente da sua capacidade de concentração, opção sexual, raça e condição econômica.

Para Foucault (1999), a escola, com seus instrumentos, é o lugar de correção, espaço por excelência das pedagogias preventivas e coercitivas, laboratório de construção no corpo dos currículos prescritos e praticados. “De qualquer forma, viver em sociedade é viver de modo tal que seja possível que uns atuem sobre as ações do outro. Uma sociedade sem relação de poder é uma abstração”. (VEIGA-NETO, 2017, p.120). Sobre isso, Foucault (2019, p. 28) defende que “todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber [...] não há saber neutro, todo saber é político”. Portanto, pode-se considerar como os saberes são arbitrários e submetidos a transformações no decorrer do tempo histórico,



sofrendo influência dos diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, a elaboração do currículo é entendida na perspectiva de Jesus (2021, p. 264) como:

Um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como: poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero.

Por isso, alguns autores como Gadotti (1993), Nascimento, Oliveira e Di Bernardo (2012) defendem que o ideal é construir um currículo na visão crítica, pois na teoria do pensamento crítico não há dúvida e contradições. A escola não irá moldar os alunos e sim dar condições para que ele desenvolva competências que irão lhe auxiliar na compreensão do mundo e das diversas formas de conhecimento e práticas, respeitando as referências sociais, culturais e expressando suas ideias de forma crítica e reflexiva.

É nesse contexto que o currículo oculto se apresenta, conforme afirma Silva (2010), o currículo oculto é constituído por aspectos que circundam o ambiente escolar e que não estão inclusos no currículo formal, mas que contribuem para o processo de aprendizagem na escola. Por meio deste currículo se aprende comportamentos, valores, orientações, normas, regulamentos, regras e por sua vez, ensinam aos discentes a se enquadrarem nas normativas e padrões culturais e sociais pré-estabelecidos na/pela sociedade (OLIVEIRA; ALMEIDA NETO; THIENGO, 2021).

Para os autores supracitados, ensinar os/as discentes a ajustarem-se às pautas normativas da sociedade, o currículo oculto se torna mecanismo de organização e controle, mas ele também é necessário para quebra de paradigmas e de responsabilização da escola nesse contexto, de modo que é necessário desocultar o currículo oculto na escola, trazendo à tona as questões que o currículo tradicional sufoca e julga como desnecessárias (SILVA, 2010). Em suma, tanto currículo quanto a escola têm potencial para desconstruir os valores normativos e preconceitos que são passados pelo currículo oculto, inclusive àqueles de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, Foucault (1986) enfatiza que o currículo oculto se torna não só um conjunto de conhecimentos, mas de comportamentos posturais, quando alunos, professores e gestores os assumem como permitidos ou não permitidos no interior dos espaços das instituições educativas. Em sua concepção, o currículo oculto passa a ser a representação do poder institucional que influenciam os comportamentos

sociais individuais e coletivos de acordo com o que seja considerado adequado ou não.

Essas considerações demonstram o quanto é relevante estudar, compreender e analisar o currículo, pois pensar sobre o currículo escolar implica em buscar compreender o que se ensina na escola, que tipo de pessoa se está formando e para qual tipo de sociedade essa formação é importante. Enfim, pensar o currículo envolve pensar o que se faz na escola, tanto explícita como implicitamente.

Desse modo, é importante pensar constantemente na reorientação curricular que levem em conta os diferentes aspectos que permeiam a vida do aluno abrangendo-o de forma integral. Isso envolve incluir nos planejamentos de aula a dimensão temporal como afirma Lima (2007), abordando também os aspectos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos, ambientais, científicos que possibilitem o aluno alcançar uma visão crítico-reflexiva do mundo em que vive.

Sendo assim, é importante esboçar novas práticas pedagógicas que contemplem de fato o aluno e proporcione uma formação mais humana pautada não somente em valores do mercado, mas que estejam voltadas ao bem-estar da sociedade, do respeito às diferenças, da preservação da saúde etc. E não somente voltada aos parâmetros de avaliação, mas que tenha eficácia social. Sobretudo nesse momento de profundas transformações que a sociedade vem enfrentando, necessitando de condições estratégicas e resiliência para prosseguir a diante. Silva (2010, p. 48) afirma que:

A inovação pedagógica do currículo é um fato histórico e de extrema relevância. Coloca em pauta a ideia de que os diversos elementos de um curso educacional devem ser, tratados como uma peça única expressa na globalidade estrutural e na completude sequencial, conforme os parâmetros de cada época histórica.

Lima (2007) corrobora ao afirmar que precisamos estabelecer planejamentos didáticos eficientes para fazer frente aos desafios. Nesse aspecto, é importante que pensemos um currículo a partir da lógica do tempo em que este se insere. Para tanto, é preciso que ele seja constantemente reorientado. Para tanto, é preciso que ele seja constantemente reorientado, afinal, os currículos não são conteúdos prontos, são construção e seleção de conhecimentos, valores e instrumentos da cultura produzidos em contextos e práticas culturais (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Entende-se que o currículo deve refletir a realidade que os alunos estão inseridos, ele precisa trabalhar os conteúdos no processo de aprendizagem de forma contextualizada, envolvendo os aspectos da vida e cotidiano do aluno, dando condições para que ele se desenvolva de forma integral e se torne um agente de transformação na sociedade. De acordo com Menezes e Araújo (2018, p.4), “o currículo e contextualização são dois elementos tão imbricadamente associados, que o entendimento de um leva o aprofundamento de outro e vice-versa.”

Outro fator importante sobre o currículo destacado até mesmo por Young (2014), é a sua finalidade em promover a progressão conceitual, que nas palavras do filósofo Christopher Winch chama-se “ascensão epistêmica”. Esta, por sua vez, requer disciplinas para estabelecer marcos e fronteiras conceituais, de forma que os alunos possam de fato “ascender” e fazer a integração dos conhecimentos sozinhos.

Para Foucault (2010), o espaço escolar pode ser considerado como um tipo de “micropoder” que influencia e é influenciado por instâncias mais elevadas como o poder do Estado sobre a instituição escolar. O professor, na sala de aula, leciona, utilizando em seu cotidiano o currículo escolar, quando avalia os educandos, quando os organiza no espaço da sala de aula, quando organiza os horários de estudos de seus alunos, todos esses comportamentos rotineiros envolvem relações de “micropoderes” entre todos que fazem parte da comunidade escolar.

Outro aspecto relevante que podemos considerar como “micropoderes” é a interdisciplinaridade que permite a integração de saberes, rompendo com a ideia de que o tempo escolar deveria ser dividido em áreas de conhecimento, é capaz de transpor algo inovador, abre sabedorias, resgata possibilidades e ultrapassa o pensar fragmentado. É a busca constante de investigação, na tentativa de superação do saber. O trabalho interdisciplinar precisa “partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos, de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários” (BRASIL, 1999, p. 88-89).

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Inclusive, no caso de medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, esses pode e deve ser abordado por disciplinas de todas as áreas do conhecimento e por meio de projetos interdisciplinares.

Como afirma Saviani (2012), a escola existe para propiciar aos educandos a instrumentalização que permita o acesso ao saber historicamente elaborado, cujo fim deve ser tomado como eixo norteador para sua organização, é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola. Nesse propósito, Canário (2005) assinala que é preciso transformar a escola num sítio em que se ganha gosto pela política, onde se aprende a ser intolerante com as injustiças e exercer o direito a palavra, principalmente quando esta tiver relacionada ao preconceito, a discriminação e a homofobia.

### **3.2 Escola, heteronormatividade e homofobia.**

De acordo com Warner (1993), a escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade, um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão. O cotidiano escolar interage e interfere em cada aspecto do conjunto de saberes e práticas que constituem o currículo formal e o currículo oculto. O currículo (seja ele qual for) constitui-se um artefato político e uma produção cultural e discursiva.

O currículo relaciona-se à produção sócio histórica de poder, por meio da produção de regras e padrões de verdade, bem como da seleção, organização, hierarquização e avaliação do que é definido como conhecimento ou conteúdo escolar. É um campo de permanentes disputas e negociações em torno de disposições, princípios de visão e de divisão do mundo e das coisas, especialmente das que concernem ao mundo da educação escolar e às figuras que o povoam e, ali, (re) definem sentidos e (re) constroem significados. É um espaço de produção, contestação e disputas que abriga relações de poder, formas de controle, possibilidades de conformismo e resistência.

De acordo com Sacristán (2000), conceber o currículo como um conjunto de atividades que visam transformar o mundo significa pensar em um currículo articulado a uma prática reflexiva e considerar ainda que nele interagem relações culturais e sociais. Nesse sentido, Butler (2003) enfatiza que na escola, indivíduos que escapam da sequência heteronormativa e não conseguem ocultá-lo, arriscam-se a serem postos à margem das preocupações centrais de uma educação supostamente para todos/as, pois a “a escola tornou-se [...] um espaço em que rotineiramente circulam

preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens” (JUNQUEIRA, 2012, p. 4).

Nesse sentido, pode-se ressaltar a importância de refletir sobre as dimensões da heteronormatividade presentes no cotidiano escolar que impregnam o currículo, compõem redes de poderes, controle e vigilância, promovem a gestão das fronteiras da (hetero) normatividade, produzem classificações, hierarquizações, privilégios, estigmatização, marginalização, comprometem o direito à educação de qualidade e comportam o exercício de uma cidadania mutilada.

Desse modo, os ditames da heteronormatividade atravessam muito mais do que os currículos, como os discursos e práticas dos professores, as brincadeiras admitidas no interior disciplinar, à elaboração das provas (Questões de Matemática que diferenciam os gêneros). A diferenciação das “atividades de menino” e das “brincadeiras de menina”, a separação dos brinquedos já na educação infantil revela o investimento na educação voltada às instituições de papéis sociais divergentes para homens e para mulheres, a heterocentralidade dos currículos e conteúdo dos livros didáticos, são alguns dos exemplos de estratégias deste investimento.

Nesse contexto, a escola muitas vezes não é vista como um lugar onde a sexualidade deva ser expressa ou discutida. Em seu aparente silêncio, na verdade, ela fala o tempo todo sobre sexualidade.

O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios, os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala silenciosamente da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças (FOUCAULT, 1999, p.140).

Para citar exemplos mais modernos, a divisão por sexo nas aulas em especial de Educação Física, os esportes atribuídos a meninos ou meninas; as filas de meninos e de meninas; as distinções sexistas de vestuário; a forma dos professores tratarem alunos homens ou mulheres, com rispidez ou com delicadeza; a tolerância da violência, verbal e até mesmo física, entre meninos; a preocupação constante com a manifestação da sensualidade das adolescentes.

Tudo isso mostra que a Escola, a despeito do que se crê, é sim um espaço onde a sexualidade se manifesta e mais, onde se produzem comportamentos nos quais se instigam ou superam preconceitos, onde se difundem conhecimentos e valores. Além disso, Junqueira (2012, p.19) enfatiza que “a escola consente, cultiva e promove homofobia” dado o exposto, quando a escola assume para si a colaboração

com construção de uma cultura eminentemente heteronormativa, terminando por difundir na sociedade uma única forma de se legitimar a sexualidade humana, que Louro (2005) reconhece ser na identidade heterossexual, negando e objetando todas as outras possibilidades.

Louro (1999, p. 19) afirma que “as marcas que nos fazem lembrar [...] dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais [...]” e é para essas instituições que podemos atribuir o papel fundamental de orientador na construção ou desconstrução de inúmeros preconceitos instaurados pela sociedade, dado que dentro da escola temos, para além de um espaço para aprender as matérias letivas, aprendemos e ensinamos modos de pensar, agir, conhecer, explorar e difundir os ideais ali construídos.

Portanto, cabe destacar que a escola pode ser tanto um espaço de reprodução das identidades/diferenças de gênero, quanto um espaço de questionamento das identidades/diferenças consideradas naturais/ normais. Ou, ainda, pode ser um espaço híbrido, no qual práticas de normalização/naturalização convivem com práticas de subversão.

Prado (2017) corrobora que os sujeitos que subvertem os modelos padrões de comportamento esperados para meninos e meninas são alvos constantes de marcações depreciativas. Esse processo de estigmatização contribui, inclusive, para que estudantes que são vítimas de violência de gênero e sexualidade sejam considerados “culpados” pelas agressões, pois estas se manifestariam devido à forma como se vestem, performatizam seus corpos ou transitam pelos espaços escolares. McLaren (1999, p.12), considera as diversas ações preconceituosas na escola como “pré-julgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas”.

Na concepção de Capez (2012), o preconceito e a discriminação vêm da intolerância por parte da sociedade, quando não conhece ou pondera os fatos. Isso ocorre com frequência no ambiente escolar, os alunos trazem do berço familiar e cultural o preconceito em diferentes âmbitos da vida como: étnico-racial, de gênero, de grupos socioeconômicos, de diferente orientação sexual, de diferentes identidades territoriais, de pessoas com deficiência etc. Isso pode ser notado pela prática da diferença que muitas vezes justifica-se como atos de discriminação.

Nesse âmbito, pode-se enfatizar que, além disso, torna-se evidente considerar que essa reflexão engloba os aspectos da discriminação sexual, preconceito, e

violência os quais compõem a homofobia. Borrillo (2010) considera homofobia como sendo um fenômeno complexo e variado que ridiculariza o indivíduo. Esse mesmo autor ainda ressalta que a homofobia constitui como sendo a atitude agressiva para com os homossexuais, na qual consiste em classificar o outro ser como anormal ou inferior. E que por meio dessa classificação, esses sujeitos são tidos como “diferentes” dos demais seres por uma questão meramente sexual, contribuem em grande parte com a exclusão, seja do meio social familiar ou escolar.

Por isso, é importante a escola desenvolver seu Projeto Político Pedagógico voltado à educação comprometida com o cognitivo, moral, respeito mútuo às diferenças, à solidariedade e à tolerância com os colegas e demais pessoas de seu convívio. Sem esse comprometimento e convivência, não há possibilidade de quebrar as predisposições afetivas negativas.

Criar espaços de vivências verdadeiramente democráticas são condições fundamentais para o avanço, na busca de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde a diversidade cultural possa ser defendida e valorizada.

Além disso, é necessário criar um ambiente escolar onde a militância LGBTQIA+ não seja tratada como “coitadinhos” ou cidadãos de “segunda classe”. O contexto escolar é um lugar no qual todos devem ser incluídos, cujo as portas devem estar sempre abertas, é um local onde se deve desenvolver o pensamento crítico, promovendo as mais diversas discussões, respeitando sempre as individualidades de cada estudante (GOMES, 2018)

Não cabe dentro da escola a homogeneidade, pois faz parte da condição humana a manifestação das diferenças. Portanto, a escola deve ser um ambiente de convívio democrático, de visibilidade, da valorização e respeito das diferenças.

#### 4 MILITÂNCIA LGBTQIA+ E A LUTA PELA VISIBILIDADE NO BRASIL.

A história da militância LGBTQIA+ é marcada por lutas pela visibilidade e reconhecimento social. De acordo com Fábio (2017), o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), teve início na década de setenta, no Brasil, durante o período da ditadura militar, quando aconteciam manifestos e buscas por melhorias de direitos a essa população reunida nos “guetos”.

“Guetos” eram bares e clubes onde se reuniam gays, lésbicas e travestis para realizarem panfletagem e discussões sociais sobre seus possíveis direitos, suas repressões e descontentamentos vividos naquele momento. Cabette (2017) também aponta que nesse período “O lampião da esquina”<sup>5</sup>, jornal fundado em (1978) tornou-se o principal veículo de comunicação sobre homossexualidade, foi o primeiro que publicou a temática homossexual com grande tiragem e circulação nacional (AS RELAÇÕES...., 1978).

Figura 1 - Jornal Lampião da Esquina.



Fonte: Grupo dignidade 1979 e 1981(<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>).

O conselho editorial era composto por onze integrantes com diferentes formações acadêmicas e atuação política: Darcy Pentead, Adão Costa, Agnaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. No total, o jornal teve 38 edições, incluindo a de número zero. A partir da edição 01 o periódico foi vendido mensalmente em diversas bancas de todo país, com uma expressiva circulação aproximadamente de 10 a 15 mil exemplares em todo o país (FERREIRA, 2010; MACRAE, 1990).

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>



A implantação desse veículo de divulgação evidenciou a propagação dos primeiros ecos de resistências e enfrentamento à moral conservadora da época, em um período marcado pela censura e predomínio de setores conservadores da sociedade civil.

O jornal *Lampião* se diferenciava também no modo como abordava a homossexualidade. O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. Mas não fazia isso de modo a concentrar-se exclusivamente nos homossexuais e, sim, apresentando-os como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito à voz. O jornal se propunha a “sair do gueto” e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 85-86).

O “*Lampião*” fazia oposição à ditadura e denunciava abusos contra a comunidade LGBT, assim como a prisão arbitrária de lésbicas, devido à orientação sexual em (1980), em São Paulo, no que foi apelidado de “operação sapatão”, algo que continuou a ocorrer com transexuais e travestis após a redemocratização.

Facchini (2009) afirma que a cobertura do veículo incluía outras causas sociais como a questão indígena, também uma resposta à parte da esquerda que associava os gays a decadência burguesa e via o movimento homossexual como um desvio da luta principal que na época era o fim do capitalismo. Em sua edição de (1979) o *Lampião* da esquina abriu espaço pela primeira vez para participantes lésbicas que escreveram um longo artigo chamado não “somos anormais”. Em (1981) elas criaram um novo jornal que foi transformado em boletim e era chamado de “*ChanacomChana*”<sup>6</sup> (Figura 2).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>

Figura 2 - Jornal Chanacomchana.



Fonte: [https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2017/08/chacacomchana\\_4\\_marca\\_dagua\\_ocr.pdf](https://acervobajuba.com.br/wp-content/uploads/2017/08/chacacomchana_4_marca_dagua_ocr.pdf).

Esse jornal trazia os relatos, as perseguições e os abusos sofridos por LGBT durante a ditadura militar além de várias publicações conforme assinala Fernandes, Lisa e Rodrigues (2020, p. 56).

O ChanacomChana foi uma publicação independente realizada por ativistas lésbico feministas de São Paulo, integrantes do GALF, entre elas Miriam Martinho e Rosely Roth. Era um boletim de frequência variável, que veiculava conteúdos para seu público-alvo, mulheres lésbicas, que as faziam se sentir representadas e acolhidas. Publicava em suas edições poesias e cartas enviadas pelas leitoras, referências de livros acadêmicos e literários e debates sobre temas inerentes à vivência lésbica, tais como: encontros de mulheres, como a Conferência de Genebra, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe e o I Festival das Mulheres nas Artes; atos públicos de reivindicação de direitos; lesbianidade e mulheridade; lesbianidade e feminismo; lesbianidade e família; lesbianidade e trabalho; lesbianidade e sexualidade; entrevistas; poesias; humor etc.

O referido jornal era vendido no “FERRO’S BAR”, frequentado por lésbicas no centro de São Paulo, sua venda não era aprovada pelos donos e as militantes chegavam a ser expulsas. No dia 19 de agosto de 1983 participantes do GALF (Grupo Ação Lésbica Feminina) fundado em 1981 com apoio de outras feministas e de gays driblaram os porteiros do “Ferro’s Bar” com um ato político e conseguiram reverter a proibição, o evento repercutiu nacionalmente e no decorrer do tempo cada uma das identidades que formam a sigla LGBT desenvolveu uma voz política própria e juntas compõe a “sopa de letrinhas” do movimento.

De acordo com Green (2003), o primeiro grupo homossexual do Brasil foi o SOMOS (grupo de afirmação homossexual), fundado em 1978 em São Paulo. Em 1979 um grupo de lésbicas se juntou ao SOMOS e após um debate no departamento de ciências sociais da USP em 1993, fundaram uma subdivisão do grupo, em 1994 ocorreu a primeira tentativa de ampliação da sigla e representação dos ramos sociais que integravam o movimento, conhecido por GLS, seu significado era Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

Contudo, sua utilização não durou muito tempo, afinal, simpatizante é uma palavra que se encaixa a qualquer pessoa até mesmo aos heteros que apoiavam o movimento e, portanto, tirava o destaque e a voz da comunidade central, algum tempo depois a letra (B) foi oficialmente incluída na sigla como representação de bissexuais, na sequência, aconteceu no rio de Janeiro a primeira organização política de travestis da América Latina e a letra (T) é incluída ao movimento e assim surgiu a sigla GLBT, que incluiu os bissexuais e os transgêneros. Porém, com a pressão feminina por mais protagonismo, uma vez que sua presença e lutas sofriam mais invisibilidade decidiram em um polêmico debate posicionar a letra (L) a frente do (G) o movimento passou a ser (LGBT) - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

Passado algum tempo, aconteceu um encontro nacional de gays, lésbicas e travestis e no referido evento foi fundado a associação brasileira de Gays, lésbicas e travestis. Na sequência incluíram-se as demais letras como a (QIA+) deixando claro o tamanho da diversidade existente.

Para alguns, LGBTQIA+ pode ser apenas letras, mas o intuito é que um número cada vez maior de pessoas se sintam representadas pelo movimento e as suas pautas defendidas na sociedade. Cada letra representa um grupo de pessoas na sociedade que sofrem diferentes tipos de violência simplesmente pelo fato de não se adequarem aquilo que foi considerado como “normal” na sociedade.

Em uma reflexão sobre como era viver a homossexualidade nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no Rio Grande do Sul, para o ativista das lutas LGBTQIA+, Célio Golin (2014)<sup>7</sup> afirma que as pessoas viviam arranjos na clandestinidade e à margem da sociedade. “Na realidade a clandestinidade fazia a sociedade invisibilizar estes sujeitos, o que os tornavam anônimos nos espaços públicos. Somente eles e seus pares sabiam o que estava acontecendo e é neste cenário que as histórias aconteciam” (GOLIN, 2014, não paginado).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/os-emhomoafetivoem-de-hoje-e-as-embichasem-de-ontempor-celio-golin/>. Acesso em: 03 de julho de 2021.

E, na década de 80, no contexto de marginalidade e invisibilização das relações homoafetivas o mundo descobre o vírus HIV/AIDS que afetou com mais forças e primeiramente os homossexuais, assim como bissexuais e transexuais. Para Terto Júnior (2002), o impacto da AIDS sobre homossexuais chegou a assumir dimensões catastróficas nos países ocidentais, já que estavam entre os mais atingidos.

Homossexuais ganharam um novo estigma como vetores de uma doença mortífera e a pauta da libertação sexual esvaziou-se frente à nova crise de saúde pública, militantes do estado de São Paulo, especialmente deixaram os grupos estabelecidos, muitos passaram atuar em projetos de combate à AIDS, a pressão exercida pela doença fez travestis também se organizassem. O pesquisador André Musskopf (2008) aponta que é nesse período que:

O nascente movimento homossexual brasileiro teve que enfrentar os novos desafios colocados pela epidemia da AIDS, e sua vinculação com a homossexualidade. O enfrentamento da epidemia tornou necessária uma maior organização e a formação de uma frente de luta que resultou na criação de inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONG) por todo o país (MOUSSKOPF, 2008, p. 100).

A sociedade civil, organizada em ONGs, formada por pessoas LGBTQIA+, em sua maioria, assumiram a luta e o enfrentamento da epidemia. “O impacto da epidemia afetou profundamente questões relacionadas com a sexualidade, e a homossexualidade em particular, no Brasil” (MUSSKOPF, 2008, p. 100).

De acordo com Silva e Albuquerque (2017), o combate à epidemia do HIV/AIDS garantiu que os diversos coletivos e redes se articulassem e se tornassem uma potência política cultural, dando visibilidade pública a uma construção identitária das pessoas LGBTQIA+, principalmente a partir da existência das paradas do orgulho LGBT que se disseminaram pelo país no final dos anos de 1990, alterando para sempre os espaços públicos das cidades, com o desaparecimento dos “guetos”, por sua capacidade de aglutinação.

As referidas autoras assinalam que a parada do orgulho começou de forma marcante na história e é oportuno lembrar a importância da *Drague Kaká di Polly*, ela foi figura prevaiente na parada de São Paulo e na primeira edição em 1997, simplesmente por ajudar o movimento acontecer. Ao perceber que os policiais

estavam bloqueando a parada pela aglomeração intensa de pessoas ela fingiu um desmaio com intuito de paralisar o trânsito e ajudar a parada a fluir.

O êxito desse evento possibilitou uma mudança nas relações dos espaços públicos das pessoas LGBTQIA+, pois estas “não eram mais pessoas que primavam pelo anonimato, coisas de violência e repressão” (TRINDADE, 2011, p. 81). Foram para as ruas, assumir e usufruir o direito de expressar a sua orientação sexual.

Para Santana e Melo (2021), o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 é considerado um período marcante na atuação institucional do movimento social LGBTQIA+. Para os referidos autores, a primeira década do novo século foi marcada por um intenso crescimento da visibilização e reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+. Esses avanços possibilitaram a formulação de políticas públicas, com grande marcos como a criação do Programa Brasil Sem Homofobia em 2004; a I Conferência LGBTQIA+ em 2008; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIA+ em 2009; e a revisão da Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde que incluiu o respeito à orientação sexual, à identidade de gênero e ao uso do nome social no SUS.

Através das lutas e movimentos, diversas conquistas foram adquiridas ao longo do tempo, o que era impensável há 40 anos tornou-se hoje uma realidade na vida de muitas pessoas LGBTQIA+ no Brasil, homossexuais já podem se casar e adotar crianças com os mesmos direitos dos heteros sexuais, pessoas trans, podem alterar no registro civil, o prenome, e o sexo diretamente nos cartórios sem a necessidade de cirurgia, laudos médicos ou autorização judicial. Apesar dessas conquistas a violência letal contra homossexuais e mais especialmente contra travestis e transgêneros é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil.

## 5 VIOLÊNCIA CONTRA MILITANTES LGBTQIA+ NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ESTUDO.

“Ver é permitido, mas sentir já é perigoso”.

Caio Fernando Abreu

A violência contra militantes LGBTQIA+ no Brasil é histórica, e construída por paradigmas da opressão de gênero, por repressões sexuais, por padronizações de comportamentos e, sobretudo, por uma bagagem, cultural e social dos componentes relacionais que substancializam a ordem patriarcal.

Contemporaneamente a violência contra LGBTQIA+ é nomeada por “LGBTfobia” ou simplesmente “homofobia”, como é amplamente expressada na sociedade, ambos são um conjunto de violações socioculturais, econômicas e políticas que estruturam os valores morais sobre os gêneros e as sexualidades e, manifesta-se de diversas formas, em distintos espaços de atuação, interferindo diretamente “na integridade física, moral ou cultural de uma pessoa ou de um grupo” (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 162).

Santana e Melo (2021), assinalam que, diante do contexto da pandemia da COVID-19, o distanciamento social gerou situações desafiadoras e perigosas para as pessoas LGBTQIA+, especialmente para aquelas que não possuem abrigo e/ou estavam desempregadas e, ao retornarem à casa de familiares, se depararam com perigo no ambiente familiar, a intolerância e ódio de pais, irmãos e parentes, que deveriam oferecer amor, aceitação e proteção.

O Boletim de nº 3, de 25 de junho de 2020 da ANTRA (ANTRA, 2020) apontou que a partir dos dados coletados em rede foi possível aferir que durante o período de pandemia, 70% dos LGBTQIA+ cumprindo isolamento social junto a familiares, foram vítimas de algum tipo de violência, sem ter espaço ou a quem recorrer com medo de expulsão ou agravamento da situação de violência.

Para Oliveira e Moreira (2020), a violência homofóbica ignora e ataca a democracia e o direito à liberdade, registrado e garantido pela Constituição. Está nas agressões físicas, verbais ou simbólicas direcionadas à população LGBTQIA+ e traz prejuízos às construções subjetivas e à corporeidade do sujeito, atingindo diretamente sua subjetividade e, em alguns casos, levando à morte.

Gastaldi *et al.* (2021), corrobora dizendo que é inegável o rastro de sangue LGBTQIA+ derramado em território nacional, a ponto de o país aparecer na liderança

de tais crimes no mundo, sem que haja por parte do Estado brasileiro uma sinalização quanto às medidas mais urgentes para evitar essa tragédia neste grupo específico, apesar de existirem ações voltadas à população em geral.

No relatório/observatório da Acontece Arte e Política LGBTQIA+ e Grupo Gay da Bahia (2021), esse mesmo autor apresenta a evolução e agravamento dos casos de morte de LGBTQIA+ ocorrido no Brasil entre os anos de 2000 a 2020. A triste estatística revela que 5.139 (cinco mil cento e trinta e nove) cidadãos e cidadãos brasileiros foram vítimas mortais da intolerância, ódio e homofobia. A tabela 1 a seguir ilustra os dados anuais conforme relatado.

Tabela 1 - Evolução e agravamento dos casos de morte de LGBTQIA+ ocorrido no Brasil entre os anos de 2000 a 2020.

Ano	Nº de vítimas	Ano	Nº de vítimas
2000	130	2011	266
2001	132	2012	338
2002	126	2013	314
2003	125	2014	329
2004	158	2015	319
2005	135	2016	343
2006	112	2017	447
2007	142	2018	420
2008	178	2019	329
2009	199	2020	337
2010	260	<b>Total</b>	<b>3.442</b>
<b>Total</b>	<b>1.697</b>	<b>Total geral:</b>	<b>5.139</b>

Fonte: Acontece LGBTI+; Grupo Gay da Bahia (2021).

Destaca-se a oscilação anual do total de mortes: a curva revela tendência crescente, com redução apenas em 2006 e cerca de 30% de crescimento entre os anos de 2016 e 2017, de 343 para 447 mortes no período. Para Gastaldi *et al.* (2021), das 337 mortes registradas no ano de 2020, 237 foram motivadas pela LGBTfobia. As travestis e mulheres trans tiveram mais registros de mortes, acumulando um total de 161 (70%) mortes motivadas pela transfobia, seguido de gays com 51 (22%) mortes motivadas pela homofobia, seguido de lésbicas com 10 (5%) mortes motivadas pela lesbofobia, seguido de homens trans com 3 (1%) casos de mortes motivadas pela transfobia, bissexuais com 3 (1%) mortes motivadas pela bifobia e, por fim, 2 (1%) heterossexuais que por apresentarem comportamentos e performances que se distanciam da norma heterossexual foram mortos.

Consta também no relatório do Grupo Gay da Bahia que a causa das mortes registradas em 2018 reflete a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo em 124 casos (29,5%), seguida por armas brancas perfuro-

cortantes em 99 casos (23,6%), ao tempo que 97 episódios foram de mortes provocadas por agressões físicas (23,1%), com espancamento, asfixia, pauladas, apedrejamento, corpo carbonizado, entre outras.

Os números ajudam a desmascarar a naturalização da violência, da brutalidade, do ódio, da homofobia e da transfobia, os dados apresentam a cada ano um enorme aumento dos casos, mas quase nada ou muito pouco é feito por parte dos governos federal, estaduais ou municipais.

Gastaldi *et al.* (2021) assinala que a postura do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, talvez seja o elemento mais dramático da relação entre a população LGBTQIA+ e a sociedade<sup>8</sup>, pois sinaliza o desdém, o descaso e, em certa medida, desprezo em relação à estimativa que 10% da população brasileira é constituída por homossexuais e transexuais. Ao negar o direito de se ter políticas públicas específicas para a população LGBTIA+, declara-se uma “guerra” contra a “ideologia de gênero” e, diga-se de passagem, equivocada, antiquada e inconveniente, o Governo tropeçou em suas palavras, demonstrou inabilidade até mesmo para construir uma agenda positiva em prol dos pobres e desvalidos do sistema capitalista. “Jair Bolsonaro, quando deputado, chegou a questionar a veracidade dos relatórios de assassinatos de LGBTI+ do GGB” (GASTALDI *et al.* 2021).<sup>9</sup>

Sabe-se que a permanência estrutural do preconceito direcionado a esse público possui um objetivo muito claro de invalidar formas de viver, justificado por argumentos de diversos tipos de intolerância, dentre elas, a religiosa, que de forma contundente tem ganhado cada vez mais espaço na representatividade parlamentar brasileira.

Sobre essa discussão, pode-se citar Gouveia (2016) que discute sobre como as atuações políticas têm sido marcadas por discursos homofóbicos, misóginos, de ódio, de intolerância, de preconceito e exclusão. Nas palavras do autor:

---

<sup>8</sup> Em 25 de abril de 2019, comentando o fato do Prefeito de Nova York agradecer a um hotel da cidade por ter recusado sediar um evento que iria homenagear Bolsonaro, este, em café da manhã com jornalistas, soltou uma das inúmeras frases homofóbicas pronunciadas por ele, ao afirmar que: “O Brasil não pode ser o país do turismo gay, temos famílias” (MARTINELLI, 2020).

<sup>9</sup>Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>.



Não é apenas liberdade de expressão, são narrativas propositivas que impedem avanços, bloqueiam aprovações de leis importantes, aguerriam a violência contra LGBTI+, geram dores profundas nas relações familiares, ou seja, fomentam os recorrentes conflitos entre as vias religiosas e a sociedade. É a expressão da homofobia, que não aceita interrogação, questionamentos (GOUVEIA, 2016, p. 9).

Tal lógica para Foucault (2020) trata-se de uma construção discursiva que traz um forte viés político capaz de produzir modos de subjetivação que visam a estigmatização daqueles que não compartilham da mesma ideia.

Diante do exposto, fica explicitado que ainda é preciso muito para que a homofobia e todas as formas de discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ deixem de existir, afinal compreender o fenômeno da homofobia que está oculto nas relações sociais, inclusive no âmbito familiar e na escola, não é tarefa fácil e requer um caminho longo contra a alienação. Contudo é importante permanecer na luta pela superação das opressões inerentes ao Modo de Produção Capitalista, respeitando os lugares de fala e dando voz a essa minoria, que muitas vezes é silenciada.

Faz-se primordial fortalecer uma cultura dos direitos humanos em que se tenha direito a ter direitos de cidadania, que se respeite a liberdade do outro, suas escolhas e diferenças. A comunidade LGBTQIA+ quer viver e não apenas sobreviver no mundo e, ao contrário do que muitos pensam, não querem "converter" os heterossexuais em LGBTQIA+.

Portanto, é dever dos pais educar sobre a importância de respeitar o espaço do outro. É dever dos governantes criar diretrizes educacionais que favoreça o respeito à diversidade sexual, e leis protetoras que criminalizem a homofobia e fiscalize o cumprimento da mesma. Destaca-se também a necessidade de se fazer políticas públicas de amparo à comunidade LGBTQIA+ que sofrem constante violação de direitos, incluindo o aumento da violência que tem como consequência o grande número de mortes no Brasil.

Como podemos perceber, a luta pela visibilidade dos militantes LGTBQIA+ no Brasil foi marcada pelos traços da hostilidade de maneira que ora foram mais combatidos ora mais aflorados. Assim, o município de Igarapé-Miri/PA não se exime desse contexto hostil, entretanto, no cenário miriense os processos de estigmatização e violência foram recorrentes no final da década de 90.

## 5.1 Contextualização de Igarapé-Miri, PA.

O município de Igarapé-Miri pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e está localizada a margem direita do rio homônimo, na zona fisiográfica Guajarina, região de integração do Baixo-Tocantins. Limita-se ao Norte com o município de Abaetetuba, a Leste com o município de Moju, ao Sul com o município de Cametá e Moju e a Oeste com municípios de Cametá e Limoeiro do Ajuru.

É dividido em 08 (oito) distritos: Igarapé-Miri (sede), Maiauatá, Anapu, Alto Meruú, Meruú-açú, Panacauera, Cají e Pindobal. Possui área territorial de 1.996, 790 km<sup>2</sup> com uma população estimada de 62.698 pessoas e densidade demográfica de 29, 08 hab/ km<sup>2</sup> (IBGE, 2019).

Igarapé-Miri é conhecida como a "capital mundial do açaí" por se destacar nacionalmente e internacionalmente na maior produção deste fruto. Outras fontes já moveram a vida econômica do município. Como exemplo, a madeira e a cana - de açúcar. Esta última fonte econômica foi responsável por um dos importantes ciclos de desenvolvimento do município, quando Igarapé-Miri ficou conhecido pela produção da cachaça artesanal.

Hoje, Igarapé-Miri, além da coleta e manejo do açaí conta com serviços de comércio, pescadores, construtores navais, pedreiros, artesãos e funcionários públicos, tanto da esfera estadual como municipal. No campo da cultura e da arte, o município realiza anualmente eventos como Festival do Açaí e Festival do Camarão, Encontro das Cobras Grandes do Jatuíra e da Ponta Negra, entre outros. É importante salientar que também em Igarapé-Miri, há um grande número de famílias vivendo em situação de pobreza, sobrevivendo graças ao apoio de benefícios do Governo Federal, a exemplo do programa bolsa família<sup>10</sup>.

Quanto à juventude, Ferreira (2019) ressalta que existem muitos problemas relacionados a este segmento e chama atenção para o alto índice de violência e pouco empenho do poder público em criar alternativas e construção de oportunidades para os jovens do referido município.

A situação de violência no município de Igarapé-Miri/PA ganhou destaque em veículos de comunicação<sup>11</sup>, nos últimos anos. Sendo comum a atribuição aos jovens

---

<sup>10</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

<sup>11</sup> <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/onda-de-violencia-preocupa-moradores-de-igarape-mini-no-pa.html>.

como os principais responsáveis pela criminalidade. De acordo com Castro, Abramovay e Silva (2014, p. 2).

Os jovens sentem-se discriminados por várias razões: por serem jovens, pelo fato de morarem em bairros da periferia ou favelas, pela sua aparência física, pela maneira como se vestem, pelas dificuldades de encontrar trabalho, pela condição racial e até pela impossibilidade de se inscreverem nas escolas de outros bairros. Há reações contra os jovens que aprendem dança e música, e eles próprios são violentos contra os homossexuais, ou seja, reproduzem discriminações. Na medida em que existe uma representação social da juventude como irresponsável, muitos são discriminados simplesmente por ser jovem, o que diversos enfatizam. Os adultos desconfiam deles, não acreditam na sua capacidade, o que muitas vezes rebaixa sua autoestima, faz com que se sintam desrespeitados e maltratados: Eu acho isso também discriminação. No mundo de hoje, em termos de trabalho, assim o jovem é muito, vamos dizer, considerado irresponsável.

O referido autor revela que a discriminação, preconceito e a violência são problemas que excluem os jovens das perspectivas da sociedade, sobretudo os que se encontram em situações de vulnerabilidade como os LGBTQIA+, o que justifica a escolha de Igarapé-Miri como lócus de estudo.

## **5.2 Violência contra Militantes LGBTQIA+ em Igarapé-Miri.**

A violência contra homossexuais era prática considerada comum em Igarapé-Miri que passava despercebida, e o grupo oprimido escondia o sofrimento sem poder denunciar. Esse contexto hostil tem origem na década de 90, período marcado por atitudes de intolerância contra os sujeitos que não se enquadravam nas normativas e padrões culturais e sociais pré-estabelecidos na/pela sociedade.

Para Santos (2018), nesse período, a revelação da orientação sexual deixava o indivíduo passível de perder conexões humanas, inclusive de amigos íntimos e familiares à medida que sofriam um número maior de eventos negativos por parte da sociedade como: discriminação, rejeição, abuso físico ou verbal e corriam o risco de serem agredidos pela sociedade. A referida autora relata que:

O município era envolvido por um clima de insegurança urbana e de intolerância às diferenças sexuais. [...] A violência direcionada aos sujeitos que afirmavam sua sexualidade contra aos padrões normativos, em Igarapé-

Miri/PA, imprimia um clima de hostilidade, bem como servia com a finalidade de corrigi-los e enquadrá-los nos padrões normativos de uma sociedade que não conseguia, talvez segue não conseguindo, conviver com a manifestação da pluralidade dos sujeitos e seus diferentes modos de viver a sua sexualidade (SANTOS, 2018, p. 33).

Desse modo, a violência manifestava-se na opressão e na intimidação pela via do medo. Esse mecanismo é utilizado para demonstração e afirmação de poder, no intuito de impor e reafirmar a dominação. Para Chauí (2015), Esse tipo de violência pode ser compreendido como uma ação que trata uma pessoa não como sujeito, mas sim como uma coisa, sendo ela anulada e silenciada.

Nesse sentido, Santos (2018) aponta que tentavam silenciar os LGBTQIA+ de todas as formas em Igarapé-Miri, os quais eram violentados por todos os lugares que tentavam frequentar, ao passarem pelas ruas do comércio sofriam variedades de ataques, os feirantes jogavam caldo de peixe, verduras estragadas, pedras, garrafas ou quaisquer outros objetos contundentes.

Embora esses dados sejam importantes para a reflexão sobre esse contexto hostil marcado por atitudes de intolerância e violência, dirigidos contra os LGBT+ de Igarapé-Miri, faz-se necessário destacar a inexistência de dados oficiais em relação à violência contra esses sujeitos em Igarapé-Miri.

Apesar da situação de violência em Igarapé-Miri ter ganhando destaque nos mais diversos veículos de comunicação,<sup>12</sup> conforme aponta Ferreira (2019) nas matérias abordadas, há possíveis silenciamentos sobre as demandas da comunidade LGBTQIA+ e as violências cometidas contra este grupo social de Igarapé-Miri. A ausência de tais informações e o silêncio em relação à violência se traduz também na omissão (DINIS, 2011). Sobre isso, Gifone (2016, p. 27) corrobora que:

O silêncio frente a situações de violência surge como que em oposição ao “grito”. Diante do silêncio não há possibilidade de amparo, não há vínculo social que permita a quebra da condição de violentado. Não há “motivos morais” que contribuam para a construção da dimensão ética da sociedade. O silêncio frente a situações de violência faz perpetuar a violência, impossibilita o seu enfrentamento.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://poemeirodomiri.blogspot.com/2014/07/violencia-homicida-em-igarape-miri-teve.html>.

Disponível em: <https://gazetamiriense.wordpress.com/2013/10/17/quase-50-mortes-em-2013-e-violencia-aumenta-em-igarape-miri-que-nao-esta-so/>

Disponível em: <https://gazetamiriense.wordpress.com/2014/07/07/audiencia-com-deputados-debate-violencia-e-direito-humanos-em-igarape-miri/>

Em nossa análise, o silenciamento frente às situações de violência contra os sujeitos LGBTQ+ explica o fortalecimento de uma narrativa heteronormativa<sup>13</sup>, ou seja, o apagamento de práticas de violência contra esses indivíduos em um veículo de comunicação torna-se um segundo tipo de violência. Sobre isso, Assis, Freire e Ayres (2021), evidencia que os veículos de comunicação funcionam como uma engrenagem complexa que necessita do discurso proferido por outrem para construir a sua narrativa.

Entretanto, muitas famílias não são receptivas quanto à orientação sexual ou identidade de gênero de seus integrantes por serem homofóbicas. Outras, embora não tenham preconceito, temem as represálias sociais caso informações como estas sejam divulgadas. Seja por uma motivação ou outra, a consequência final é mais um silenciamento em relação à comunidade LGBTQIA+ e as violências que os atingem.

A falta de registro não significa necessariamente a inexistência de violência contra os militantes LGBTQIA+ de Igarapé-Miri. Para compreender a vivência desses sujeitos em face ao cenário hostil, às formas de violência sofridas, às suas lutas e às resistências nós estabelecemos um diálogo com os primeiros militantes do grupo LGBTQIA+ de Igarapé-Miri. Inicialmente procuramos Shaylla Rodrigues dos Santos, (que prefere ser identificada na pesquisa), Shaylla é uma mulher transexual, mas, em seu meio social, atende pelo apelido de “Mimosa”. Uma das primeiras militantes, atual presidente do grupo LGBTQIA+ em Igarapé-Miri e Coordenadora do Centro de Testagem Aconselhamento e Consulta Especializada- CTA/SAE-Igarapé-Miri.

Esse primeiro encontro, correspondeu um passo importante na pesquisa, pois foi o momento em que os laços, os diálogos, a empatia e a confiança foram potencializados. A partir de então, o mergulho no campo de pesquisa passou a ter maior consistência e contou com a participação dos demais militantes.

Nas entrevistas os participantes emergiram relatos, que o final da década de 90 foi marcado por atos de forte discriminação e violência conforme narrativa da nossa interlocutora.

---

<sup>13</sup>Entende-se heteronormatividade como categoria binária, que estabelece uma dicotomia biologizante entre dois modelos estabelecidos a partir da genitália: macho ou fêmea. A partir dessa categorização, normatizam-se comportamentos esperados para o que é classificado enquanto masculino e feminino. Esse comportamento é sustentado, também, em uma heterossexualidade compulsória, que dispõe o desejo em direção ao sexo oposto, atribuindo uma coerência e continuidade às relações de sexo, gênero, corpo e desejo (BUTLER, 2003).

*“Nessa época, passamos muita humilhação, fomos vítimas de muita violência, não podíamos ficar nas esquinas, porque éramos apedrejadas, quando vinhamos para beira (centro da cidade) jogavam muitas mangas na costa da gente, quando passávamos na feira, os feirantes jogavam caldo de peixe podre em nós, ou qualquer objeto que tivessem ao seu alcance” (SHAYLLA..., 2021).*

A violência era uma realidade que impedia esses sujeitos de frequentar as esquinas das ruas onde moravam e até de transitar pela feira da cidade, para, além da agressividade física, o relato versa também sobre as formas de violência verbal, as pessoas utilizavam-se das palavras de seus comportamentos agressivos para ridicularizar, ameaçar, manipular ou humilhar; “Para a sociedade éramos aqueles bando de gays, eu sofria muito, porque em todos os lugares que eu passava as pessoas diziam, olha a bicha, vai procurar dar um neto para o teu pai com tua mãe!” (SHAYLLA..., 2021).

Para Vieira e Cardin (2018), o preconceito assume nuances de intensidades variadas, podendo ser exteriorizado através da violência física ou verbal, e tem essência constitutiva que hierarquizam e diminuem os sujeitos sociais conforme suas diferenças. Allana Antonela reforça em sua narrativa o sofrimento no âmbito dos espaços públicos relacionados ao preconceito, à discriminação, bem como narra a violência perpetrada contra a militância.

*“Nessa época também, era difícil frequentar eventos públicos, devido a gente não se enquadrar nos padrões heteronormativos, eles não deixavam a gente entrar, a gente não era bem-vindo, o único lugar que a gente frequentava era a “Jacira” (um puteiro que tinha aqui em Igarapé-Miri), era pra lá que a gente ia, porque se a gente tentasse frequentar outros lugares era insuportável o preconceito: “chegou o veadinho, chegou o fresquinho, chegou o boiola”, tudo isso eles falavam, e assim eles não deixavam a gente entrar, e por isso íamos para a Jacira porque ela era uma pessoa que nos acolhia” (ALLANA..., 2021).*

O relato acima demonstra que além da violência sofrida contra os militantes, os impactos também foram sentidos com a exclusão social através de profunda discriminação, esses sujeitos tiveram seus direitos violados ao tentar frequentar os eventos públicos. Em consequência disso, procuravam “abrigo e diversão” em um bordel da cidade, colocando suas vidas em situação de vulnerabilidade.

*[...] a nossa ida para a “Jacira” não era pra se prostituir, mas porque era o único lugar que a gente era bem recebida, lá a gente encontrava uma diversão, ela não brigava com a gente, [...] mas lá a gente via de tudo, e ela sempre dizia, vocês só vão fazer se vocês quiserem, mas a gente não fazia, [...] às vezes a gente comprava lanche e ficava em um quarto assistindo televisão (ALLANA..., 2021).*

Na narrativa da nossa interlocutora é possível perceber o sentimento de acolhimento, nota-se que o espaço cumpriu o papel de aceitar pessoas com comportamentos que não eram permitidos fora.

Silva (2020) corrobora que o encontro com semelhantes contribui para o fortalecimento de suas identidades/orientações sexuais e o sentimento de libertação, acolhimento e pertencimento dependem de determinados espaços, tais lugares contribuem para a materialização de uma fraternidade e, sobretudo, acolhimento.

Para Ribeiro (2016), grande parte da população LGBTQIA+ continua a optar por estes lugares “guetificados”, por verem neles um espaço de libertação, que lhes resguardam das violências sofridas em seus bairros, trabalhos e, principalmente, no seio familiar.

Além disso, nas falas das interlocutoras é possível identificar alguns aspectos que demarcam como eram construídas as relações nesse período de acentuada discriminação e as incessantes investidas das ações policiais contra homossexuais; os encontros nas esquinas da cidade impulsionaram a emergência dos primeiros agenciamentos coletivos e a recorrente utilização do signo linguístico, denominado Bajubá e Carreirão, criado pela militância LGBTQIA+, para tentar fugir de grupos de jovens existentes na cidade que continham características em comum: disseminar o ódio, amedrontar e violentar sujeitos que não se enquadravam nos padrões heteronormativos.

*“Nessa época, tinha três grupos em Igarapé-Miri, Turma da Bike, Falagem Nativa e os Feras, eram grupos organizados que saíam à noite nos procurando nas esquinas para bater, eles tinham ódio de gays, (a gente os chamava de carreirão) porque eles corriam atrás de nós para bater, muitos apanharam deles, quando eu estava os carreirões não encostavam porque eu sempre soube brigar e eu ia pra cima mesmo, eu era como se fosse uma defensora dos meninos e por isso adotamos o Bajubá para que as outras pessoas não entendessem sobre o que a gente estava falando, até mesmo como uma forma da gente alertar umas às outras nas situações perigosas” (ALLANA..., 2021).*

A dinâmica entre afetos e desejos e a inclinação de viver em companhia de outros nas esquinas da cidade produz um “novo agenciamento de guerra que se define por seu grau de potência ou de “liberdade”, seus afetos, sua circulação de afetos: o que pode um conjunto de corpos” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 57).

Em diálogo com outros sujeitos que também vivenciaram esse período, nos foram reforçados tal fato, de maneira que as investidas violentas eram intensas. Segundo Shaylla os carreirões eram corriqueiros em Igarapé-Miri, por isso havia necessidade de andar agrupados como meio de proteção e sempre utilizando na comunicação o Bajubá.

Para Santos (2018) a linguagem, conhecida como Bajubá, são vocábulos oriundos da cultura afro-brasileira no ioruba-nagô que, de forma criativa, se conjugam a outros termos da língua francesa, inglesa e adaptações da própria língua portuguesa, essa mesma autora considera que:

A comunicação em *Bajubá* aponta seu teor subversivo, o Bajubá apresenta-se como um duplo movimento de linguagem dado que, de um lado, implica em um posicionamento de resistência e embates, e do outro se mostra como uma criatividade acompanhada de humor, sátira e deboche, por onde delinea sua linha de fuga (SANTOS, 2018, p. 35)

Ou seja, o Bajubá é um processo criativo que além de incorporar palavras de língua alienígenas é também um elemento na construção da identidade homossexual que aparece como instrumento da sociabilidade, conectando polos distintos, relacionando duas categorias que não se excluem, mas que por vezes aparecem como, essencialmente, dicotômicas: a casa e a rua.

Além da forte discriminação sofrida contra os militantes e os impactos sentidos com a exclusão social no relato desses sujeitos também consta a dura repreensão policial vivenciada nesse período, como descreve o relato de nossa interlocutora:

*“Eu lembro que muitas vezes a gente tinha que ficar preso dentro de nossas casas porque tínhamos medo de sair e apanhar não só dos policiais, mas também de toda população. [...] foi um tempo terrível [...] eu falo para as que estão entrando agora [afirmando sua orientação sexual], dão graças a Deus que vocês começaram a se revelar em um tempo bom, porque agora temos leis que nos amparam. Naquele tempo tudo era mais difícil”* (SHAYLA..., 2021).

Sempre que tentavam sair de suas residências para frequentar os espaços públicos principalmente à noite concentravam-se nas esquinas da cidade e a polícia, por sua vez, usava o seu poder coercitivo autoritário para coagi-los/as, conforme relato da nossa interlocutora Allana.

*“Era época de carnaval, estávamos todas juntas e montadas [arrumadas] na esquina, quando vimos os alibãs [policiais] pararam no corre a quatro [carro] da viatura e expulsaram a gente de lá jogando spray de pimenta na nossa cara. Saímos correndo com perucas e sapatos nas mãos”* (ALLANA..., 2021).

Nas falas das interlocutoras identifica-se que o período foi de acentuada discriminação e incessantes investidas das ações policiais contra homossexuais, tais



preconceitos e atentados aos direitos ocorreram, inclusive, por aqueles que deveriam preservar e garantir esses mesmos direitos, os policiais. Apesar dos dispositivos legais, normativos e constitucionais que existem, as afrontas aos direitos continuam, conforme relato do nosso interlocutor Lúcio.

*[...] no início da pandemia fui vítima de preconceito e de agressão por parte de um policial militar lá na Babilônia [casa de eventos]. Eu estava em um aniversário, e a polícia chegou lá, eu estava urinando lá atrás, nessa hora chegou a polícia correndo atrás de uns caras e perguntaram para mim, cadê os caras? Eu disse passaram correndo pra lá e aponte para onde tinham ido, aí eles mandaram eu colocar a mão pra cima, eu coloquei, e nessa hora o policial começou querer rasgar a minha bermuda, aí eu fui tentar abrir o zíper para ele não rasgar aí ele falou assim: tu é gay? Eu disse sou! Aí ele começou meter murro no meu rosto, me deu chute, fiquei com o rosto deformado (LÚCIO..., 2021).*

A narrativa de Lúcio demonstra a falta de conduta respeitosa e a atitude preconceituosa por parte do Policial na execução de seus procedimentos e, por mais que ele possua suas convicções políticas, filosóficas, morais e religiosas, isso não deveria interferir ou balizar a execução de seu trabalho, uma vez que foi treinado, em tese, para atender aos ditames legais.

Sobre isso, Xavier Júnior (2014) corrobora que os profissionais de segurança pública ainda não conseguiram se desvencilhar das amarras do preconceito, principalmente no tocante à sexualidade e orientação sexual, e agem de forma diferenciada quando se trata de membros da comunidade LGBTQIA+.

Essa forma diferenciada tem implicado na garantia dos direitos da militância LGBTQIA+ em Igarapé-Miri, os interlocutores enfatizaram que a dificuldade de acesso e o apoio por parte da segurança pública é escasso e que muitos não conseguem nem registrar boletim de ocorrência na delegacia conforme narrativa do nosso interlocutor Lúcio.

*“No dia que fui agredido pelo policial, chamei a Shaylla presidente da nossa militância, [...] pela manhã fomos à delegacia, e para nossa surpresa não quiseram fazer a ocorrência, simplesmente disseram esse tipo de ocorrência não é feito por aqui, Shaylla ligou para um pessoal de Belém que orientaram a gente ir fazer a ocorrência em Abaetetuba, eu fiz corpo de delito, levei tudo e fomos para Abaetetuba, registramos o BO, mas o caso não foi adiante, eu ainda fui ao quartel aqui em Igarapé-Miri, pra tentar falar com alguém, mesmo assim não aconteceu nada” (LÚCIO., 2021).*

Na narrativa do nosso interlocutor é possível perceber a violência nas suas mais variadas formas, inclusive na violação de direitos, por parte daqueles que em tese menos se esperaria: agentes de segurança pública, que possuem todos os mecanismos a sua disposição, e se omitem, negligenciando o direito à segurança pública e à vida frente às violações e violências contra um militante LGBTQIA+ que

precisou se deslocar para a cidade de Abaetetuba para garantir o direito de registrar um boletim de ocorrência.

Os Boletins de ocorrência constituem ferramentas importantes de avaliação acerca de infração das leis. Alencar, Neves e Parente (2016) corrobora que os BO's fornecem dados referentes a violações de direitos humanos cometidos contra minorias sexuais em todo o território brasileiro, o que é crucial para o planejamento de intervenções sobre realidades as quais se quer modificar. Mesmo assim, a delegacia de Igarapé-Miri se absteve, e o nosso interlocutor foi impedido de gozar de seus direitos básicos notadamente devido à intervenção de terceiros.

*“[...] diante de tudo que passei, cheguei à conclusão que aqui em Igarapé-Miri, não adianta procurar a justiça porque ela não ampara a gente, antes eu pensava que as pessoas não denunciavam por terem medo, mas agora eu acho que não denunciam porque não dá em nada, então, não adianta perder tempo. Eu preferi entregar nas mãos de Deus” (LUCIO..., 2021).*

Na narrativa do nosso interlocutor, fica evidente que a falta de dados sobre a violência contra a militância LGBTQIA+ em Igarapé-Miri está relacionada ao não funcionamento das instituições públicas de acordo com que determina a lei. A finalidade da proteção social é amparar a população, independente de classe social, raça, etnia, gênero e orientação sexual. Pois nota-se negligência, omissão e descompromisso por parte daqueles que deveriam garantir o cumprimento da lei, fiscalizando e cumprindo mandados judiciais, como mostra a descrição da nossa interlocutora Shaylla.

*“Em Igarapé-Miri não existe dados sobre a violência contra nós, porque muitos de nós que fomos violentados tivemos medo de denunciar, e outra que não temos apoio da segurança pública também, nem de delegacia, nem de defensoria pública nem nada. [...] a gente pode mandar ofício convidando a defensoria pública para reunião ou algum evento e eles não comparecem. A gente ver que em outros municípios tanto o Ministério Público quanto a defensoria pública dialoga com a militância LGBT, mas aqui nós temos essa dificuldade” (SHAYLLA..., 2021).*

*“[...] é por isso que nós militantes LGBT+ sempre batemos na “tecla” de que os colegas tem que vim militar com a gente pra ganharmos força para cobrar a garantia dos nossos direitos, no movimento não cobramos nada, apenas lutamos pelos direitos de todos” (SHAYLLA..., 2021).*

A nossa interlocutora chama atenção para a importância da participação ativa dos militantes, no sentido de reconhecer seu lugar no combate e prevenção da violência, para que todos se sintam protegidos de alguma maneira.

Rodrigues, Barbosa e Silva (2021) assinalam que a utilização de políticas públicas, a organização popular, e controle social em relação as ações do poder público, seria uma estratégia possível para reduzir o genocídio que esse grupo

socialmente vulnerável experimenta. No entanto, a perspectiva que se desenha no horizonte brasileiro não é a mais otimista para a população LGBTQIA+, principalmente em razão do quadro representativo que se apossou da arena legislativa e executiva no último pleito eleitoral.

Desse modo, a resistência da Militância LGBTQIA+ nos próximos anos precisa ser constante e vivaz para que os retrocessos não sejam enormes. Para Rodrigues, Barbosa e Silva (2021), a Militância precisa ainda estar consciente da importância de pressionar o governo para que a luta contra a homofobia se fortaleça na agenda das políticas públicas, e deixe de ser tratada meramente como tema da esfera pública.

Retomando a fala da nossa interlocutora Shaylla, sobre a inexistência de dados em relação à violência contra os militantes LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, é possível perceber uma característica em comum no relato desses jovens, cujo diz respeito à ausência de apoio familiar, que além da negligência por parte dos agentes de segurança pública tem também a falta de registro que em alguns casos tem relação estreita com a família, conforme relata Allana.

*"[...] a falta de registros oficiais sobre a violência contra os nossos colegas é um sério problema na nossa cidade, porque além da gente não ter apoio da segurança pública, as famílias nos impedem de denunciar, muitas famílias acham que denunciar vai os fazer ficarem "falados", como militantes. Pra gente levar à frente as informações e fazer uma denúncia é preciso ter a permissão da família e as famílias não dão autorização. [...] Enquanto militância a gente tenta fazer a nossa parte, tenta ajudar, mas sem a permissão da família fica complicado" (ALLANA..., 2021).*

A narrativa de Allana está relacionada à omissão de familiares que possivelmente são impactados, pela falta de conhecimento e pelo preconceito. Quando há a revelação da orientação sexual considerada desviante dentro do seu seio familiar, percebe-se que a família não atua como protetora e promotora de saúde e dignidade de tais indivíduos.

Sobre isso, Soliva *et al.* (2020) corrobora que é na família que se materializa alguns dos episódios de violência mais marcantes e cruéis os quais marcam profundamente as trajetórias de vida desses jovens, por isso muitas famílias preferem silenciar e não autorizam que procedimentos legais sejam feitos.

Para Soliva *et al.* (2020), em situações de racismo, por exemplo, geralmente todo o grupo familiar compartilha a dor da discriminação. No entanto, no caso da homofobia, a percepção da solidão diante da violência torna-se evidente diante de um contexto onde a família é um dos principais perpetradores desse tipo de

violência. Nesse sentido, a solidão e o silêncio são importantes sentimentos que conferem inteligibilidade às vidas de jovens LGBTQIA+.

Daniel Borrillo (2010) reflete que um jovem negro, quando vítima de racismo, consegue compartilhar sua dor com seus pais que, também negros, serão compreensivos com a dor do jovem, farão acolhimento adequado e buscarão formas de enfrentamento. Diferente disso, um jovem homossexual, quando vítima de homofobia, não consegue contar com ajuda parental e acaba por silenciar qualquer tipo de violência que venha a sofrer. Borrillo (2010) ainda diz que o homossexual sofre sozinho o ostracismo associado à sua sexualidade, sem qualquer apoio das pessoas em sua volta e, muitas vezes, em um ambiente familiar hostil que discrimina a pessoa LGBT, e nega até mesmo sua existência.

Shaylla recorda de um colega homossexual que foi assassinado em Igarapé-Miri, [...] “ele não fazia parte da militância, porque a família não aceitava a sua orientação sexual por isso não revelava para a sociedade” (SHAYLLA..., 2021).

*“Quando soubemos que ele foi assassinado foi um choque pra gente, no primeiro momento até tentamos ajudar como militantes a desvendar o mistério da morte, mas infelizmente não tivemos como entrar em algo particular da família que não aceitava sua orientação sexual. Até tentamos através da secretaria de justiça, que veio até Igarapé-Miri, que prendeu os assassinos, mas os mesmos foram soltos porque a pessoa que presenciou o crime e poderia testemunhar contra, era um homossexual que foi ameaçado a não comparecer na audiência. E por isso os assassinos foram soltos e assim o caso foi encerrado e o assassino continua solto por ai e pode fazer outras vítimas”.*

A narrativa da nossa interlocutora, demonstra que, quando a família refuta em não aceitar a orientação sexual de seus filhos, deixa totalmente desamparado, a mercê da própria sorte, a revelação da orientação sexual pode permitir que o sujeito sinta-se protegido pelas pessoas que o cercam na sociedade, o que não ocorreu com o caso do jovem assassinado.

Contudo, a fala de Shaylla expressa que os Militantes LGBTQIA+ tentaram ajudar, mas o preconceito familiar não foi rompido, membros da secretaria de justiça e direitos humanos vieram em Igarapé-Miri, conseguiram a prisão dos assassinos, e, o que mais chama atenção é ameaça contra a testemunha, o silêncio e ausência de tais informações, por parte dos órgãos competentes.

Falar de crime significa falar de medo, de insegurança e temor, a testemunha, no entanto, sentiu medo, e preservou a sua segurança e proteção. Para Castro, Matrak Filho e Monteiro (2011) quando o medo está relacionado à violência e ultrapassa alguns limites, acaba gerando certo desconforto social, pois o que deveria

causar prevenção começa a provocar uma deturpação na condição de vida das pessoas.

Ao que tange o silenciamento da área criminalística, alguns policiais, delegados e juízes manifestam sua homotransfobia ignorando tais crimes, negando sem justificativa plausível sua conotação homofóbica (MOTT; MICHELS; PAULINHO; 2016). Para Dinis (2011) o silenciamento traduz-se também na omissão. Sobre isso, Gifone (2016, p. 27) corrobora que:

O silêncio frente a situações de violência surge como que em oposição ao “grito”. Diante do silêncio não há possibilidade de amparo, não há vínculo social que permita a quebra da condição de violentado. Não há “motivos morais” que contribuam para a construção da dimensão ética da sociedade. O silêncio frente a situações de violência faz perpetuar a violência, impossibilita o seu enfrentamento.

Dessa forma, a família, enquanto instituição cultural protetora, falha demasiadamente com filhos pela sua orientação sexual. Em nome da moral e dos bons costumes, os mesmos são mantidos em posições rebaixadas e silenciadas, e o não reconhecimento gera sofrimento, adoecimento, coloca esses sujeitos em situação de vulnerabilidade e algumas vezes, pode resultar em assassinato, porque a falta de informação aliado ao preconceito dos pais acaba por ser o motor de várias formas de violência. Ouvindo os participantes da pesquisa observamos que quase todos/as recorreram às experiências familiares para relatarem vivências de manifestação homofóbica no âmbito familiar.

### **5.3 Violência no âmbito familiar em face às manifestações homofóbicas**

O âmbito familiar enquanto instituição social, expressa um conjunto de símbolos, crenças e autoridade moral. Esse conjunto de determinações no seio familiar ocorre a partir da interiorização, pela incorporação de normas e valores e pela naturalização desses elementos institucionais que aparentam ser invisível e comum. Para Brito e Arruda (2019), a família sendo um instrumento social, possui o papel de nortear e regular os membros, além de definir como os indivíduos devem ser e agir a partir de interesses dominantes.

Souza (2019) considera que esse instrumento social se estrutura das mais variadas formas, por contar com a presença de indivíduos com vivências subjetivas

diferentes. Tais diferenciações geram as particularidades de cada um e possibilitam compreender por que muitas relações e posições individuais são dificultadas nesse âmbito.

Independentemente de sua configuração, particularidades ou dificuldades, esse ambiente é compreendido como um sistema potencialmente importante na vida dos sujeitos, uma vez que seus componentes são responsáveis por propiciar espaços de segurança, acolhimento, afeto, proteção e bem-estar: individual ou coletivo (SILVA; TONDIN; QUEIROZ, 2021).

Assim, a família é vista como o maior alicerce para que o sujeito possa revelar sua orientação sexual perante si mesmo e à sociedade. Contudo, a família pode ser acolhedora ou não perante o ente que revela, acarretando uma série de fatores na vida dos envolvidos.

Nascimento (2018) corrobora que, geralmente, os familiares exteriorizam agressões, ameaças e outros muitos tipos de violências que evidenciam a intolerância, frustração e medo por se depararem com a existência da orientação sexual de um (a) filho (a). Algumas famílias não conseguem proporcionar a esses jovens uma sensação de acolhimento que convencionalmente essa instituição deveria gerar o que pode causar conflitos, agressão, discriminação e ressentimento.

Carrara e Lacerda (2011) apontam que 97% dos sujeitos que se sentiram discriminados alguma vez na vida relataram a presença de sentimentos como tristeza, inferioridade, humilhação, depressão, entre outros fatores psicológicos ao longo de suas vidas. Na vivência dos nossos interlocutores, alguns desses aspectos foram referidos, o que nos leva a refletir que a família é tida socialmente como principal base de acolhimento, mas, contrariamente a isso, é também geradora de preconceitos e sentimentos de inadequação, como podemos observar no relato dos/as nossos/as interlocutores.

*“[...] o que eu passei não foi fácil pra ninguém, e ainda mais ser discriminada dentro da própria família, [...] me emociono quando conto essa história, [chorou] pelo que passei na minha família quando tentei me revelar como uma pessoa trans, a violência sofrida iniciou na família, meu pai nunca gostou e nunca me aceitou do jeito que eu sou, [...] ele trabalhava fazendo carreto, e todas as vezes que chegava, me batia muito, me dava chute por baixo da rede, ele não me suportava, mesmo sofrendo tanta violência eu tinha que aceitar porque dependia dele” (SHAYLLA..., 2021).*

A descoberta da orientação sexual pelos pais geralmente vem acompanhada de graves tensões capazes de romper os laços de solidariedade que a família tende a amarrar. O relato de Shaylla retrata que a homofobia familiar foi a pior forma de

discriminação que pudera experienciar. Cunha *et al.* (2020) corrobora que a homofobia ocorre dentro da casa do sujeito, pela reação negativa da família quando um membro/a revela sua orientação sexual, e não poder contar com o apoio social da família, constitui um aspecto de vulnerabilidade que pode ser enfrentado por esses sujeitos.

A falta de apoio e condições de sobrevivência afetou em demasia a vivência de Shaylla na casa dos pais, sem garantia de condições financeiras teve que aceitar permanecer por algum tempo naquele ambiente, sem poder escapar do contexto de opressão da homofobia familiar. Para Leite *et al.* (2019), esse tipo de desamparo pode causar grande sofrimento por ser a família um importante local de segurança, identificação e por ser imprescindível para o desenvolvimento humano.

Para Seffner (2011) a família encontra-se em uma posição hierárquica de poder e se autoriza, a partir da sua inserção nas dinâmicas de preconceito, a infligir vários tipos de violência (verbal, física e psicológica) contra esses indivíduos.

Esse processo turbulento de ameaça, chantagem, agressão/chute por baixo da rede, fazem parte de uma terapêutica que visa única e exclusivamente trazer esse sujeito às raias da “normalidade” ocasionalmente rompida, e não tendo êxito, cria punição sobre seus membros não heterossexuais mesmo que eles/as não tenham feito nada de errado. [...] “Essas punições vão desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais” (SCHULMAN, 2010, p. 70).

Contudo, compreender-se, aceitar-se e assumir-se a orientação sexual fazem parte de um longo e doloroso processo, principalmente, quando o indivíduo cresce e vive em um ambiente familiar tradicional/religioso, como sinaliza o relato a seguir:

*“Eu venho de uma família tradicional de Igarapé-Miri, minha vó teve dezesseis filhos biológicos e adotaram dez então, tios e tias eu tenho vinte e seis. Imagine nessa família surgir um dos primeiros gays da cidade! [...] lembro que uma vez todos reunidos o papai falou assim: “se um dia eu tiver um filho gay eu mato” eu nunca esqueço isso. Eu logo pensei assim: então ele vai me matar. Eu sempre gostei muito de dançar, ele [papai] não deixava, porque via o “jeitinho”, meus pais já sabiam, só não queriam aceitar, [...] eu reunia com os amigos gays, na maioria das vezes de madrugada pra ninguém ver, eu tinha pavor que alguém visse e fosse contar para meu pai que o filho dele estava junto com os gays. Em 1996, eu resolvi assumir a minha orientação sexual, ao lado da praça em uma festa, foi a primeira vez que eu provei bebida alcoólica, e “soltei a franga”<sup>14</sup> e uma prima minha viu e foi falar para o papai com a mamãe que eu estava dançando no meio dos gays, mas nesse dia eu apanhei muito do papai, muito mesmo (ALLANA..., 2021).*

---

<sup>14</sup> Soltar a franga é uma expressão muito utilizada pelos homossexuais que tem como significado: liberar geral, mostrar um lado mais afeminado, mais aberto, mais extravagante (ALLANA..., 2021).

A partir do relato de Allana pode-se observar que a revelação da orientação sexual para a família é um momento delicado, onde o ato de revelar-se pode ser totalmente influenciado pelo histórico familiar, o pai mostra resistência diante de assunto relacionado à homossexual, fato observado na fala “se um dia eu tiver um filho gay eu mato” atitude como essa, retrata um cenário de negligência familiar que reproduz as lógicas opressora e aniquiladora de uma sociedade intolerante em relação ao tema homossexualidade.

Para Soliva *et al.* (2020) Esse tipo de violência está fortemente vinculado à qualidade das relações domésticas, ou seja, das relações nas quais a violência é absorvida de forma silenciosa, causando danos catastróficos no processo de formação da subjetividade da vítima, e o medo de ser percebida mobilizava os esforços da Allana de se esconder e negar alguns prazeres, como por exemplo, a dança, “[...] ele via o “jeitinho”, já sabia, só não queria aceitar, por isso não deixava dançar” (ALLANA..., 2021).

Mata (2016) corrobora que pais (homens) se sentem ameaçados quando seus filhos, não dão sinais da “firmeza masculina”. Em geral, quando os meninos apresentam a voz fina ou têm interesses por brincadeiras de meninas, ou que têm postura corporal afeminada, despertam uma maior preocupação nos pais, que vêem neste comportamento a homossexualidade de forma latente.

Os medos de Allana relacionam-se ao processo que Pecheny (2004) chamou de “discriminação antecipada”, ou seja, situações sociais nas quais esses sujeitos pressupõem atos de discriminação e condicionam suas ações a partir dessa previsão.

Esse processo desencadeia fortes conflitos que fazem da “casa” um espaço marcado por receios e incertezas, e os pais acabam tornando-se vigilantes no comportamento dos seus filhos/as, esse movimento de repressão parte de extremos que vão desde a interdição até formas mais cruéis de violência, sobre isso Allana prossegue:

*“papai não deixava sair de casa porque havia assumido a minha orientação sexual, então arranquei uma tábua debaixo de mesa (nossa casa era de madeira) e por lá eu fugia até que um dia ele me viu chegando, me segurou e me bateu muito, quase me mata” (ALLANA..., 2021).*

O trecho evidencia uma violência absurda pautada pela homofobia familiar, os resultados causaram grande sofrimento por ser a família um importante local de



segurança, identificação e imprescindível para o desenvolvimento humano (LEITE *et al.*, 2019).

Conforme o pensamento do autor supracitado processo doloroso como esse chegam a desenvolver questões de ameaças, proibições e invasão de privacidade, situações que fazem parte do contexto de violência psicológica.

Schulman (2010, p. 74) corrobora que essa é “a forma mais comum de homofobia e a mais fácil de ser executada”, efetuando assim uma ruptura frente aos direitos humanos e tornando essas relações além de desumanas, regulares e normativas.

Ao falar mais sobre o ocorrido, Allana relata que este cenário hostil contou com a “pressão” dos amigos homofóbicos de seu pai.

*“[...] sei que ele me batia por pressão dos amigos, porque os amigos falavam olha galo o teu filho é gay, olha o teu filho vai ficar com homem, e ele ficava saturado daquilo, e não tinha como descarregar nos amigos, ele vinha pra cima de mim, às vezes eu estava sentado ele passava e do nada me dava uma bofetada, então a luta foi muito grande, por fim, eu fui expulsa de casa, dormi três noites na praça, comi comida do lixo, não tenho vergonha de falar” (ALLANA..., 2021).*

A narrativa da nossa interlocutora aponta que seu genitor era influenciado por amigos homofóbicos, que sentiam desejo de punir aqueles vistos como desafiadores das normas de gênero.

Nesse contexto, Saggese (2009) aponta que a forma como os amigos preconceituosos de uma família, relacionam a informação da homossexualidade de um jovem, estando baseadas na suposição de que aquele rapaz não é como os outros rapazes do grupo não se comportam como os outros garotos do bairro, e são nominados de formas variadas: é o gay afeminado, o veado, o baitola, o boiola, o fresco.

Em algumas situações, chega a desencadear uma exposição descontrolada, que motiva os pais a pressionarem os filhos em busca de um esclarecimento acerca dos comentários ocorridos na rua o que pode advir efeitos desastrosos na vivência desses sujeitos, envolvendo surras, insultos, abandonos e/ou expulsões, celebrando o rompimento familiar conforme expressou Allana.

Sobre isso, Honneth (2003) assinala que expulsar filhos (as) de casa é uma negligência que coloca a pessoa em situação vulnerável que possibilita diversas outras violências ao corpo, como passar por fome, lutar por sobrevivência em condições climáticas adversas, fora a maior suscetibilidade às violências nas ruas.

Assim como Allana, Shaylla também relata que foi expulsa da casa dos pais, pela qual houve rompimento dos vínculos familiares.

*“[...] devido ser uma pessoa transexual e meu pai não aceitar, fui expulsa de casa, morei pela casa dos outros, [...] quem sempre ficou do meu lado foi minha mãe, [...] o filho pode não prestar para ninguém, mas para a mãe presta porque é só ela que sente a dor do parto. Ela se preocupava se eu estava doente, se já tinha comido, ela dava a vida pelos filhos. E não suportou mais isso, e separou dele, passamos muita fome, comíamos pela casa dos outros, mamãe dava o jeito dela trabalhando em casa de família pra não ver os filhos passarem fome, era uma discriminação só contra a minha pessoa, a família não apoiava, somente ela como mãe, e assim, a gente ia se ajeitando, mas infelizmente ela veio a falecer já faz 12 anos que ela se foi, mas eu agradeço todos os dias a força que ela me deu, e sei que onde ela estiver, está olhando pra gente” (SHAYLLA..., 2021).*

A narrativa de Shaylla destaca a figura da mãe como apoio, acolhimento e proteção, o relato dela entende a figura da mãe como protetora, por ser a única que sente a dor do parto. Esse apoio ajudou muito à interlocutora, mas também trouxe outros desafios como a separação, à vivência pela casa de parentes e a luta pela sobrevivência.

Sobre isso, Costa (2020) pontua que, a relação de mãe é dotada de uma capacidade de até sofrer juntos, esse respeito pode ser uma das formas de reconhecimento que tem potencial pra reinventar as relações familiares e auxiliar as pessoas LGBTQIA+ em suas buscas por emancipação. Ainda sobre o assunto, a interlocutora relata que:

*“[...] passados alguns meses do falecimento da mamãe, resolvi voltar para casa do meu pai com meus irmãos, [papai] não falava comigo, ele vinha eu me afastava, [...] minha cunhada organizou uma confraternização em família e como ela se dava muito bem com meu pai, chamou ele e falou que não era momento de ficar com raiva de mim que era momento de perdoar e perguntou se ele preferia ter uma pessoa trans na família ou um ladrão que tivesse preso que ele tivesse que levar comida no presidio que ser transexual não é vergonha pra ninguém que ela também tem um membro na família que é homossexual que é um irmão e que a família apoia [...] Mediante tudo que minha cunhada falou, ele me pediu perdão por tudo que já havia feito e eu sou muito dura também, não queria aceitar porque ele me feriu muito durante a minha infância, mas ao mesmo tempo pensei, vou perdoar, a partir desse momento, a gente passou a se dar bem, hoje quem resolve as coisas pra ele sou eu, quem leva ao médico sou eu, quem faz tudo por ele sou eu. Ele era uma pessoa que não valorizava e agora ele valoriza” (SHAYLLA..., 2021).*

Na narrativa de Shaylla é possível compreender que as violências sofridas se transformaram em luta por reconhecimento, o apoio da cunhada como fator protetivo foi importante. Contar com aceitação e engajamento de alguém que faça parte do grupo familiar pode facilitar o processo de vida das pessoas LGBTQIA+ (LEITE; CATELAN, 2020)

Os autores supracitados enfatizam que a pessoa que fere precisa ser incentivada a vivenciar a história do outro até se dar conta do impacto gerado, o

arrependimento e a culpa despertados são importantes para validar a experiência do ferido. São eles que dão valor ao pedido de desculpas e possibilitam uma reparação.

Um ritual de perdão e reparação foi necessário para aproximar Shaylla do seu pai, porém ela demonstrou tristeza pelo processo e pelas marcas resultantes da violência sofrida pelo pai. Sobre isso, Leite e Catelan (2020) corroboram que, em uma situação tão violenta como essa, a validação e o pedido de perdão podem não ser suficientes para que um filho(a) sinta-se disposto(a) a perdoar.

Honneth (2003 apud LEITE; CATELAN, 2020), pontua que maus-tratos físicos fere a confiança da pessoa de forma duradoura. A confiança que é apreendida através do amor é perdida junto com a capacidade de ter autonomia sobre o próprio, quando isso acontece pode surgir como consequência uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos.

Assim como Shaylla, Allana também relatou sua experiência de reconciliação e perdão com seu pai, “só não consigo morar junto com ele, mas a nossa relação é muito boa, [...] a gente é assim: é uma assistência, um tanto familiar e às vezes material também” (ALLANA..., 2021). Mesmo tendo sofrido violências e sendo expulsa de casa, consegue estabelecer uma relação amistosa com o pai e percebe que ele se preocupa com a sua integridade e saúde.

A partir dessa compreensão, percebe-se que a superação das condições desumanizadoras vivenciadas pelos militantes LGBTQIA+ participantes da pesquisa, oportunizou a busca pelos primeiros ensaios de resistência.

#### **5.4 Entre as esquinas e passarelas: os primeiros ensaios de resistência e constituição da militância**

Como vimos nos capítulos anteriores, às narrativas das/os nossas/os interlocutoras/os são repletas de recordações das vivências dos tempos sombrios. Essas violências converteram-se em formas de resistência, conforme assinala Honneth (2003) a experiência advinda do desrespeito pode ser transformada em impulsos que motivem as lutas, fazendo com que as pessoas desenvolvam ações afirmativas e resistências políticas.

Essa afirmação corrobora com as situações vivenciadas e descrevem os primeiros ensaios de resistência e constituição da militância a partir de 1997 e a

tomada de decisão para criação do Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri - GHI, o qual representou o pontapé inicial para a luta dos que ousaram assumir uma orientação sexual diferente da hegemônica imposta pela sociedade.

Os tempos sombrios e o medo decorrente da violência social sofrida por esses sujeitos contribuíram para o fortalecimento no sentido de lutar pela visibilidade a partir da coletividade como expressa Allana:

*“[...] nesse tempo, nós éramos excluídos, não tínhamos oportunidade de participar de eventos, na maioria das vezes a gente se reunia de madrugada embaixo de um lava jato no bairro do perpétuo socorro para ninguém ver, tínhamos muito medo, [...] em uma dessas reuniões, resolvemos criar o nosso próprio evento, nós tínhamos criatividade, mas ninguém valorizava” (ALLANA..., 2021).*

Frente a essa exclusão, esses sujeitos traçaram os primeiros ensaios para a vivência como militantes, a partir da realização de um evento que atraiu público de faixa etária diversificada, ao mesmo tempo em que exibiram seu potencial criativo, demonstraram que estavam dispostos/as a lutar para viver sua orientação sexual conforme destacamos a fala de Shaylla:

*“como nesse tempo era muita discriminação, a gente encontrou nesses eventos uma forma de se aproximar da sociedade, mostrar nosso potencial e fazer perceberem que a gente estava disposta a lutar para viver nossa orientação sexual livremente” (SHAYLLA..., 2021).*

Esses eventos foram marcados por campos de resistência e negociações, pois as três primeiras edições ocorreram em algumas escolas de Igarapé-Miri, e o mesmo era denominado “Miss Caipira Gay” acontecia sempre no mês de junho, período típico da festividade junina. Conforme relato da nossa interlocutora:

*“‘Miss Caipira Gay’ começou a ser realizado nas escolas na época de São João, foi muito difícil para conseguir esse espaço, nos primeiros anos o evento foi fechado, apenas para convidados, nessa época era muita violência contra a gente e não dava pra fazer um evento aberto ao público, os nossos convidados eram pessoas de bem, conseguimos mostrar a nossa criatividade, tudo foi criado por nós, não tivemos apoio financeiro de ninguém” (SHAYLLA..., 2021).*

A narrativa da nossa interlocutora demonstra que o agenciamento coletivo, e as negociações possibilitaram a realização de três edições do evento, e devido à intransigência foi preciso precaução com a escolha dos convidados, a maioria dos convites foram destinados para membros das famílias ou pessoas dos seus ciclos de amizade.

A falta de apoio financeiro fez os eventos ocorrerem de forma improvisada, principalmente no que se refere ao traje das candidatas, “elas usavam saia rodada com enfeites juninos” (SHAYLLA..., 2021). O grupo não contava com apoio financeiro do poder público municipal e muito menos do comércio local, isso demonstra que o preconceito é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e exclusão.

Para Molina (2011) esses eventos impulsionam a visibilidade cultural e os questionamentos referentes à homossexualidade. Na visão da autora, o evento facilita a busca de visibilidade com intuito de, para além de afirmação identitária, manifestar o seu direito de cidadania.

Esses primeiros ensaios, possibilitaram a ampliação da visibilidade, o evento tomou novas proporções e outras conquistas foram surgindo nas vivências desses sujeitos. No ano de 1998, foi realizado o evento denominado “Rainha das Rainhas de boneca”. Segundo Allana o tema originou-se das brincadeiras escondidas na adolescência, “nossas brincadeiras escondido tinha um tema, era rainha das rainhas de bonecas a gente brincava em baixo de um lava jato no perpétuo socorro pra ninguém ver” (ALLANA..., 2021).

O evento em homenagem às brincadeiras da infância consistia na elaboração de trajes carnavalescos para bonecas e culminava com apresentações e desfile dos artistas e suas respectivas “candidatas” (bonecas) conforme relato da nossa interlocutora.

*“A ideia da realização desse evento surgiu em uma tarde, quando estávamos conversando em uma esquina [rua], era eu [Allana], Paola, Lyra Gabi e Talicia, nessa conversa, nós fizemos uma avaliação sobre o “Miss Caipira Gay” que deu muito certo, então tivemos a ideia de fazer o “Rainha das Rainhas de boneca”. A ideia amadureceu, organizamos o evento, [...] a gente saía nas casas convidando as pessoas para prestigiarem, era um evento para todas as idades, mas lotou de crianças. Cada boneca barbie tinha um nome escolhido por nós, cada uma com sua fantasia acompanhado de um tema, bairro e clube de futebol” (ALLANA..., 2021).*

Segundo Allana, o “Rainha das Rainhas de bonecas” iniciava às 17h com entrada franca, atraía o público de as faixas etárias. O evento foi promovido em três edições, sendo que nas últimas contou com a participação de jurados e premiação para a quem apresentou o traje mais elegante. Para as nossas interlocutoras foi um dos maiores eventos da época, repleto de criatividade que impactou a sociedade miriense principalmente às mães que levavam as crianças e ficavam encantadas com a novidade cultural artística.

Para as nossas interlocutoras, essa novidade artística cultural representava o campo de luta e resistência das vivências de infância. Sobre isso, Costa (2020) afirma que a cultura como expressão de resistência e como campo de luta constitui em espaço político, lugar de produção de significados e valores.

[...] a cultura tem a capacidade de decifrar as formas da produção social, da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade (CHAUÍ, 2006, p. 8-9).

Corroborando com a autora, a arte é um meio pelo qual os LGBTQIA+ podem compartilhar as experiências de suas vivências, resistir contra a cultura fascista e possibilita que enxerguem suas potencialidades, “a partir de sua própria memória, da crônica de seus valores, lutas, esperanças e tradições, [...] instituem seus próprios símbolos e espaços” (CHAUÍ, 2006, p. 9).

Para as nossas interlocutoras, esses eventos possibilitaram algumas conquistas; além da visibilidade, ocorreram algumas mudanças em suas vivências, daí em diante, traçaram as primeiras articulações para constituir a militância em Igarapé-Miri.

### **5.5 Da esquina para o banco: processo de constituição da militância**

Todas essas vivências e atuações deram origem ao interesse de constituir a militância através do diálogo e união de um pequeno grupo de homossexuais que compreenderam o sentido de militar, seu papel transformador e, portanto, revolucionário.

Esse pequeno grupo foi liderado por Paola no final do ano de 2001, se deu com estabelecimento de um diálogo muito construtivo, conforme expressa Shaylla

*“[...] em uma conversa na esquina da generalíssimo, [rua] Paola tomou frente para fundar a Militância, reunimos o grupo embaixo de uma árvore e ela falou”: “nós precisamos criar um movimento, ser militantes pra gente ter mais visibilidade” (SHAYLLA..., 2021).*

O relato de Shaylla aponta que os primeiros encontros ocorreram na esquina de uma rua no centro da cidade e se estendeu até o banco da praça, o principal

objetivo de constituir a militância era ter mais visibilidade e lutar por justiça e igualdade de todos os homossexuais de Igarapé-Miri.

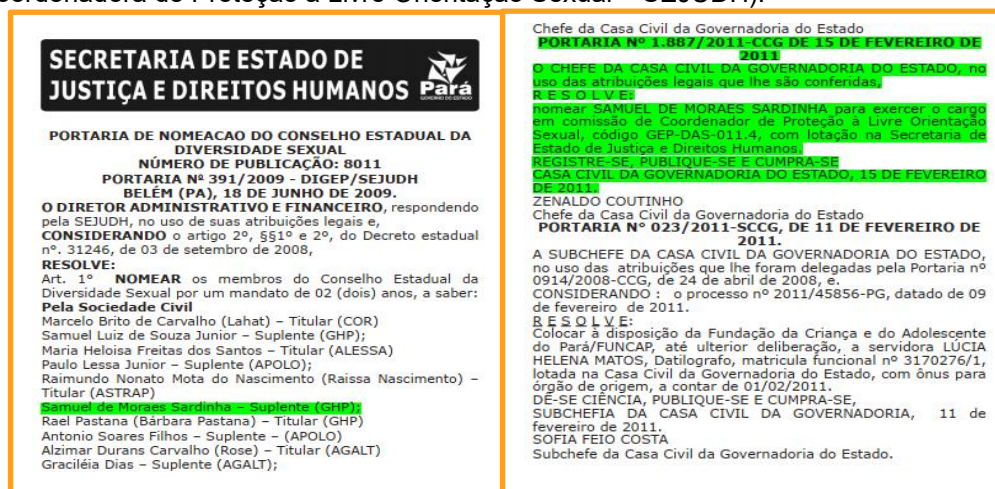
Para Vinadé e Guaresch (2007) a militância surge na vida das pessoas como uma via possível de exercer-se como sujeito que se sentem oprimidos por um sistema carregado de preconceitos, estigmas e exclusões. São essas afetações dilacerantes que incitam a busca de transformação através da luta. Conforme reitera Allana ao dizer que o incentivo de Paola apareceu como um lugar de acolhimento às angustias e revoltas partilhadas.

*“Paola nos encorajou, tinha um olhar que a gente não tinha, tinha influência com alguns políticos da capital, se envolvia no meio de muitas pessoas e teve uma ideia brilhante de fundar a nossa militância que ganhou o nome de Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri- GHI” (ALLANA..., 2021).*

De acordo com nossos/as interlocutores/as, Paola que se identificava como gay ou homossexual, atuava como militante das causas que envolviam as discussões de gênero e sexualidade, devido a sua aproximação com grupos políticos na capital, foi nomeada para cargos comissionados pelo governo do estado para atuar em órgãos responsáveis pelos assuntos referentes à diversidade sexual do Estado do Pará.

Como mostra portarias abaixo, Samuel de Moraes Sardinha que se identificava como Paola, em 2009 foi nomeado como Membro do Conselho Estadual de Diversidade Sexual com mandato de dois anos, em 2011, mais uma nomeação para atuar como Coordenador de Proteção à Livre Orientação Sexual com lotação na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH.

Figura 3 - Portarias de nomeação de Paola em 2009 (Conselho Estadual de Diversidade Sexual) e 2011 (Coordenadora de Proteção à Livre Orientação Sexual – SEJUDH).



Fonte: IOEPA (2009).

Assim que Paola foi nomeada para esses cargos, organizou todas as papeladas levou pra Belém e a nossa militância foi constituída (SHAYLLA..., 2021).

De acordo com a nossa interlocutora, a participação de Paola nesses órgãos foi de extrema importância, não só para contribuir com as demandas do município como para a organização burocrática da constituição da militância denominada “Grupo de Homossexuais de Igarapé-Miri”- GHI.

*“[...] nesse mesmo período a nossa militância recebeu a legalização jurídica, após esse processo aconteceu a eleição para escolha da coordenação, posteriormente realizamos no município uma ação comunitária de saúde com consultas médicas, odontológicas, psicológicas, e exames. Esta ação teve apoio do Estado por meio da influência de Paola, além da parceria que fizemos com a Secretaria de Saúde de Igarapé-Miri” (SHAYLLA..., 2021).*

Como expressa Shaylla, a partir da legalização jurídica, em consonância com os dispositivos legais, foi realizada a escolha da coordenação através do processo democrático, o qual “Paola não pode concorrer porque tinha vínculo empregatício com o Estado” (SHAYLLA..., 2021).

Por essa razão, o cargo ficou sob a responsabilidade de Ailson Aires que cumpria as medidas formais. Contudo, Paola continuou dando apoio na condução dos trabalhos de Aires e as pautas de lutas e reivindicações foram fortalecendo-se e algumas atendidas pelo Estado conforme enfatizou a nossa interlocutora Shaylla, que apesar dos poucos recursos humanos e materiais a militância alcançou importantes conquistas. Esses agenciamentos coletivos preconizam importantes dinâmicas de articulações, bem como a consolidação na atuação política (SANTOS, 2018).

Segundo os nossos/as interlocutores/as, Paola faleceu no ano de 2011 em decorrência de um grave problema de saúde, para Shaylla a notícia “foi como um balde de água fria porque ela era muito conhecida na cidade”. “Foi uma coisa inesperada, ninguém esperava perder ele tão cedo” (SHAYLLA..., 2021)

Na narrativa dos nossos/as interlocutores/as foi possível perceber a consternação dos militantes pela morte de uma pessoa querida que implicou grande mudança para o grupo e os desafios em dar continuidade na condução do movimento.

Apesar da perda, os militantes, com muito esforço conseguiram avançar, Shaylla, Lira Gabi e Thayssa, conduziram os trabalhos à frente da coordenação da militância, até o ano de 2016, momento que “iniciamos a movimentação para realizar outra eleição para escolha da nova coordenação” (SHAYLLA..., 2021).

De acordo com os nossos/as interlocutores/as, o primeiro passo foi a convocação da assembleia que elegeu a Comissão eleitoral que organizou o processo para a eleição da futura coordenação da militância, o pleito para o cargo de presidente e vice contou com a participação de chapa única Shaylla e Sandy. De



acordo com Shaylla esse evento teve a participação de um número significativo de pessoas. “A eleição aconteceu na Escola Manoel Antônio de Castro, membros da militância LGBTQIA+ do Estado vieram nos ajudar e fazer a supervisão, foi um evento que mobilizou muita gente, muitos militantes vieram votar” (SHAYLLA..., 2021).

Shaylla e Sandy foram eleitas com 80% dos votos favoráveis, passados alguns meses ambas foram empossadas, a cerimônia de posse contou com as ilustres presenças de “Rafael Ventimiglia, coordenador de políticas para bissexuais e Duda Lacerda, coordenadora de políticas para travestis, ambos da militância LGBTQIA+ do Estado do Pará” (SHAYLLA..., 2021).

Como vimos a militância LGBTQIA+ e o mundo que ela representa vivem em constante mudança e evolução. De acordo com as nossas interlocutoras uma das primeiras pautas adicionadas pela nova coordenação na assembleia geral do grupo foi a mudança de nomenclatura, como mencionado anteriormente ela nasceu primordialmente representada pela sigla “GHI” (Grupo Gay de Igarapé-Miri), que incluía unicamente os homossexuais, com a chegada de novos militantes que lutavam por afirmação de direitos, Shaylla e Sandy propuseram que uma nova sigla deveria nascer e a proposta foi: GLGBTI - Grupo LGBT de Igarapé-Miri, a qual foi efetivada após a apreciação de todos/as.

Contudo, a sigla continuou em mudança, “atualmente estamos usando a sigla LGBTQIA+ porque indica a possibilidade de inclusão de novas homossexualidades” (SHAYLLA..., 2021). Para Bortoletto (2019), essa sigla é como uma bandeira que cobre todos aqueles que dela fazem parte. A adoção de uma sigla justifica-se quando se leva em consideração a importância da representatividade de cada sujeito que possui a sua individualidade e sua história (CARVALHO; CRISTINE; SOUZA, 2021).

Contudo, é importante notar que a pertinência dos avanços obtidos por esses militantes retrata a luta por uma identidade social que seja respeitada, não sendo denominadas de forma pejorativa. De acordo com a nossa interlocutora Kelly, inúmeros desafios foram enfrentados no decorrer desse processo e a busca pelo reconhecimento da forma de viver e expressar um afeto das formas mais diferentes é uma luta constante.

*“Para conquistar a visibilidade, enfrentamos inúmeros desafios, na verdade, é uma luta cotidiana que nunca acaba sempre existiu e vai existir o preconceito contra a nossa orientação sexual. Mas a gente vai conquistando os nossos espaços na sociedade” (KELLY..., 2021).*

Para a nossa interlocutora a conquista por direitos sempre foi uma tarefa árdua, mesmo assim os militantes têm conseguido avançar na busca por esse reconhecimento e para tentar desconstruir a visão negativa que a sociedade miriense tinha da militância, foi realizada a primeira parada do orgulho LGBT de Igarapé-Miri,

## **5.6 Paradas LGBTQIA+ como mecanismo de luta da militância**

Segundo Facchini (2005), o nome Parada deu-se pelo fato do ato ser um desfile pelas ruas, por ser um evento que não era apenas político, mas também uma festa política, de brilho, de alegria que fazia um paralelo a essa forma de mobilização.

Para Soares (2020) A festa da parada é uma forma lúdica da militância voltada para a reivindicação dos direitos sociais e humanos para a população LGBTQIA+. Para os participantes da pesquisa foi um ato que visibilizou corpos que em outros momentos foram silenciados e tomados como abjetos, além de transformar assuntos tidos como privados em pautas de ordem pública, conforme relato abaixo.

*“Conseguimos vencer muitos desafios e conquistar o nosso espaço através da parada Gay que acontece todo dia 27 de julho, é quando a gente vai pra rua dar o nosso grito pelo respeito da sociedade e assim procuramos conquistar o nosso espaço, foi a partir desses movimentos que começamos a ganhar um certo respeito de alguns membros da sociedade, porque nesse evento já conquistamos a participação de muitos amigos e até famílias do nosso município que fazem questão de apoiar e participar e graças a Deus temos conquistado muitas amizades e assim as oportunidades vão se abrindo” (KELLY..., 2021).*

*“A parada do orgulho LGBTQIA+ é um ato político, um evento que a gente manifesta o nosso clamor por respeito, cidadania e dignidade, nesse evento a sociedade ver que na nossa militância tem seres humanos que merecem respeito” (ALLANA..., 2021).*

As narrativas das nossas interlocutoras apontam que esse ato político é um momento que aloca todas as manifestações, quebram estigmas e dar lugar à multiplicidade de identidades, ou seja, é o momento que a militância dar o seu “grito” pela emancipação de identidades e pela manifestação das sexualidades oprimidas pelos padrões hegemônicos.

Santos (2008) diz que esse evento tem a finalidade de expor diante da sociedade suas conquistas alcançadas, reivindicar melhorias na segurança, lutar pelos seus direitos de ir e vir e de lutar por um município que saiba conviver com a diferença. É um momento de interação dos indivíduos e conseqüentemente de construção da história de uma cultura coletiva (CARLOS, 2017).

Segundo a nossa interlocutora Allana, cada ano que passa o evento vem tomando novas proporções “e não promove somente a garantia dos nossos direitos como também a conquista de adesão de homens e mulheres heterossexuais, inclusive alguns comerciantes da cidade vão para as ruas prestigiar o nosso evento”. (ALLANA..., 2021).

Os resultados positivos desses eventos encorajam a realização das próximas manifestações, fortalecem a ação política da militância e evidencia um grande avanço na conquista de direitos e respeito no que concerne ao trânsito e exposição nos espaços públicos (SANTOS, 2018).

### **5.7 Persistência e avanços: a militância LGBTQIA+ floresce em Igarapé-Miri**

Ser militante é não esperar que a maré mude a nosso favor, mas nadá-la. Não há uma forma ou fórmula. Basta que cada um faça sua parte, do seu jeito (PAULO TETTI).

Conforme situamos anteriormente, as vivências da militância LGBTQIA+ de Igarapé-Miri é marcada por paradigmas da opressão, lutas pela visibilidade e reconhecimento social. Embora sejam poucas as vozes que naquela época se levantaram contra violências morais, físicas e psicológicas, sofridas por esses sujeitos, devemos entender que a constituição da militância foi de suma importância para a realidade que vivenciamos nos movimentos que lutam por direito e visibilidade.

Ao longo desse período, ao se darem conta da opressão que estavam sendo submetidos/as na quais alguns foram levados gradativamente à subversão, avançaram nas suas lutas políticas e na conquista de direitos. A partir desse período histórico, muitos acontecimentos contribuíram para impulsionar e florescer este caminho.

Para Soares (2020) ao longo dos anos, essa militância cresce em número e articulação, trabalhando estrategicamente em prol da visibilidade, da defesa dos direitos humanos e sociais, entre eles destacamos o direito à saúde.

Um marco histórico da persistência, e das estratégias de lutas da militância em Igarapé-Miri, foi a efetivação de um política pública voltada para área da saúde, a implantação do CTA/SAE- Centro de Testagem e Aconselhamento/ Serviço de Assistência Especializada, que desenvolvem ações necessárias para a prevenção e a assistência, bem como o estabelecimento de mecanismos de apoio que visem à

redução da vulnerabilidade da população ao HIV/AIDS e garantam os direitos de todas as pessoas infectadas pelo vírus, conforme relato da nossa interlocutora e atual coordenadora do referido centro.

*“Quando assumi a coordenação da militância, senti a necessidade de lutar por um espaço que pudesse atender não somente a nossa militância, mas a população de modo geral, [...] um espaço de testagem e aconselhamento, que pudesse dar assistência às pessoas portadoras de HIV. Então, fomos pra cima do poder público na época e através de muitos diálogos nós conseguimos, eu assumi a coordenação, hoje nós estamos trabalhando em um espaço melhor, eu (Shaylla) continuo à frente da coordenação desenvolvendo as ações necessárias” (SHAYLLA, 2021).*

O relato de Shaylla demonstra que a luta da militância pode ter um papel muito rico na sociedade, suas ações produzem transformações sociais importantes. O CTA/SAE em Igarapé-Miri oferece testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B e C. De acordo com a nossa interlocutora, o anonimato da pessoa é garantido e para se cadastrar no serviço é necessário assistir uma palestra (aconselhamento coletivo), posteriormente o usuário é encaminhado para aconselhamento individual, pré e pós-teste com garantia de apoio emocional e sigilo das informações obtidas. Além disso, o usuário recebe uma cota de preservativo mensal, obedecendo aos critérios de distribuição do Ministério da Saúde.

Sobre a realização dos exames Shaylla, relatou que não é necessária solicitação médica, informou ainda, que no caso de suspeita de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o usuário é encaminhado para consulta médica. Em caso de resultado positivo para HIV o usuário é encaminhado para o acompanhamento e testagem no Serviço de Assistência Especializada (SAE).

Além disso, o serviço oferece às mulheres cadastradas a oportunidade de participar do grupo de apoio para o incentivo do uso de preservativo feminino, assim como realiza palestras extramuros sobre IST/HIV/AIDS, quando solicitadas por empresas, escolas e comunidades. É necessário ressaltar que a luta conjunta e a persistência da militância foram importantes aliados, principalmente no diálogo com o poder público municipal.

Para Soares (2020) a contribuição social dessas esferas de poder quando sensibilizadas pelas demandas da militância LGBTIQIA+ são de extrema importância, pois somente a partir de políticas públicas e do reconhecimento dessas expressões da questão social é que se pode realizar um enfrentamento direto das formas de intolerância, preconceito, exclusão, invisibilidade e desigualdade às quais esses sujeitos estão suscetíveis.

Garantir tais ações de prevenção e ajuda aos portadores da doença, abre espaço para a defesa dos direitos sexuais, a sexualidade passa a ser compreendida enquanto componente integrante da atenção integral à saúde. Portanto, essa militância tem encontrado nas articulações uma estratégia eficaz nesse processo.

Segundo Foucault (2019), onde existe poder também existe a possibilidade de resistências, sendo essa uma das principais características da militância LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, que trazem uma importante estratégia de luta, persistência e avanços, diante de uma sociedade heteronormativa que impõe seus padrões através da regulação dos corpos e comportamentos dos indivíduos. Característica que pode ser constatada na fala das nossas interlocutoras. “Eu venho desbravando essa luta há muito tempo, sou uma das primeiras militantes, [...] a gente sabe tratar os indivíduos, criar laços, e lutar pelos direitos de todos, isso faz muita diferença (ALLANA..., 2021).

*“Hoje nós já conquistamos o nosso espaço, eu falo que aqui em Igarapé-Miri a gente vive em uma cidade abençoada, a comunidade LGBTQIA+, claro que não é 100% mar de rosas, ainda existe muitas famílias preconceituosas, ainda somos vítimas de preconceitos na nossa própria família, tem alguns membros da minha família que não me chamam pelo meu nome social, e isso me aborrece muito, mas tem muitas pessoas que nos respeitam pela nossa história, pela nossa luta, por tudo que a gente faz e os novos que estão chegando que querem fazer alguma coisa e que vem de encontro com nossos princípios a gente logo chama atenção” (ALLANA..., 2021).*

Na sociedade em geral ainda prevalece o preconceito em relação à orientação sexual, apesar dos avanços jurídicos quanto ao direito de uso do nome social,<sup>15</sup> algumas pessoas permanecem conservadoras, ignoram e desrespeitam as identidades trans, todavia, para Allana isso não é motivo para desanimar e muito menos deixar de lutar, persistir e florescer. O uso do nome social é uma conquista recente. É produto de lutas do movimento LGBTQIA+ pelo direito de autodeterminação (MAFRA, 2019).

Além dos avanços em termos das políticas públicas voltados para a saúde da militância, outro fator que merece destaque é o perfil profissional desses sujeitos, eles/elas florescem no mercado de trabalho formal e informal conforme narrativa das nossas interlocutoras.

*“Hoje eu tenho um empresa de decoração, aqui no nosso município, “Estrela’s decorações e buffet”. Meu trabalho é reconhecido tanto pelas pessoas católicas como evangélicas, isso eu considero como uma grande conquista, porque quando criei a empresa para começar a trabalhar os meus amigos falavam, tu vai trabalhar pra quem, que tu é gay? Mas eu comecei trabalhar com coragem, e nada me*

---

<sup>15</sup> De acordo com Mello Neto e Agnoleti (2008), o nome social é aquele pelo qual uma pessoa escolhe se apresentar, aquele que expressa a identidade por ela assumida cotidianamente.

*abalava e hoje todos podem testemunhar da minha evolução, eu me considero como uma referência LGBTQIA+ em Igarapé-Miri, tem muito colegas ingressando nesse ramo da decoração e alguns dizem, tu não vai ficar brava? Eu digo vão trabalhar, façam tudo com amor e seriedade que você também vai crescer. Afinal de contas o sol brilha para todos, eu sempre oriento que não façam nada errado, porque nós já somos crucificados por sermos gays, se não tratar sério será pior ainda” (ALLANA..., 2021).*

Figura 4 - “Estrela’s decorações e Buffet”



Fonte: (ALLANA..., 2021).

Como mostra a Figura 4, o trabalho de Allana é admirável, “Estrela’s decorações e Buffet” é referência em Igarapé-Miri e presta serviço de qualidade para a comunidade há 22 anos, Allana conta com uma equipe qualificada, além de “termos o cuidado de atender nossos clientes no que diz respeito a detalhes, mais do que apresentando possibilidades de escolhas, vivemos lado a lado no planejamento na organização e acompanhando todas as novidades que são lançadas no mercado” (ALLANA..., 2021).

Shaylla considera que este avanço impulsionou a visibilidade e os questionamentos referentes à homossexualidade, além de ter revolucionado o estilo de vida de cada militante fazendo a diferença nos privilégios atuais.

*“[...] devido à nossa persistência, já conseguimos garantir muitos direitos, e isso eu considero como um grande avanço, agora a gente já ocupa os espaços públicos, muitos colegas homossexuais trabalham em órgãos públicos ou privados, alguns são autônomos, outros empresários/as, eu estou aqui nesse espaço público, como Coordenadora do CTA/SAE, então, isso para mim é um grande avanço porque nunca fomos vistos pela sociedade e principalmente ocupando esses espaços públicos, então agora estamos tendo visibilidade” (SHAYLLA..., 2021).*

Como podemos observar na narrativa das nossas interlocutoras, a militância LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, vêm ocupando diversos cargos, dentre eles os de liderança no serviço público e até no ramo empresarial, suas habilidades e suas características levam a desenvolver uma influência positiva e inspiradora.

Apesar das dificuldades que enfrentaram estes profissionais militantes LGBTQIA+ eles buscaram empoderar-se e estabelecer-se tanto socialmente, quanto profissionalmente. Conforme evidenciamos na narrativa de Allana o empoderamento pessoal tornou-se evidente nas relações pessoais como um todo, deixando claro que a assunção da sexualidade para família possibilitou que estes se aceitassem como indivíduos comuns perante a sociedade, tornando-se pessoas fortes diante de qualquer situação.

Allana entende que sua contribuição na sociedade vai além de suprir a necessidade dos clientes de sua empresa de Buffet e Decoração, e além de seus próprios interesses, uma vez que vivemos em um país de extremas desigualdades e com uma parcela de pessoas vivendo em condições sub-humanas. Allana entende que não pode fugir a essa realidade, mas o contrário, pode contribuir para minimizar dentro de suas competências essas distorções sociais. Um exemplo dessa contribuição é o apoio aos colegas militantes que estão ingressando no ramo e ela orienta que trabalhem com amor e seriedade que o “sol brilha” para todos/as, além do mais, Allana orienta para as questões dos princípios morais, acrescenta que: “que todos têm oportunidade de crescer por esforço próprio sem precisar macular a sua imagem” (ALLANA..., 2021).

Para Salvagni (2011), os modos de trabalhar podem impactar, significativamente, não apenas nas identidades profissionais, mas também nas próprias identidades de gênero, à medida que, inserido em um contexto fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho, uma vez que aquele que trabalha se reconhece mais ou menos homem ou mulher, dependendo das funções que desempenha.

Corroborando com o autor, é válido ressaltar que a conduta dos/as nossos/as interlocutores/as no mercado de trabalho impactou significativamente as suas vivências pessoais e profissionais, além das conquistas de alguns direitos, conforme reforça Shaylla, “devido à nossa persistência e conduta, já conseguimos garantir muitos direitos e isso eu considero como um grande avanço” (SHAYLLA..., 2021).

Lúcio e Kelly fortalecem o argumento anterior e apresentam ressalvas que valem ser mencionadas, ambos/as disseram que conquistaram sua independência financeira antes mesmo de assumirem a orientação sexual e isso contribuiu com a persistência e o empoderamento além de não terem sido vítimas de abuso psicológico no sentido financeiro, conforme relato a seguir:

*“Eu não enfrentei tantos desafios durante fazer parte da militância, primeiro porque minha família nunca teve resistência em relação a minha orientação sexual, todos sempre me respeitaram, assim como as pessoas que não fazem parte do meu convívio familiar sempre me respeitaram, outra que eu sempre trabalhei e nunca dependi de ninguém, já trabalhei até em casa de família, atualmente eu sou servidor público e trabalho como ajudante em uma empresa de decoração, e nunca enfrentei problemas, as pessoas sempre me respeitaram nesses lugares” (LÚCIO..., 2021).*

A narrativa de Lúcio evidencia que o apoio familiar e a independência financeira são laços que estabilizam sua participação na militância, dá segurança e estabilidade para sua orientação sexual, sem medo de punições e sanções advindas de preconceitos e, por assim ser, desfruta de uma situação mais confortável em relação à carreira profissional, que oferece possibilidades de inserção social, prazer, inovação, resistência e criatividade.

Na esteira desse posicionamento, Kelly também nos disse:

*“Eu sempre tive apoio da minha família, mas também sempre tive minha independência financeira e por isso ando de cabeça erguida aqui em Igarapé-Miri, não tenho sido vítima mais de xingamentos, graças a Deus, sempre procuro respeitar as pessoas para que as mesmas me respeitem. Atualmente eu trabalho com estética, penteado, maquiagem, essas coisas, e me sinto bem fazendo o que gosto” (KELLY..., 2021).*

Kelly reconhece que a conquista no mercado de trabalho e consequente a independência financeira, contribuem com a relação familiar, evita conflitos, amplia a autonomia e resiste o preconceito. Irineu e Oliveira (2020) concluem que por consequência, as relações de trabalho da população LGBTQIA+ e de qualquer outro/a sujeito, produzem efeitos diretos sobre a vida social, seja em campo da saúde (física e psicológica), seja no contexto social em que vivem. Ou seja, o indivíduo muda de situação social e seu estilo de vida também pode ser alterado.

Kelly, que atualmente trabalha com estética, penteado e maquiagem, nos disse que: “o que vem ocorrendo em Igarapé-Miri é que os LGBTQIA+, que tradicionalmente eram tratados como marginal, estão em constante crescimento” (KELLY..., 2021). Ficou evidente nas falas dos/as nossos/as interlocutores/as, que as práticas de discriminação, antes aceitas com naturalidade, agora são problematizadas e rejeitadas.

Por essa razão, a luta e a persistência não se restringem à liberdade sexual, elas englobam e ultrapassam. Por isso, os militantes entrevistados nesta pesquisa fazem parte de um movimento rico, plural, composto por infinidade de sujeitos/as e práticas que visam de um modo ou de outro, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio, e por serem



determinado/as florescem e exaltam sua garra e coragem enquanto militantes, trabalhadores e até políticos conforme relato da nossa interlocutora Shaylla.

*“[...] vários colegas homossexuais já foram candidatos a vereador, alguns conseguiram ocupar os espaços públicos e isso já é uma vitória muito grande, porque antes não tínhamos essa oportunidade, foram através de muitas lutas e persistência que aos poucos fomos conhecendo nossos direitos. Eu [Shaylla] já vim candidata à vereadora duas vezes pelo PSB meu partido, onde tem um seguimento de pessoas transexual, é um espaço muito importante, porque o partido dialoga com a militância LGBTQIA+. Coisa que não víamos antigamente. Era tanta revolta contra a nossa militância, que nada era feito pra incluir a nossa população, mas esse partido foca em todos os seguimentos, gays, heteros, mulheres negras. E assim o partido foi se fortalecendo, e com isso temos alguns deputados que abraçam a causa apoiando a nossa militância. Então, pra gente é gratificante poder ocupar esses espaços, como eu, por exemplo, fui candidata, não consegui ser eleita, mas estou aqui atuando como Coordenadora do CTA/SAE então, isso para mim é um grande avanço porque nunca fomos vistos pela sociedade e principalmente ocupando esses espaços públicos, então agora estamos tendo visibilidade” (SHAYLLA..., 2021).*

Como vimos os jovens militantes LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, estão presentes nos diversos seguimentos da sociedade além da participação na política partidária. Na narrativa da nossa interlocutora, tais conquistas são resultados de luta, resistência, e acima de tudo persistência. Para Shaylla que já foi candidata à vereadora em Igarapé-Miri, a participação na política significa reconhecimento e cidadania, embora não tenha sido eleita, não podemos esquecer que as candidaturas de um militante LGBTQIA+ têm importantes desafios a serem superados, e o primeiro deles está em garantir a viabilidade eleitoral dessas candidaturas. Para tanto, a construção de candidaturas articuladas com o movimento LGBT pode ser uma estratégia para garantir o sucesso eleitoral, (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, o engajamento militante é uma forma duradoura de colocar-se em marcha por uma agenda que represente conquistas que extrapolem os ganhos individuais e que incidem sobre toda a categoria (MAFRA, 2019). Por isso, os nossos interlocutores revelaram que as experiências pessoais, foram determinantes para decisão de lutar persistir e avançar dentro dos coletivos sociais.

Por essa razão, Shaylla faz menção sobre a importância da sua filiação partidária ao Partido Socialista Brasileiro-PSB, que dialoga com todos os seguimentos, inclusive com a militância LGBQIA+. Para Santos (2016) Em uma sociedade machista e patriarcal com longo histórico de opressão a grupos subalternos, é digno de nota o fato de que a cada eleição mais candidatos/as vêm a público assumir sua orientação sexual/identidade de gênero para pedir votos.

Apesar desses significativos avanços, a luta ainda existe, pois, se, de um lado, a militância LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, obtiveram alguns direitos e benefícios assegurados, do outro ainda há pessoas que não aceitam a diversidade sexual e querem regredir com tudo o que já foi conquistado (ASSIS, 2020). Esse grupo de pessoas seriam políticos que agem segundo crenças religiosas e atuam como oposição propondo medidas que prejudicam os homossexuais.

## **6 VIVÊNCIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: O QUE CONTAM OS MILITANTES LGBTQIA+ DE IGARAPÉ-MIRI?**

A militância LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, está representada, sobretudo, na união de pessoas que compreendem o sentido da militância, que desempenham um papel transformador e, portanto, revolucionário, na qual se concentra um grupo de luta, concentram-se pessoas que foram flageladas, marginalizadas e estigmatizadas por um sistema que as exclui e que as torna invisíveis (SOUZA, 2017).

Para o referido autor, esses jovens projetam-se no espaço, indo no sentido oposto ao das normas que estão impostas, causando então, embates ideológicos que se manifestam de diversas formas no convívio social e escolar.

Para Garcia (2019) a discussão acerca do papel da escola no que diz respeito à sexualidade de seus alunos tem sido objeto de debate crescente nas últimas décadas, e o caráter normativo das instituições escolares são apontados como campo de estudos do gênero e sexualidade no qual tem sido ressaltada a produção de masculinidades e feminilidades.

Essa lógica manifestada no contexto escolar promove compulsoriamente a heteronormatividade, agindo, na maioria das vezes de modo discriminatório e punitivo contra as pessoas não heterossexuais. Por esse motivo as escolas são vistas quase sempre como locais inseguros para alunos que sejam identificados e/ou se identifiquem como homossexuais. Se o indivíduo não se sujeita à norma, esta cria uma fronteira entre práticas tidas como lícitas e ilícitas (FOUCAULT, 2002).

Os militantes LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, revelam essas práticas em seu processo de escolarização. Esses relatos desvelam ricas fontes de estudos para compreender as vivências desses sujeitos no processo de escolarização em face às manifestações homofóbicas sofridas na escola básica miriense.

### **6.1 Homofobia: fatores impactantes na escola**

De acordo com Perucchi e Corrêa (2013), a homofobia é uma problemática preocupante que se constitui como sendo uma atitude agressiva para os homossexuais, na qual consiste em classificar o outro ser como anormal ou inferior.

E que por meio dessa classificação, esses sujeitos são tidos como “diferentes” dos demais seres por uma questão meramente sexual, contribuindo assim na maioria

das vezes com a sua exclusão, seja no convívio social, familiar ou escolar. (BORRILLO, 2010).

Na escola, a homofobia provoca consequências gigantescas na vida de quem sofre esse tipo de violência, e essa manifesta-se nos sentimentos, na dignidade, no sucesso ou fracasso escolar.

A esse respeito, os participantes desta pesquisa revelam fatores impactantes relacionados às manifestações homofóbicas vivenciadas em seu convívio escolar, que vão desde a violência simbólica até a violência física, e também vislumbra aqueles que praticaram esse tipo de violência, como explicita a fala da entrevistada.

*“A minha vivência na escola foi muito sofrida, muito mesmo, além das chantagens, apanhei muito dos meus colegas, mas nunca falei nada para minha família, nessa época eu tinha sido expulsa de casa, estava morando na casa da minha tia e fazia de tudo pra não levar problema pra ela, peguei muitos socos, quebraram a minha cabeça, me deram com pau na costa, jogavam merenda em mim, me trancavam no banheiro, mas eu não falava nada, sofri muito principalmente no período que cursei da 5ª até a 7ª série, chegou um momento que não aguentei mais estudar, aí eu parei, fiquei 10 anos sem estudar, depois eu voltei pra cursar a 8ª série e o ensino médio” (ALLANA..., 2021).*

O relato da nossa interlocutora evidencia a violência psicológica sofrida no ambiente escolar de duas formas. A primeira delas é a vitimização direta, ou seja, a dor da agressão, de ter apanhado ou ser ofendida por colegas da escola. Já a segunda forma é aquela que se realiza pela exposição que a situação de violência implica. A vergonha do constrangimento e a violência sofrida na frente de outros alunos, ou mesmo de expor para família, teve um alto potencial destrutivo, contribuindo para o distanciamento da escola por dez anos.

Nesta perspectiva consegue-se entender o contexto do esforço da nossa interlocutora, talvez em função da vergonha, que esse tipo de vitimização evoca que mediante as situações de violência homofóbica vivida no cotidiano escolar hostil, posicionou-se de maneira passiva, não deixando transparecer nem para membros da família.

Góis e Soliva (2011) corroboram que as marcas físicas da violência homofóbica nas escolas constituem geralmente a sua expressão mais visível. Contudo, ao lado dela, estão também os impactos na subjetividade, a falta de apoio dentro da família em uma fase importante da experimentação sexual e de formação da personalidade, que influenciou negativamente na possibilidade desses sujeitos lidarem com a violência, principalmente porque ela é impetrada por aqueles colegas dos quais esperavam acolhimento e compartilhamento de experiências positivas.

Nesse sentido, Foucault (2011) assinala que tais atos violentos surgem dentro de uma compreensão de poder absoluto, no qual grupos agem como se fossem legítimos donos da verdade, que Butler (2003) denomina de heteronormatividade compulsória em detrimento da homossexualidade. Para a autora tanto o sexo, como o gênero são atos normativos afirmados pela repetição de valores heterossexuais, os quais são considerados como normais e apropriados.

Para Ferreira e Ferreira (2015), o ambiente escolar é produtor e reproduzidor da heteronormatividade e esta é uma característica intrínseca nas chamadas pedagogias de controle, as quais, por via do constrangimento, tentam tolher qualquer fuga da padronização. Nesse processo, alunos heterossexuais que atendam aos padrões heteronormativos estarão em situação de conforto, em detrimento de homossexuais que, geralmente, estão à margem da sociedade escolar. É o caso de Lúcio, que diz que sua vivência escolar foi “normal”, sem muitos atropelos, embora tenha portado-se de um jeito que quase ninguém sabia que era gay como ele mesmo relata:

*“[...] contra a minha pessoa ninguém fazia nada, até porque eu me portava de um jeito que quase ninguém sabia que eu era homossexual, até hoje, por exemplo, têm pessoas que falam para mim, eu não acredito que tu és gay” (LÚCIO..., 2021).*

Mesmo não tendo sido agredido no ambiente escolar, Lúcio chama atenção para acontecimentos que evidenciaram e legitimaram atos homofóbicos a partir de uma postura desrespeitosa diante de práticas violentas contra seus colegas homossexuais.

*“Durante o período que passei por essas escolas, vivenciei várias formas de comentários e piadinhas contra os homossexuais, por exemplo, os colegas na escola quando suspeitavam que alguém era gay davam vaia, gritavam olha o veado, gritavam é BUA é BUA, (é o que eles falam quando vejam alguém que eles chamam de “bicha”) além disso, eles batiam com pau mas isso era até normal” (LÚCIO..., 2021).*

A narrativa de Lúcio aponta que a violência verbal sofrida pelos seus colegas no interior das escolas era frequentemente praticada sempre e sistematicamente pelas mesmas pessoas. Outro aspecto evidenciado que precisa ser levado em conta na fala do nosso interlocutor é a não percepção das situações como sendo violentas, estes “comentários” e “piadinhas” não eram vistos como violência homofóbica, “nada grave”, isso era até “normal”, algo corriqueiro que ocorreria no interior de todas as escolas que passou.

Contribuindo com essa análise, Prado e Machado (2008), esclarecem que a homofobia no ambiente escolar estrutura-se através de alicerces construídos por uma dinâmica na naturalização de inferiorizações sociais. O que sustenta essa repulsa é que sua lógica impede de enxergar as razões que justificam as inferiorizações naturalizadas por seu mecanismo. (PERUCCHI; CORRÊA, 2013). Ou seja, o preconceito impede que as pessoas vejam sua própria cegueira diante das situações de discriminação (PRADO; MACHADO, 2008).

Na narrativa apresentada por Lúcio, também evidenciamos as manifestações homofóbicas relacionadas ao ato de nomear o/a outro/a de maneira a agredi-lo/la, ou seja, utilizando nomes pejorativos para identificar ao que é diferente. Sobre isso, Longaray e Ribeiro (2014) alegam que essa prática apresenta três efeitos: 1) negar que pertence à identidade que se quer agredir; 2) demonstrar superioridade, a partir da lógica dicotômica heterossexual/homossexual, normal/anormal, e 3) demarcar quais espaços podem e devem ser ocupados por ele/a, de forma a delimitar os lugares reservados aos/às ditos/as normais.

Para o referido autor, nomear o outro/a como diferente tem como finalidade demarcar os lugares, as posições e os comportamentos a serem assumidos pelos sujeitos. Ao chamarem os nossos interlocutores por nomes socialmente desqualificados como (veado, buá, buá e bichinha) além de buscarem reafirmar a que identidade pertencem e, conseqüentemente, negarem pertencer a ela, seus colegas procuram determinar os espaços nos quais os LGBTQIA+ devem transitar, que não são os mesmos que eles ocupam, demarcando fronteiras e contribuindo para a prática homofóbica (LONGARAY; RIBEIRO, 2014). Da mesma forma, Shaylla narra como os/as colegas agiam com ela na escola:

*“Todo meu processo educacional foi em escola pública, quando Iniciei minha carreira estudantil nas séries iniciais todos os colegas me chamavam de bichinha, eu vivia falando para professora que estavam me chamando de gay, era vítima de preconceito todos os dias. [...] Depois que assumi a minha orientação sexual, a situação ficou mais complicada, vários colegas pelos corredores diziam: “olha aquele homem vestido de mulher”, até porque eu sempre andava “montada” e principalmente para ir pra escola, fazia questão de ir bem arrumada e maquiada” (SHAYLLA..., 2021).*

Shaylla reforça na sua narrativa: *“quando os/as colegas me chamavam de “bichinha” eu vivia falando para professora, mas ela se mantinha neutra”*, Nesse contexto, tais atitudes implicam na produção das desigualdades sexuais e de gênero, reforçando mecanismos de hierarquização e homogeneização. Nesse sentido, silenciar ou ignorar determinados assuntos e fatos, bem como impor limites com

relação às condutas, gestos e atitudes, são formas de classificar os sujeitos em um espaço repleto de multiplicidades, que é a escola (LONGARAY; RIBEIRO, 2014).

Essas práticas homofóbicas manifestadas através da indiferença têm relação estreita com formas de correção e punição que se julgam necessárias para a reafirmação da existência de uma sexualidade normal, além de produzir a ideia de ser homem e ser mulher, faz aumentar os diversos grupos sociais que servirão de ferramentas de exclusão.

Ademais, Shaylla é negra, pobre, pertence a uma classe social considerada profana, uma classe que, para o capitalismo, apenas interessa como força de trabalho. Acrescido a isso, Shaylla era reconhecida como “homem vestido de mulher”, e como tal, pela lógica heterossexista, possuidor de um desejo impertinente, pecaminoso e abominável, representava uma ameaça às famílias e ao ordenamento social.

Contudo, a partir das contribuições de Mafra, (2019), presumimos que estes três elementos ampliaram significativamente, a marginalização de Shaylla durante o processo de escolarização, contribuindo para a exacerbação do ódio a tudo aquilo que ela representa e aumentando as chances de ser vítima de violência, seja ela pela cor, pela classe ou pela orientação sexual.

Alunos/as, como Shaylla exposta à vulnerabilidade social, ao frequentarem a escola levam em consideração que é a instituição demarcada com a possibilidade de construção sistematizada dos saberes e conhecimentos que os instrumentalizem para o enfrentamento das situações de preconceitos e discriminação. “Esses saberes dizem respeito à desconstrução de um conjunto de ideologias que visam garantir a sua submissão” (MAFRA, 2019, p. 96).

Dessa forma, a responsabilidade da escola deveria ser de propiciar ao seu corpo discente uma visão de mundo que o ajude a entender as relações sociais, políticas e culturais da sociedade e esses conhecimentos deveriam funcionar como instrumentos, não só de inclusão ocupacional, mas de luta política, de demarcação de um território social, de pertencimento e provisionamento para a resistência (PISTRAK, 2000).

Contudo, na escola, agregada por ideologias de classe, de etnia, gênero e sexualidade, esses debates passam a largo (MAFRA, 2019), ou seja, fazem parte do currículo enquanto instrumento de decisão política compromissada com a

emancipação popular, quando muitos, configuram nos temas transversais, apresentados por Torres Santomé (2011) como currículo turista.<sup>16</sup>

Para Louro (2018) a escola é um dos espaços mais difíceis para os sujeitos assumirem sua orientação sexual, pois, segundo a concepção heteronormativa, só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo, deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, por isso, a escola nega e ignora a homossexualidade e, dessa forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam seus desejos homoafetivos.

Com base nessa padronização, as pessoas de identidade LGBTQIA+ são o outro, o estranho, o anormal, o que não se encaixa. São corpos assumidos como problemáticos, subversivos, que vão de encontro à ordem natural das coisas (MAFRA, 2019).

Sobre essa concepção, Kelly aponta em sua narrativa que as manifestações homofóbicas são oriundas não apenas dos colegas, pois as marcas das diferenças vivenciadas nas escolas por onde estudou, eram advindas também de alguns professores.

*“Quando estudei nessas escolas eu já havia assumido a minha orientação sexual. O que sempre ocorria era que até a oitava série os professores exigiam que eu ficasse sempre no grupo dos meninos, mas depois que eu passei para o ensino Médio, comecei resistir e os professores já foram aceitando” (KELLY..., 2021).*

No relato de Kelly ficou evidente que os professores costumavam se dirigir aos alunos, em suas aulas, como se todos fossem heterossexuais, ignorando a presença de homossexuais, além da exigência que a participação nos trabalhos transcorresse sempre no grupo dos meninos.

Além disso, Kelly apresenta em sua narrativa, traços de “inadequação” relacionados ao seu corpo, quando ela nos diz que por ser trans não poderia participar de grupos de meninas. Mas a genitalidade, ou seja, o sexo biológico, não

---

<sup>16</sup> Currículo turista é uma metodologia que geralmente contempla o que falta aos currículos oficiais, livros didáticos, por exemplo, criamos “El día de”, dia das letras gallegas, os idiomas oprimidos, e acabamos por banalizar as culturas, as lutas, os racismos, até porque, as escolas costumam levar esses dias mais “frouxos” e os conteúdos muitas vezes ou quase sempre não fazem parte das avaliações, o que sinaliza uma irrelevância dos estudos sobre esses temas. O resultado disso é uma desconexão com a realidade cultural da qual o alunado faz parte e no resto do ano estas situações permanecem silenciadas.



lhes parece um destino a ser seguido à risca e, em sua condição de cidadãs, essas identidades precisam ser respeitadas (MAFRA, 2019).

Para Ferreira e Ferreira (2015) esse tipo de conduta por parte da escola é chamada de fuga às normas heterossexistas, é compreendida como o caminho "errado" na condução de um corpo disciplinado.

Sobre isso, Oliveira e Barbosa (2022) assinalam que a escola como reprodutoras de recortes binários e heteronormativos, naturaliza que ser homem ou mulher são as únicas possibilidades no que diz respeito à vivência do gênero, assim como todas as relações afetivas e sexuais serem validadas apenas nas relações entre gêneros opostos, objetivando assim relações heterossexuais e marginalizando outras formas de vivenciar a sexualidade.

Desse modo, qualquer performance de gênero que não seja condizente com o sexo a que pertence acaba sendo inferiorizado e até combatido. Antunes (2016) aponta que essa inferiorização perpetuada dentro da escola concretizada tanto pelos colegas de turma, quanto pelo quadro profissional da instituição escolar traz diversas implicações para os sujeitos, principalmente para aqueles/as que vislumbram das possibilidades de ingresso no ensino Médio, o que ficou evidente nas narrativas de 90% dos nossos interlocutores.

Esses sujeitos relataram que, comparando ao ensino fundamental, a maior incidência de manifestação homofóbica ocorreu no Ensino Médio. Nesse sentido, constata-se que o preconceito decresce conforme aumenta a faixa etária: quanto mais jovem o indivíduo, maior o preconceito enfrentado (CARRARA; RAMOS, 2005).

## **6.2 O ensino médio chegou e o tratamento não mudou**

O Ensino Médio, enquanto última etapa da educação básica, tendo como uma das características peculiares a sua heterogeneidade, que atende estudantes de diversas origens sociais, etnias, grupos etários, de gênero, sexualidade, religiosidade, territoriais etc. Além disso, traz a promessa de um futuro melhor, integração, inclusão no mercado de trabalho, promessa de autonomia individual etc. (KRAWCZYK, 2011).

Desse modo, partimos do princípio que esta etapa de ensino, propicia as relações na qual as amizades são efetivadas e os/as jovens constroem sua

autonomia. Em meio a essa interação, os/as jovens, na escola, se deparam com um ambiente múltiplo, permeado pela presença da diferença (SILVA, 2019).

Nesse contexto, os LGBTQIA+ enfrentam grandes desafios, porque jovens e adultos/as se encontram imersos em preconceitos advindos das diversas vivências sociais, e também já aprenderam a segregar a diferença.

Mesmo assim, a escola foi vista pelas/os participantes desta pesquisa como um veículo de ascensão social, a educação foi algo que eles/elas acreditaram que através dela poderiam buscar alcançar seus objetivos de vida como bem menciona a nossa interlocutora.

*“O ponto positivo que marcou a minha vida na educação básica foi a minha saída do ensino fundamental e a entrada no ensino médio, isso foi um grande avanço, porque quando eu estava no ensino fundamental, eu não tinha muita expectativa, por causa dos preconceitos que enfrentava na escola diariamente, mas um dia pensei, quero avançar, quero ir para o ensino médio pra eu ser alguém na vida, pra ninguém pensar que eu só quero ser profissional do sexo, além do mais, sempre imaginei a escola do ensino médio como um ambiente menos preconceituoso devido atender um público com idade diferente do ensino fundamental, então foi pensando nisso e me inspirando nas mulheres trans de todo o Brasil que ocupam cargos como, advogada, assistente social e secretária de saúde, que eu tomei a decisão de avançar” (SHAYLLA..., 2021).*

Shaylla considera um grande avanço seu ingresso no ensino médio, porque uma das dificuldades de inserção das pessoas trans no mercado de trabalho precede do convívio escolar, já que estes ambientes são repletos de discriminação e preconceito, fazendo com que o transexual não consiga se manter nem mesmo na educação básica, quanto menos ter acesso à educação superior, o que resulta na falta de qualificação para ingressar em cargos públicos e em outras opções de trabalho. Ou seja, a falta de acesso à educação reduz oportunidades no futuro dessas pessoas.

Por isso, procurou inspirar-se nas mulheres trans do Brasil, que venceram o preconceito e ocupam cargos como, advogada, assistente social, secretária de saúde, dentre outros. Ademais, Shaylla expressa seu sentimento de liberdade de ser o que quiser, de ser “alguém na vida” baseado na conquista do seu processo de construção da identidade feminina.

Apesar de Shaylla ter ingressado no ensino médio com sentimento de autoconfiança que o novo ambiente escolar poderia ser acolhedor e respeitoso, que a proteção social, as singularidades e as particularidades de cada estudante seriam consideradas nas mais variadas dimensões, ela relata que foi onde mais sofreu preconceito, principalmente pela resistência de alguns professores em chamar pelo seu nome social.

*“Passei por várias escolas e estudei todas as séries da educação básica em escola pública, em todas eu fui vítima de manifestação homofóbica, mas onde eu sofri mesmo foi no Ensino Médio, muitos xingamentos por parte dos colegas e os professores se recusavam a chamar pelo meu nome social, só começaram a ter certo respeito por mim a partir do decreto da Ana Julia Carepa, foi quando passaram a me chamar pelo meu nome social” (SHAYLLA..., 2021).*

Na narrativa da nossa interlocutora ficou evidente que as manifestações homofóbicas foram frequentes no decorrer do seu processo de escolarização, sendo intensificado no ensino médio, e com o diferencial que, no ensino fundamental Shaylla tinha menos recursos emocionais para lidar com as agressões.

Para Tavares (2022) o projeto social maior que produz e reproduz padrões normativos, disseminados na sociedade como verdades absolutas no que concerne às questões de gênero e sexualidade, são reverberados no espaço escolar.

Para o referido autor, a sequência disso, pode transfigurar em situações degradantes e humilhantes, como o assédio moral, controle e militarização dos corpos tidos como dissidentes e despeito ao nome social, o que ocorreu com Shaylla no espaço escolar.

De acordo com Possidônio (2018), O termo “nome” diz respeito à designação ou sinal exterior pelo qual a pessoa identifica-se no seio da família e da sociedade. Seguindo essa linha de pensamento, a autora define que o direito ao nome pode ser considerado como um direito de personalidade, pois é baseando-se em um direito inerente à pessoa humana, assim como o direito à vida, uma vez que toda pessoa merece ser civil e socialmente identificada.

Nesse sentido, é importante distinguir a diferenciação entre nome social e nome civil. Nome social é o nome pelo qual qualquer indivíduo prefere ser chamado cotidianamente, ao contrário do nome civil, o qual é oficialmente registrado, que não reflete sua identidade de gênero, apenas o nome dado no ato de nascimento.

Contudo, Shaylla relata que os professores recusavam-se a chamar pelo seu nome social e que começaram a ter certo respeito a partir do Decreto da governadora do estado do Pará Ana Júlia Carepa.

O uso do nome social foi conquistado através de lutas da militância LGBTQIA+ pelo direito de autodeterminação. Assim, a partir do ano de 2009, antes mesmo dessa conquista se dar em âmbito nacional, no estado do Pará, os (as) estudantes trans conquistaram o direito ao uso do nome social nas instituições de ensino através do decreto nº 1.675, de 21 de maio de 2009 (MELLO NETO; AGNOLETTI, 2008).

O referido Decreto considera que transexuais e travestis tem o direito de escolher a identidade sexual que entenderem melhor para a busca de sua felicidade e que o nome social não deve ser motivo de constrangimentos e de provocar situações vexatórias.

Destarte, o Art. 1º ressalta: A Administração Pública Estadual Direta e Indireta, no atendimento de transexuais e travestis, deverá respeitar seu nome social, independentemente de registro civil.

A implementação dessa política diz respeito a garantia do direito irrestrito à educação. Ao se acatar o uso do nome social, se cria melhores condições para o acesso e permanência para as populações trans, pois o uso do nome social sinaliza o reconhecimento da identidade autoafirmada e, tal prática, tem impactos tanto no desenvolvimento dos (as) estudantes, quanto no fortalecimento de relações democráticas dentro da escola (MAFRA, 2019, p.101).

Para a autora supracitada, a negação desse uso é uma forma de macular, de estigmatizar e criar desconforto por meio do autoritarismo. “E pode levar as mulheres transexuais a situações vexatórias e humilhantes”. Tavares (2022, p. 10). E, sobretudo, expressar que as identidades não se constituem em processos históricos de autoconhecimento e autoidentificação.

Pelo contrário, o nome social torna-se uma forma de evitar e diminuir a transfobia, além do constrangimento da pessoa que se identifica e se apresenta perante a sociedade conforme determinado gênero e tem um nome que não corresponde a si própria.

Contudo, a narrativa de Shaylla, ratifica o entendimento de Louro (2009) no sentido de que as mulheres transexuais ainda não transitam, livremente, nos espaços escolares: “São coibidas, controladas, desrespeitadas também pelo não reconhecimento e uso do nome social, quando alguns/as professores/as se recusam a utilizá-lo, o que provoca uma situação de constrangimento e revolta” (TAVARES, 2022, p. 11).

Em verdade, as manifestações homofóbicas nas escolas são variadas, mas, em sua maioria, destaca-se o fato de os sujeitos LGBTQIA+ não corresponderem às expectativas sociais construídas em relação aos gêneros, por exemplo. “Escapar do modo padrão convencional de ser homem na sociedade, principalmente em relação às vestimentas, parece ser uma afronta a algumas pessoas, levando-as a agredirem os/as que se tornam “ameaça” para a sociedade” (LONGARAY; RIBEIRO 2014, p. 8).

Dessa forma, Allana mulher trans relata, que pelo fato de vestir-se com roupas ditas femininas para frequentar a escola, além de ter sido motivo de chacota por parte dos colegas, foi impedida de entrar na escola pela vice-gestora da época.

*“Na escola do Ensino médio, eu já sabia me defender, já conhecia um pouco dos meus direitos, nessa escola rolava muitas piadinhas contra a minha pessoa, era bichinha, veadinho, mas eu já sabia me impor contra esses ataques. O maior preconceito que eu sofri nessa escola partiu de uma professora que era vice-diretora na época, ela não deixou eu entrar na escola porque cheguei vestida de mulher, ela disse desse jeito você não vai entrar, eu disse eu vou entrar, mas ela não deixou e eu não entrei. Ela disse que eu fui vestida assim pra afrontar ela, e nem era bem roupa de mulher era apenas uma calça apertada que eu ganhei e um brinco que eu coloquei na orelha, e só por isso ela disse que era uma afronta e que daquele jeito eu não ia estudar e não deixou eu estudar e falou que a escola não é para pessoas desse jeito. Perguntei pra ela e a escola é pra pessoa de que jeito professora?” (ALLANA..., 2021).*

A narrativa da nossa interlocutora sinaliza formas de violência e exclusão no espaço escolar, revela um ambiente tóxico que discrimina, violenta e reitera o preconceito contra os LGBTQIA+. As marcas de sentimento, constrangimento, humilhação, inferiorização e marginalização contra a sua dignidade ficaram evidentes nas falas de Allana.

Para Mafra (2019) tais estratégias revelam o empenho da escola em seguir na produção de “verdadeiros” homens e mulheres, que incorporem, perfeitamente, os papéis sociais a eles reservados. Sobre isso, Louro (2010) diz que a escola apresenta sua face dura e intransigente na reiteração da norma corpo-gênero-sexualidade, tendo como forma de garantir a ordem heterossexual, além de deslegitimar e ridicularizar expressões da alteridade discordante.

Para Ferreira e Ferreira (2015) o trabalho da escola, em geral, é o de sempre lembrar que esses corpos não são dignos, neles está inscrito tudo o que é negativo e repugnante; e, nesse jogo de poder disciplinar, as estratégias são efetivadas, visto que a escola vai estar, a todo o momento, disciplinando esses corpos.

O que não deixa de ser a homofobia revelada como forma de hierarquias sociais que sustentam mecanismos de exclusão de indivíduos (PERUCCHI; CORRÊA, 2013)

De modo geral, a militância LGBTQIA+ tem a sua vivência ameaçada no espaço escolar, que, além de não oferecer condições para tal, ainda contribui com as manifestações homofóbicas, o que ficou evidente na narrativa de Allana.

Por isso, podemos depreender que, a vice gestora da escola, ao invés de desempenhar um papel com vistas na inclusão e disseminação do respeito, antes legitimou práticas hegemônicas agindo de modo discriminatório e punitivo.

Esse processo de assujeitamentos estabelecendo regras do que é certo ou errado, viável ou não viável ao contexto escolar em relação à presença de alunas transexual aparece também no relato de Shaylla, quando informou para a escola que na sua formatura do Ensino Médio usaria uma vestimenta com a qual se sentiria mais à vontade em um dia importante para sua vida.

*“Quando conclui o ensino Médio, a gestão e os professores não queriam aceitar que eu usasse vestido na formatura, disseram que eu tinha que ir de terno, mas eu me recusei, e disse não, eu quero mostrar quem eu sou, a minha paraninfa foi a prefeita do município na época, que me deu o anel e o vestido todo vermelho lindo, ai eu quebrei o tabu deles e logo eles passaram a me respeitar” (SHAYLLA..., 2021).*

Na narrativa das nossas interlocutoras, ficou evidente que gestão e professores são encarregados de vigiar os corpos em contexto escolar, no qual a normalização mantém-se vigente por conta do tabu destinado às questões de sexo, sexualidade e gênero.

Sobre essa discussão, Andrade (2012), acrescenta que essas atitudes ou atos podem ser caracterizados como cultura patriarcal machista que engessa o que é ser homem e o que é ser mulher, além de contribuir para que o sexismo e a homofobia sejam reverberados.

Para essa escola de ajustamentos forçosos, a preservação institucional se daria positivamente ao não ter um de seus “pupilos” transgredindo uma norma de gênero socialmente estabelecida por uma compreensão sequer problematizada ou que alcança sentidos nada laicos (NOGUEIRA; FRANK 2020).

Mesmo com a falta de reconhecimento do gênero, ajustamentos forçosos, e a negação de direito, Shaylla participaram da cerimônia de formatura com vestimentas e adereços femininos, quebrando tabu e produzindo uma nova história, provando que é possível travesti participar destes eventos com traje feminino.

A postura subversiva de Shaylla evidencia um corpo que borra as fronteiras dos binarismos e dos padrões de normalidade, desestabilizando juízos morais conservadores e burlando a matriz de inteligibilidade de gênero.

Contribuindo com essa análise, Junqueira (2012), de forma contundente, questiona por que é tão difícil e perturbador garantir o direito de uma pessoa ser tratada da forma em que ela se sente confortável e, sobretudo, humana, independente do lugar e da ocasião? É uma simples questão de respeito e humanidade, esse (a) aluno (a) deverá receber tratamento respeitoso e ético, de acordo com sua identidade de gênero (feminina ou masculina), por todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2016).

Para os autores supracitados, a resistência em chamar estudantes trans pelo seu nome social ou impedir que usem vestimenta de acordo com o gênero com o qual ela identifica-se ensina e incentiva os/as demais alunos (as) a adotarem atitudes de hostilidade e de desrespeito às diferenças, “[...] pode ser destacada como um símbolo de desemperramento, uma vez que implica em desapropriar o sujeito de seu próprio nome” (MOSCHETA, 2011, p. 52), bem como pela sua identidade de gênero pretendida.

Para Junqueira (2012, p. 78), esse é um dos meios mais eficientes “[...] de se traduzir a pedagogia do insulto no currículo em ação em processos de desumanização, estigmatização e exclusão e, assim, de reforçar ulteriormente os ditames que a pedagogia do armário exerce sobre todo o alunado”. Tais processos que são pedagógicos e curriculares produzem e alimentam a homofobia e a misoginia.

Em função das práticas de estigmatização e exclusão, a militância LGBTQIA+ participantes desta pesquisa, tiveram seu processo de escolarização ameaçado. O desrespeito às expressões de suas identidades de gênero, a repulsa e a violência ocasionadas pela não aceitação de suas orientações sexuais veio à tona, não apenas envolvendo, a questão do nome social e da vestimenta como também na utilização do banheiro.

### **6.3 Banheiros escolares: propulsores de diferenças de gênero e obstáculos para estudantes LGBTQIA+**

De acordo com Sampaio (2015) o espaço escolar é um território contestado de fabricação dos sujeitos, identidades e corpos que separa os meninos e as meninas. Opera classificações, ordenações e hierarquizações através de inúmeros mecanismos: cognitivos, arquitetônicos, políticos, sexuais, relacionais e funcionais.

Quando, nesse espaço, os assuntos são gênero e sexualidade, as vozes, os pensamentos, as práticas e os desejos contrários a “heteronormatividade” devem no mínimo ficar no “armário” ou permanecerem invisíveis, haja vista o risco de confrontar o pensamento heterossexual reinante na sociedade ocidental. Por meio de símbolos e códigos, delimita o espaço de cada um (LOURO, 2010, p. 57-8).

E, além disso, a pedagogia e o currículo escolares empreendem incansáveis distinções, as quais direcionam e delimitam tanto os espaços de atuação, convivência e circularidade dos estudantes e das estudantes quanto o tipo, intensidade e duração das relações com os “outros” no interior da escola (SAMPAIO 2015). Esses “outros” são autorizados ou interditados como alvo de relacionamento interpessoal através das mensagens emitidas pela escolarização.

Entretanto, a perturbação aflora quando o que foi estabelecido, transmitido e consolidado por uma pedagogia e um currículo “heteronormativo” passa a ser questionado ou rompido pelos atores sociais ou pela emergência de novas práticas que de certa maneira desestabilizam uma naturalização cujo teor arbitrário começa a ser revelado.

Para Silva (2008, p. 13) “a rígida organização física de separação entre o masculino e o feminino marca a experiência destas pessoas tensionadas pela reprodução da heteronormatividade e pela resistência à ordem instituída”.

Para o referido autor, o banheiro da escola é muito mais que um espaço reservado à realização de necessidades fisiológicas; ele é parte fundamental do processo de construção de identidades e reprodução das diferenças e é neste espaço que os/as militantes LGBTQIA+ passam por constrangimentos, aversões e diversas outras formas de agressão e segregação.



Nessa categoria de análise referente ao uso do banheiro, observamos nas falas dos/as nossos/as interlocutores/as que este acesso se tornava sempre um momento de hostilidade, desrespeito e humilhação.

Para aprofundarmos o nosso olhar nesta perspectiva do uso do banheiro, apresentamos as narrativas a seguir, na qual inferimos que o uso do banheiro nas instituições de ensino, configura-se um grande desafio no processo de escolarização da militância LGBTQIA+. O acesso a esse espaço que corriqueiramente e naturalmente é utilizado pelos/as estudantes, torna-se um momento de terror e hostilidade para esse grupo de pessoas conforme narrativa de Allana.

*“Quando estava no Ensino Médio, eu sempre fazia minhas necessidades biológicas antes de ir pra escola, porque não tinha banheiro disponível para nós, nunca fomos bem aceitos nem nos banheiro dos homens nem no das mulheres, se entrasse no banheiro dos homens eles não só faziam graça como nos batiam, e as mulheres não deixavam a gente entrar nos banheiros delas, hoje, até que muitos amigos que são heteros defendem os amigos que são gays, mas antigamente não tinha isso, os heteros não queriam saber de amizade com a gente e muito menos nos defendiam, por exemplo, eu ia pra escola sozinha, fazia os trabalhos só e apanhava só porque não tinha amigos (as)” (ALLANA..., 2021).*

Na narrativa da nossa interlocutora ficou evidente que a utilização do banheiro referente ao gênero que ela se identifica converge com um dos principais obstáculos enfrentados pelos LGBTQIA+ durante o processo de escolarização. Aqui também nos chama atenção a fala da entrevistada quando se refere que não utilizar o banheiro tornou-se uma das estratégias mais utilizadas por ela.

Na esteira desse posicionamento, Kelly também nos disse que até a 8ª série fazia suas necessidades antes de sair de casa porque não se sentia à vontade para usar os banheiros na escola.

*“Em relação aos banheiros, nunca teve um banheiro para ser usado pelos LGBTQIA+, então, eu não me sentia à vontade pra usar o banheiro da escola onde estudei até 8ª série, sempre fazia minhas necessidades antes de ir para escola, para não utilizar banheiro lá, depois que passei a ser resistência, comecei a usar o feminino, mas isso só ocorreu no ensino médio” (KELLY..., 2021).*

A posição indefesa de Kelly, assumida no período da infância e da adolescência, modifica-se quando ela assume a sua identidade trans na fase adulta. O espaço escolar no ensino médio vivenciado a partir de estratégias de exclusão menos nítidas, mas igualmente eficazes, conforme pode ser observado na narrativa da nossa interlocutora, a utilização do banheiro feminino no ensino médio, sempre foi uma atitude habitual, apesar

de não ter relatado qualquer constrangimento, contou-nos que isso só ocorreu depois que passou a e ser resistência.

Relacionando as narrativas de Allana e Kelly, é importante refletir, que urinar é uma necessidade fisiológica, portanto biológica e é justamente esta necessidade que não encontra espaço num ambiente que defende o biológico como fundador das diferenças. Trata-se de uma violência simbólica que aparece disfarçada de episódio cotidiano sem maior importância. É no cotidiano das relações institucionais que se produzem subjetividades e realidades (LOURO, 1997).

Para a autora supracitada a escola, por meio de símbolos e códigos, designa o que cada um/a pode ou não fazer por meio da separação e instituição de normas, definindo espaços possíveis e visíveis aos sujeitos.

Nesse sentido, quando Kelly comentou sobre o “não se sentir à vontade”, referia-se aos processos de segregação desencadeados pela tentativa de utilização do banheiro evidenciando que “[...] o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 58). Logo, o banheiro representa um consistente divisor de águas entre espaços possíveis ao masculino e ao feminino.

Sobre esses aspectos, destacamos a fala de Shaylla:

*“Na escola que estudei o Ensino Médio, tinha vários banheiros, porém nenhum disponível para nós, quando eu tentava usar o banheiro feminino era maior confusão e quando eu entrava no banheiro masculino me sentia constrangida com tanta coisa que ouvia dos meninos, era uma situação delicada na hora de fazer as necessidades biológicas, então travei uma luta sobre a exigência de um banheiro para os homossexuais, um dia chamei o gestor da escola e exigi um banheiro para os homossexuais haja vista que a escola tinha outros banheiros que estavam fechados, minha solicitação foi atendida, sai da escola, mas deixei um banheiro exclusivo para os homossexuais” (SHAYLLA..., 2021).*

Shaylla por ter passado um conjunto de constrangimentos em relação ao uso do banheiro, e com a real intenção de preservar a integridade física dos LGBTQIA+ exigiu da gestão escolar um banheiro alternativo, segundo ela, a mobilização também tinha como objetivo contemplar aqueles que viessem depois para que não sofressem os mesmos danos.

Sobre isso, Sampaio (2015) assinala que não adianta reivindicar banheiro alternativo para abarcar a diversidade dos sujeitos se essa arquitetura social continuar sendo reflexo da heterossexualidade compulsória. Em outras palavras, a viabilização de

um banheiro alternativo nas escolas para os LGBTQIA+ seria uma forma de efetivação e de elevação dos conceitos heteronormativos, seria como se afirmasse que os homossexuais são seres estranhos aos considerados normais.

Na esteira desse pensamento, os banheiros tornar-se-iam então, aparelhos ideológicos em que se promoveria uma dinâmica social na qual os grupos dominantes estariam delimitando sua autoridade, evitando conflitos e viabilizando o exercício do poder (NATT; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

Desse modo, os banheiros para a militância LGBTQIA+ ilustrariam então o que Foucault (2000) chamou de uma maneira perversa de dominação, em que os sistemas simbólicos operam sistematicamente, favorecendo o cumprimento dos interesses dos grupos dominantes.

Ao contrário disso, e como resposta para a exigência de Shaylla sobre a disponibilização do banheiro alternativo, a escola deveria ter realizado campanha de conscientização e aceitação, respeitando as identidades de gênero e não o de promover ainda mais formas de segregação.

A partir do entendimento de que a escola projeta o uso do banheiro masculino e feminino, por meio de símbolos e códigos, além de designar o que cada um/a pode ou não fazer, instaura um tratamento heteronormativo aos corpos dos/as estudantes, tais práticas viabilizam uma “heterossexualização compulsória” (BUTLER, 1993, p. 22) das relações. Assim, as relações de força e poder instituem atributos que demarcam nas estudantes trans, a subversão do considerado “normal”.

Para Santos (2008) a rígida organização física de separação entre o masculino e o feminino marca a experiência das pessoas tensionadas pela reprodução da heteronormatividade e pela resistência à ordem instituída.

Esse mesmo autor assinala que o papel que o banheiro desempenha na estrutura escolar é muito mais do que um espaço de realização de necessidades fisiológicas presentes para ambos os corpos categorizados como femininos ou masculinos. O banheiro é parte fundamental da reprodução dos corpos generificados (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 155)

Desta feita, as marcas da escolarização são inscritas nos corpos dos sujeitos. As ações e práticas rotineiras da escola como, por exemplo, os locais onde é permitido a “livre” expressão dos corpos tais ações e práticas, possibilitam que homens e mulheres se

reconheçam como tal e ocupem seus distintos "lugares" sociais - como sujeitos masculinos e femininos.

Desse modo, é fundamental que percebamos, que tais práticas corroboram com a estigmatização, discriminação e exclusão no ambiente escolar, situações que foram constante no convívio escolar das participantes da pesquisa, deixando restrita, o direito de utilizar o banheiro o qual se sentem mais à vontade em harmonia com sua identidade de corpo, gênero e sexualidade.

Mesmo diante desse contexto avassalador e excludente, a militância LGBTQIA+ sentiu-se inspiradas a perseguirem os seus sonhos. Durante a pesquisa ficou notório, através das narrativas, que diante de todas as problemáticas enfrentada na vivencia escolar, incluindo a utilização dos banheiros, adotavam estratégias de resistência para se colocar frente a essa proibição e permanecer no ambiente escolar.

## 6.4 Estratégia de resistência na vivência escolar

A vivência escolar dos militantes LGBTQIA+ participantes da pesquisa foi considerada como “difícil”, está transposto nas narrativas, caracterizadas por atos de agressões moral e/ou física, xingamentos, deboches, humilhações, e até dificuldade com o uso dos banheiros, atitudes mencionadas pelos jovens e na sua maioria cometida por colegas da escola.

Diante desse contexto, há o reconhecimento entre os jovens participantes de que a homofobia interfere negativamente na vivência escolar. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar estratégias de resistência desses jovens que foram entendidas aqui como trabalho voluntário desenvolvidos na escola.

Foi possível observar que os/as jovens militantes entrevistados/as não se contentaram com o “status” que lhes foi atribuído de meras vítimas de manifestação homofóbica. Pois, como nos disse Allana (ALLANA..., 2021) “não é porque você é homossexual que você vai se “rebaixar” eu tenho talento e coloquei isso em prática na escola”.

De fato, identificamos no relato de Allana, estratégias de resistências e a capacidade de reverter o preconceito contra os agressores, através de práticas tidas como atividades voluntárias/educativas. Vejamos como isso funcionou ao observar os seguintes relatos:

*“Devido tudo que a gente vinha enfrentando, procurei me envolver nos eventos da escola pra ganhar visibilidade e vencer o preconceito, então eu criei na escola o 1º Sarau indígena, reuni com a equipe gestora, falei da proposta e pedi que todas as turmas fossem envolvidas e apresentasse uma temática voltada para a vivência indígena, o evento foi excelente, infelizmente a escola não levou para frente a proposta após a minha saída do ensino médio” (ALLANA..., 2021).*

Na narrativa da nossa interlocutora, ficou evidente que a estratégia do sarau indígena possibilitou a conexão com as discussões sobre o respeito às diferenças, que as pessoas têm o legítimo direito de exercer sua cidadania com dignidade, que a escola deve ter a função de valorizar as identidades plurais, respeitando as escolhas e o modo de viver de cada ser humano.

Nessa perspectiva, a falta de igualdade, a indiferença, a discriminação e o preconceito apareceram como elementos fundamentais a serem combatidos. Nas entrelinhas, Allana considerou que os envolvidos na escolarização tinham pouca possibilidade e compartilhavam dessa compreensão, mas todos engajaram-se na mesma

perspectiva de ação e encontraram condições de desenvolver a ação educativa junto aos alunos/as.

Além disso, há outra sinalização que precisa ser levada em conta, sobre isso, Allana prossegue: “além desse evento, eu realizava trabalho social na escola, fazia coleta de lixo; levava tecido, fazia decoração. Eu sempre fui prestativa, então procurei me envolver nos eventos da escola” (ALLANA..., 2021).

Na narrativa de Allana, ficou evidente que o trabalho voluntário estava relacionado à busca de condições para uma vivência digna e verdadeiramente humana no ambiente escolar, além do mais, era caracterizado como um lugar de refúgio e um motivo a mais para o investimento nos estudos, no sentido de minimizar as discriminações sofridas e a decisão pela construção de uma visibilidade trans no ambiente escolar.

Para Vianna e Carvalho (2020) a visibilidade coloca em evidência violências homofóbicas muitas vezes naturalizadas na escola, além de empoderar estudantes LGBTQIA+ que podem não ter outras referências de sexualidade e viver em ambientes francamente homofóbicos.

Em vista disso, essa análise remete à noção de que a visibilidade das pessoas LGBTQIA+ são referências para outras/os estudantes que estão formando suas identidades, são corpos que mostram que é possível ser eles mesmos dentro do espaço escolar e que é possível a escola acolhê-las/os.

Dentro dessa perspectiva, Allana contribuiu para o desenvolvimento de uma escola limpa, iniciativa que proporcionou a conscientização sobre a importância de contribuir para a preservação do meio ambiente, não somente no âmbito escolar, como social e familiar. Além da formação de um saber que pode construir um espaço de resistência e respeito às diferenças. Um saber próprio resultante de experiências desenvolvidas ao longo da vida, e sempre que necessário, decorava os espaços da escola para realização de eventos.

Contudo, Allana expressou a ausência de reconhecimento por parte da equipe gestora:

*“[...] depois que decorei a escola para o primeiro evento, a gestão passou a me chamar para fazer decoração para todas as demais programações, o problema é que se pegavam servidos e sequer mencionavam meu nome, ou pelos menos diziam muito obrigado, mas quando eles queriam alguma coisa, eles sabiam chamar os gays pra fazer, eles nos usavam, eles diziam vamos trabalhar sem dinheiro, a gente se doava, fazia o trabalho, mexia até no lixo se fosse preciso, e quando eles estavam no luxo nem olhavam se quer pra gente, era só quando precisavam, e isso também era uma forma de preconceito, não querer da visibilidade para nós, mas nós fomos persistentes” (ALLANA..., 2021).*

Nas situações elencadas por Allana, constatou-se que a partir dessas questões o preconceito foi bastante nítido, acompanhado pela falta de reconhecimento, notoriamente alocando-as como seres desprezíveis.

O reconhecimento não proferido pela gestão escolar corrobora com a invisibilidade e são formas de discriminação para tentar invalidar a existência de LGBTQIA+ no ambiente escolar (CARRARA, 2009).

Esse esquema utilizado para silenciar esses sujeitos está respaldado basicamente nos “mecanismos da repressão, da interdição, daquilo que rejeita, exclui e recusa”, e acaba por afetar a forma como esses indivíduos serão percebidos e investidos no interior da escola (FOUCAULT, 2004, p. 63).

É importante enfatizar que os resultados dessas humilhações são tão letais quanto à própria violência física, já que suas ações têm como princípio afetar a valorização pessoal, a autoconfiança e a confiança no outro (CAETANO, 2008).

Apesar da circunstância ultraconservadora e de silenciamento, Allana nos disse que a estratégia de resistência não só contribuiu para uma relação confiante com a sua própria sexualidade, como também suas habilidades foram descobertas, aperfeiçoadas e novas oportunidades foram surgindo.

Além do mais, fazer resistência possibilita criar espaços de combates, de lutas, de insubordinação, de insurreição. É necessário se fazer resistente e buscar estratégias que mantenham essas temáticas no espaço escolar (TORRADA; RIBEIRO; RIZZA, 2020)

Shaylla também utilizou algumas estratégias de resistência que felizmente, foi bem-sucedida.

*“Depois que comecei lutar na escola pelos meus direitos, fui eleita chefe de turma, coloquei regras, fiz exigências de um banheiro alternativo para nós, além de cobrar que todos os professores me chamassem pelo meu nome social” (SHAYLLA..., 2021).*

O relato de Shaylla faz rememorar, o que já foi mencionado anteriormente, que a resistência permite a transformação e criação de outras possibilidades de relações, envolvendo a vivência dos sujeitos LGBTQIA+ na escola.

Sob o mesmo ponto de vista, ficou explícito na narrativa de Shaylla que a estratégia de resistência, não só protege como possibilita a socialização com outros sujeitos.

As marcas do empoderamento se fizeram presentes na fala da entrevistada quando mencionou que devido à sua história de resistência vivenciada por muitos colegas

da escola, foi eleita representante de turma. De acordo com Monteiro e Silva (2021) representar uma turma é uma função que requer muita coragem e responsabilidade, já que nem todos sabem respeitar as diferenças.

Entretanto, apesar da carga de comprometimento, existem motivos que tornam a função de representante de turma atrativa, como a oportunidade de vivências com outros sujeitos, participação nas discussões pedagógicas da escola, interação com os docentes, coordenadores, técnico-administrativos e gestor.

Shaylla nos disse que se tornou colaboradora da turma, uma líder, uma porta-voz entre os colegas, professores, coordenadores, direção e demais funcionários da escola, “a gente comprava as brigas, a gente lutava, a vivência se tornou coletiva e a luta política” (SHAYLLA..., 2021).

Sem dúvida, a resistência precisa de uma linguagem política e, muitas vezes, que se crie uma solidariedade política para resistir (CORDEIRO; AUAD, 2021). Assim, os enfrentamentos produzidos pela nossa interlocutora, tiveram efeitos e deixaram marcas positivas não só na forma como a mesma se reconhecia, como também de ter “quebrado” a censura e reivindicado suas demandas, o que preconiza marcas resistentes conforme relato abaixo.

*“O que marcou a minha saída do ensino Médio é porque eu fui à primeira mulher trans a colar grau vestida de mulher e sendo chamada pelo meu nome social, isso para mim foi gratificante, foi uma marco histórico. Hoje eu estou cursando serviço Social, serei a primeira mulher trans do município que terá uma formação superior” (SHAYLLA..., 2021).*

Como podemos perceber Shaylla é a transexual pioneira em Igarapé-Miri que concluiu o ensino médio, e participou da formatura com traje feminino, sendo chamada pelo nome social. No intuito de não prolongar essa discussão, evidencia-se que o apontamento referente ao uso do nome social já foi descrito numa das seções anteriores.

Ademais, Shaylla revelou que sua formatura foi um momento ímpar de muita felicidade, que sua presença foi marcante e notada, ora por resistência ora por visibilidade por ser uma pessoa trans que conseguiu enfrentar a transfobia no espaço escolar.

Nesta perspectiva cabe entender que tanto Shaylla quanto as demais militantes participantes da pesquisa, ao invés de ocultarem seus corpos e se diluírem na grande massa de estudantes do ensino médio, preferiram a resistência, a luta e a visibilidade.

Consequentemente, a estratégia de resistência e enfrentamento contra as manifestações homofóbicas teve efeitos concretos na vivência escolar da militância que



não cederam, e agenciaram suas presenças nas escolas de forma que Shaylla sentiu-se motivada a continuar os estudos, a qual nos disse: “*serei a primeira mulher trans do município que terá formação superior*”.

Shaylla está cursando Serviço Social em uma Instituição particular, para ela o ingresso no ensino superior é um privilégio social, acredita que sua jornada acadêmica pode inspirar não só pessoas trans a querer ocupar o espaço acadêmico, como os/as demais militantes.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como tema de estudo “Vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará”.

A pesquisa foi norteadada pela seguinte questão de investigação: Quais as vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ em face às manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará?

O questionamento suscitado ajustou-se com os objetivos deste estudo que foram: analisar as vivências de jovens militantes LGBTQIA+ no processo de escolarização em face às diversas manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará; identificar e analisar o histórico da militância e a luta pela visibilidade dos LGBTQIA+ em âmbito nacional e local; analisar a violência contra militantes LGBTQIA+ no Brasil e no convívio social do local de estudo; analisar as vivências dos jovens militantes LGBTQIA+ na escola básica miriense.

Os principais autores que sustentaram esse estudo foram: Louro (2009); Foucault (2019); Silva (2006); Junqueira (2012); Butler (2003); Borrillo (2010) entre outros.

Em relação aos documentos oficiais, utilizou-se: Constituição Federal (CF) (1988); Decreto nº 1.675 (PARÁ, 2009); Relatório sobre violência homofóbica no Brasil (BRASIL, 2013); Relatório da ANTRA (ANTRA, 2020).

O estudo foi operacionalizado por meio de métodos de investigação qualitativa, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas e tratadas através de “análise de conteúdo”.

Diante disso realizei a leitura “flutuante”, foi um contato preliminar com os textos transcritos a partir do material coletado, na perspectiva de conhecer e familiarizar-me com os referidos documentos. Por vezes, deparei-me com pontos de silêncio reflexivo e emoção, deixei-me invadir por impressões, essas não palavras, esses não dizeres, foram interpretados, pois possuem significação, denotam a implicação dos sujeitos e não foram esquecidos durante a interpretação dos dados (CÂMARA, 2013; FRANCO, 2005).

Ao longo desse estudo foi possível compreender que, historicamente, o preconceito e a homofobia têm sido observados no Brasil, inclusive na forma com que os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais foram descritos e apresentados, visando reprovar seu comportamento, práticas e formas de ser, sendo identificados como

abominação; crime contra a natureza; pecado; vício dos bugres; abominável pecado de sodomia; velhacaria; descaração; desvio; doença; viadagem e frescura. Esse ódio voltado contra a militância LGBTQIA+ constitui-se como uma forma de intolerância e ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito ao outro.

Sendo considerada uma forma de intolerância, as manifestações homofóbicas articulam-se em torno das emoções, crenças, preconceitos, convicções e fantasmas, além de condutas, atos, práticas, procedimentos, leis, e ainda através de dispositivos ideológicos, como teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade.

Por meio da análise das entrevistas foi possível compreender que os comportamentos intolerantes contra a militância LGBTQIA+ muitas vezes é sutil, mascarado, amparado pela lei e praticado nas mais diversas instâncias sociais. Para além da hostilidade verbal, esses sujeitos sofrem e correm risco de terem sua integridade física atacada por conta de sua orientação sexual, a circunstância em favor do ódio, do despeito, da suspeita, do rancor, da vingança nasce do próprio espírito de ressentimento.

A leitura ampla dessa realidade permitiu a compreensão de que paradoxalmente torna-se visível a violência homofóbica que, sem dúvida, está assentada nas crenças, atitudes e valores transmitidos ao longo das gerações pelo núcleo familiar consequência de uma estrutura patriarcal.

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, este sistema sustenta-se a partir de uma autoridade masculina, em que as mulheres, são vistas apenas como meros objetos de prazer e satisfação sexual, os jovens são subordinados aos homens mais velhos e o controle dos corpos legitimam a sexualidade (CUNHA, 2014, p.154).

Nessa perspectiva as famílias cumprem as premissas da heteronormatividade, investindo pesado e de modo inconsciente para que seus filhos e filhas tornem-se heterossexuais correspondentes ao seu sexo biológico.

Dessa forma, fica evidente a presença da homofobia na família dos homossexuais que ao se revelar, desencadeia uma crise familiar que resulta em xingamentos, agressões físicas e psicológicas, deixando marcas que talvez nunca sejam omitidas.

Todavia, deve-se destacar que a homofobia em contexto familiar é, muitas vezes, o pontapé de uma caminhada longa que a pessoa homoafetiva tem que fazer, sendo a sociedade seu maior desafio, haja vista ser nesse contexto que se dão as relações de aprendizagem institucional, experiências profissionais e formação de vínculos conjugais.

Nessa perspectiva, os achados da pesquisa apontam que os/as militantes LGBTQIA+ sofreram violência absurda pautada pela homofobia tanto no âmbito social, como familiar e escolar.

Na escola, a homofobia provoca consequências gigantescas na vida de quem sofre esse tipo de violência, e esta se manifesta nos sentimentos, na dignidade, no sucesso ou fracasso escolar.

A esse respeito, os participantes desta pesquisa revelaram fatores impactantes relacionados às manifestações homofóbicas vivenciadas em seu convívio escolar, que vão desde a violência simbólica até a violência física.

Além disso, ficou evidente que a maior incidência de manifestação homofóbica ocorreu no Ensino Médio. Nesse sentido, constata-se que o preconceito decresce conforme aumenta a faixa etária: quanto mais jovem o indivíduo, maior o preconceito enfrentado (CARRARA; RAMOS, 2005).

Em função das práticas de estigmatização e exclusão, a militância LGBTQIA+ participantes desta pesquisa, tiveram seu processo de escolarização ameaçado. O desrespeito às expressões de suas identidades de gênero, a repulsa e a violência ocasionadas pela não aceitação de suas orientações sexuais veio à tona, não apenas envolvendo, a questão do nome social e da vestimenta como também na utilização do banheiro.

Essas afrontas converteram-se em formas de resistência, conforme assinala Honneth (2003) a experiência advinda do desrespeito pode ser transformada em impulsos que motivem as lutas, fazendo com que as pessoas desenvolvam ações afirmativas e resistências políticas.

Os tempos sombrios e o medo decorrente da violência social familiar e escolar sofrida por esses sujeitos contribuíram para o fortalecimento no sentido de lutar pela visibilidade a partir da coletividade, com realizações de eventos denominados “Miss Caipira Gay” realizado sempre no mês de junho, período típico da festividade junina que atraia público de faixa etária diversificada e sarau indígena que possibilitou a conexão com as discussões sobre o respeito às diferenças, que as pessoas têm o legítimo direito de exercer sua cidadania com dignidade, que a escola deve ter a função de valorizar as identidades plurais, respeitando as escolhas e o modo de viver de cada ser humano.

Esses eventos foram marcados por campos de resistência e negociações, ao mesmo tempo em que militantes LGBTQIA+ exibiram seu potencial criativo, demonstraram que estavam à disposição para lutar a fim de viver sua orientação sexual.

Além desses eventos identificamos outras estratégias de resistências desenvolvidas na escola de Ensino Médio no decorrer do período letivo, que tinha como objetivo reverter o preconceito, através de práticas tidas como atividades voluntárias e educativas onde militantes desenvolviam trabalho social na escola, realizando coleta de lixo e decorando a escola para realização de eventos.

Desse modo, considero que o trabalho voluntário estava relacionado à busca de condições para uma vivência digna e verdadeiramente humana no ambiente escolar, além do mais, era caracterizado como um lugar de refúgio e um motivo a mais para o investimento nos estudos, pois a escola foi vista pelas (os) participantes desta pesquisa como um veículo de ascensão social, a educação foi algo que eles/elas acreditaram que através dela poderiam buscar alcançar seus objetivos.

Apesar dos significativos avanços, a luta ainda existe, pois, se, de um lado, a militância LGBTQIA+ de Igarapé-Miri, obtiveram alguns direitos e benefícios assegurados, do outro ainda há pessoas que não aceitam a diversidade sexual e querem regredir com tudo o que já foi conquistado (ASSIS, 2020). Esse grupo de pessoas seriam políticos que agem segundo crenças religiosas e atuam como oposição propondo medidas que prejudicam esses sujeitos.

Diante do exposto, fica explicitado que ainda é preciso muito para que a homofobia e todas as formas de discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ deixem de existir, afinal, compreender o fenômeno da homofobia, que está oculto nas relações sociais, inclusive no âmbito familiar, não é tarefa fácil e requer um caminho longo contra a alienação. Contudo, é importante permanecer na luta pela superação das opressões inerentes ao Modo de Produção Capitalista, respeitando os lugares de fala e dando voz a essa minoria, que muitas vezes é silenciada.

Então, é necessário identificar, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia, suas ramificações são notadas nas diversas esferas do Poder Público, no universo familiar, nas escolas, na igreja, na rua, nos ambientes de trabalho e, principalmente, nos banheiros públicos.

O uso do banheiro nas escolas é uma pauta reconhecida como urgente para quem participou dessa pesquisa. O respeito à utilização do banheiro de acordo com o gênero a

qual a pessoa se identifica é garantir o mínimo de direitos humanos. É nesse sentido que a pesquisa visa contribuir, a partir das concepções dos entrevistados sobre suas vivências em face às manifestações homofóbicas presente no cotidiano escolar.

Propor a construção de um ambiente estimulador de valores, de hábitos que respeitem as características e as diferenças de cada grupo social cultural que compõem o país, uma das possibilidades para reduzir as desigualdades seria enfrentá-las e trabalhá-las dentro da escola com a participação da família por ser a primeira instituição social na qual o indivíduo passa, é nela que se criam os primeiros elos que determinarão suas relações futuras.

Portanto, é necessário às escolas não silenciarem, não tolerarem qualquer comportamento preconceituoso e não deixarem de discutir, de problematizar de promover o debate sobre as questões relacionadas à diversidade sexual, esse assunto faz parte do dia a dia de meninos e meninas fora da escola e no cotidiano escolar deve ser incluído no currículo como discussão permanente e não em função da presença de sujeitos reconhecidamente LGBTQIA+. Assim, a escola vai está cumprindo o papel fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e humanos.

## REFERÊNCIAS

ALLANA Antonela. **Entrevista de pesquisa de campo**. 2021.

ALENCAR, G. A.; NEVES, D. A.; PARENTE, J. S. Assistência a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas de violência nos serviços de saúde. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 36-48, 2016. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4201/4646>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Orientadora: Celecina de Maria Veras Sales. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ANTRA. Assassinatos contra travestis e transexuais. **Boletim**, Rio de Janeiro, n. 3, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17142>. Acesso em: 09 abr. 2022.

AS RELAÇÕES perigosas. **Lampião da esquina**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, maio/jun.,1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/05-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-01-MAIO-JUNHO-1978.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

ASSIS, C. G. **Novos tempos para os gays no mercado de trabalho?: um estudo com homossexuais atuantes em uma startup de Belo Horizonte**. Orientadora: Cristiana Trindade Ituassu. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2020. Disponível: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33343>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ASSIS, I. P.; FREIRE, K. C. F.; AYRES, M. L. B. O silenciamento da comunidade LGBTQ+ no telejornalismo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 18, p. 1-23, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75175/46590>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70: Almedina Brasil, 2016.

BARROSO, L. B.; CARDOSO, W. R. S. O não lugar de pessoas trans no currículo da disciplina Educação Física em Escolas de Belém do Pará. **Iniciação Científica Cesumar**, Maringá, PR, v. 20, n. 1, p. 17-30, jan./jun. 2018.

BASTOS, G. G.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. A homofobia em discurso: direitos humanos em circulação. **Linguagem em (Dis)curso: LemD**, Tubarão, SC, v. 17, n. 1, p. 11- 24, jan./abr. 2017.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf). Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, 1999.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Instituto Patrícia Galvão, 2013.

BRITO, T. H. S.; ARRUDA, M. S. **Uma análise sobre as formas de violência familiar contra pessoas LGBTQI+**. Orientador: Murilo Souza Arruda. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1448>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos e matéria**: sobre os limites discursivos dos sexos. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, MG, v. 6, n. 2, p.179-191, jul./dez. 2013.



- CAMPOS, J. L.; ALVES, J. L. S. A invisibilidade da saúde da população LGBT: uma reflexão acerca da homofobia presente nos espaços institucionais de saúde. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís, MA. **Anais** [...]. São Luís: 2015.
- CANÁRIO, R. **O que é a escola?**: um “olhar” sociológico. Porto: Editor Porto, 2005.
- CAPEZ, F. **Curso de direito penal**: parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CARRARA, S.; HELBORN, M. L. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero. Orientação sexual e relações étnico raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. Livro de Conteúdo.
- CARRARA, S.; LACERDA, P. Viver sob ameaça: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 73-88.
- CARRARA, S.; RAMOS, S. **Política, direitos, violência e homossexualidade**: pesquisa na 9ª parada de orgulho GLBT: Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005. (Coleção documentos, 3).
- CARVALHO, H.; CRISTINE, L.; SOUZA, R. LGBTQIA+: reflexões acerca das experiências vivenciadas por integrantes da comunidade no contexto pandêmico causado pelo novo coronavírus. **Revista Presença**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2021. Disponível em: <https://revistapresenca.celsolisboa.edu.br/index.php/numerohum/article/view/349/192>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- CASTRO, H. H. M.; MATRAK FILHO, R.; MONTEIRO, V. B. O sistema de segurança pública e o medo do crime. **Revista ordem pública e defesa social**, Santa Catarina, v. 4, n. 1/2, 2011. Semestre I e II. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/download/39/38>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2014.
- CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2015.
- CHAVES, O. S.; ALENCAR, M. S. D. Teorias do currículo: concepções, verdades e contradições. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., Campina Grande, PB, 2015. **Anais** [...]. Campina Grande, PB: 2015.
- CORDEIRO, A. L. A.; AUAD, D. Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82622>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- COSTA, G. S. C. **Cultura e resistência**: a luta de artistas LGBT's de João Pessoa. Orientadora: Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado

em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20833/1/GustavoDeSousaCardozoCosta\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20833/1/GustavoDeSousaCardozoCosta_Dissert.pdf). Acesso em: 16 fev. 2022.

CUNHA, B. M. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. *In*: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 14., Curitiba, 2014. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/> Acesso em: 26 set. 2018.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vPn3QsCqr7HXykj5TbzL6tr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DUARTE, D. A. **A Escola como espaço de problematização de gênero e sexualidades dissidentes**: contribuições e olhares de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Campus Maria Auxiliadora, Americana, 2020.

FÁBIO, A. C. **A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro>. Acesso em: 03 jul. 2021.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, B. E.; LISSA, B.; RODRIGUES, R. L. Boletim ChanacomChana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 84, p. 74-90, set./dez. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/nilze/Downloads/15500-Texto%20do%20Artigo-68045-2-10-20201201.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

FERREIRA, A. M. Q. Violência, vulnerabilidade social e políticas públicas: um olhar sobre a situação de jovens no Município de Igarapé-Miri – PA. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019. **Anais** [...]. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FERREIRA, C. C.; FERREIRA, S. P. A. Vivências escolares de jovens homossexuais afeminados: Estratégias de resistência e permanência. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 21, n. 2, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

FOUCAULT, M. 1926-1984. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. 432 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes,

FERREIRA, C. Imprensa homossexual: surge o lampião da esquina. **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 1, v. 1 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRAZÃO, P.; ROSÁRIO, R. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 1, n, 26, p. 25-45, 2008.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1980.

GADOTTI, M. **A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos**. São Paulo: Ática, 1993.

GARCIA, M. R. V. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 10., 2019, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 08 mar. 2022.

GASTALDI, A. B. F. *et al.* **Relatório: observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GIFONE, R. M. **O silêncio na violência**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de medicina, Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AQAPDW/1/disserta\\_\\_o\\_renata\\_mafr\\_giffoni.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AQAPDW/1/disserta__o_renata_mafr_giffoni.pdf). Acesso em: 12 jul. 2021.

GÓIS, J. B. H.; SOLIVA, T. B. A violência contra gays em ambiente escolar. **Revista espaço acadêmico**, Maringá, PR, n. 123, ago. 2011. Dossiê: Homofobia, sexualidade e direito, ano 7. Agosto 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13899/7592>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GOMES, J. C. S. Gênero, diversidade sexual e LGBTfobia na escola. **Geoconexões**, Natal, RN, v. 2, 2018.

GOUVEIA, R. B. Reincidentes conflitos entre sexualidade e religião: caminhos para desmontar preconceitos e a intolerância religiosa. *In*: CONGRESSO NORDESTINO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA, 3., 2016, Recife. **Anais [...]**. Recife: UNICAP, 2016. Disponível em: <http://www.unicap.br/ocs/index.php/cncrt/cncrt/paper/view/312/95>. Acesso em: 06 jul. 2021.

GREEN, J. N. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n. 18/19, p. 13-44, 2003.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 1999.

IBGE. **Igarapé-Miri**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

IRINEU, B. A.; OLIVEIRA, B. A. Um Balanço das políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a população LGBT no Brasil e na Argentina: 2004-2014. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Unijuí, v. 8, n. 16, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/7298>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JESUS, A. R. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. UEL – PUC São Paulo 2021. Disponível em: [https://lagarto.ufs.br/uploads/content\\_attach/path/11339/curriculo\\_e\\_educacao\\_0.pdf](https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

JUNCKES, I. J.; SILVA, J. M. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, [on line], n. 1, p. 142-161, 2009. Disponível em: <https://revistas.uam.es/didacticasespecificas/article/download/9218/9489/20625>. Acesso em: 26 abr. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. **Pedagogia do armário e currículo em ação**: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. São Paulo: Annablume, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. (org.) **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Unesco/Ministério da Educação, 2009. (Coleção Educação para Todos).

KELLY Quaresma. **Entrevista de pesquisa de campo**. 2021.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 41, p. 754-771, 2011.

LEITE, A. G. *et al.* Percepção de homofobia familiar e social de homoafetivos do Município de Cacoal/Ro. **Revista Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 6-17, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/38484>. Acesso em: 07 fev. 2022.

LEITE, M.; CATELAN, R. F. Terapia familiar afirmativa com lésbicas, gays e bissexuais. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 239-254, jul. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 17 fev. 2022.

LIAVADOR, F. B. Las determinaciones y el cambio del currículo. *In*: ÂNGULO, J. F.; BLANCO, N. (coord.). **Teoría y desarrollo del currículo**. Málaga: Ediciones Aljibe. p. 369-383, 1994.

LIMA, E. S. A escola como espaço de formação e humanização das novas gerações. *In*: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LIMA, F. W. S. Comunidade LGBTQ+ e as políticas públicas: conquistas e desafios. **Revista Extensão**, Palmas, TO, v. 4, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/2512>. Acesso em: 29 nov. 2021.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Escola, currículo e homofobia: biografando experiências. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá/PR, v. 17, n. 2, p. 105-118, maio/ago. 2014. Disponível em: [https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27753/pdf\\_58](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27753/pdf_58). Acesso em: 05 abr. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 9-34.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas as tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 2018. p. 201-204. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em junho de 2021.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LÚCIO Mauro Rodrigues. **Entrevista de pesquisa de campo**. 2021.

MACRAE, E. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Unicamp, 1990.

MAFRA, W. C. B. **Memórias de escolarização de jovens militantes do movimento LGBT em Belém/PA**. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão Básica) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br>. Acesso em: 09 mar. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas: Hucitec, 2014.

MATA, N. D. S. **Adolescentes homossexuais e suas relações com seus familiares**: um enfoque da fenomenologia social. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-19052017-101058/pt-br.php>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MELLO NETO, J. B.; AGNOLETTI, M. B. Dignidade sexual e diversidade humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTB). *In*: ZENAIDE, M. N. T. *et al.* (org). **Direitos humanos**: capacitação de educadores. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

MINAYO, M. C. S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 33, p. 83-91, 2009. 1 Suplemento. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mvLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/?format=pdf&lang=pt#:~:text=As%20t%C3%A9cnicas%20mais%20comuns%20para,apresento%20um%20exemplo%20a%20respeito>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOLINA, L. Pluralizando a arte de amar: a homossexualidade e a historiografia da trajetória do movimento homossexual. **Revista de história da Universidade de Caxias do Sul**, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, 2011. Disponível em: <http://www.uifactor.org/JournalDetails.aspx?jid=2293>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. *In: Indagações sobre o currículo*: currículo, conhecimento e cultura. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. p. 19-47.

MOSCHETA, M. S. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-04072013-124842/pt-br.php>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MUSSKOPF, A. S. **Via(da)gens teológicas**: itinerários para uma teologia queer no Brasil. 2008. 524 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, Faculdades EST, Rio Grande do Sul, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/623>. Acesso em: 03 jul. 2021.

NASCIMENTO, G. C. M. **A perspectiva familiar diante da revelação da orientação homossexual de jovens adultos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/547>. Acesso em: 03 fev. 2022.

NASCIMENTO, A. I.; OLIVEIRA, D.; DI Bernard, P. M. Pilares na construção do currículo: uma perspectiva crítica. **Ensaio Pedagógico**: Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades, jul. 2012. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n3/8%20ARTIGO%20ANTONIA%20E%20PRISCILA.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

NATT, E. D. M.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Criação de banheiros LGBTs: inclusão ou prática discriminatória? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa: RECADM**, Curitiba, PR, 14, n. 1, p. 31-44, jan./abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/nilze/Downloads/1980-7355-5-PB.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, M. B.; BARBOSA, L. P. LGBTfobias no contexto escolar de Crateús e Sertão dos Inhamuns: relatos de violência, resistência e vivência LGBT+. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v. 52, n. 3, p. 25–63, 2022.

OLIVEIRA; L. G.; ALMEIDA NETO, J.; THIENGO, E. R. Gênero, sexualidade e currículo oculto em disputa: reflexões sobre a denúncia sofrida pelo NGS do IFES- Vitória. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 599-616, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, T. C.; MOREIRA, M. C. A Construção da homofobia e sua reprodução na escola: marcas históricas que inviabilizam a educação sexual. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 93-118, jul./dez. 2020. ISSN 2674-9483. Disponível em: <file:///C:/Users/nilze/Downloads/2833-6297-1-SM.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. O.; MAIO, E. R. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2292>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PARÁ. **Decreto Nº 1.675**. Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta o respeito ao nome público dos transexuais e travestis. 2009. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/pplgbr-15.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PECHENY, M. "Identidades discretas". In: RIOS, L. F. *et al.* (org.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

PEDROSA, J. B. **Segundo desejo**. São Paulo-SP: IGLU, 2006.

PERUCCHI, J.; CORRÊA, C. G. Uma Análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 81-99, ago. 2013. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/115>. Acesso em: 07 mar. 2022.

PICCOLO, V. L. **Educação física escolar: ser ou não ter?** Campinas: UNICAMP, 1993.

PIRES, P. A. G. A escola e sua contribuição na formação dos sujeitos: um olhar a partir da nova concepção de currículo. In: CONGRESSO DE LETRAS: LINGUAGEM E CULTURA- MULTIPLOS OLHARES, 4., 2007, Caratinga/MG. **Anais [...]**. Caratinga/MG: Universidade de Caratinga/UNEC, 2007. p. 29-38. v. I.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POSSIDÔNIO, C. T. L. S. **Identidade de gênero e utilização do nome social: propósitos e desafios**. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52247/identidade-de-genero-e-utilizacao-do-nome-social-propositos-e-desafios>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PRADO, V. M. Entre queerpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da Educação Física. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 12, n. 2, p. 501-519, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89453001012/html/>. Acesso em: 10 out. 2021.

PRADO, M. A.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 9, n. 26, p. 161-179, jul. 2009. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1981-416X2009000100012&lng=en&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2009000100012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 jun. 2021.

RIBEIRO, A. F. Espaço e sociabilidades: entre o beco e o gueto. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, v. 24, p. 130-156, dez. 2016. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/sess/a/QFk4RKtpNCCZT6cbngNHWRF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá, MG, n. 4, p. 129-148, maio 2008.

RODRIGUES, M. B. Filosofia da diferença e a questão política da identidade racial. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, v. 1, n. 34, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/154310/154111>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RODRIGUES, J. W. C.; BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. Combate à transfobia na agenda de políticas públicas de segurança no Brasil: cenário atual e desafios. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1060-1080, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/490>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SACRISTÁN, G. J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAFFIOTI, H.; **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGGESE, G. S. R. **Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias no coming out de homens homossexuais**. Orientador: Dr. Sérgio Luis Carrara. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2009. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1095\\_944\\_saggesepdf.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1095_944_saggesepdf.pdf). Acesso em: 05 mar. 2022.

SALVAGNI, J. Risco no trabalho: a formação da identidade dos eletricitistas. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, RS, v. 1, n. 2, p. 32-41, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SAMPAIO, F. S. O terceiro banheiro: fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade?. **Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, n. 3, v. 1, mai-out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14259/9861>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SANTANA, A. D. S.; MELO, L. P. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In)visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/fsX8vyYh4MdTsSLQ3PGVm4k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SANTOS, E. S. L. **Micropolíticas e educação para as relações de gênero: pistas cartográficas do Grupo LGBT de Igarapé-Miri/Pa**. Orientador: Dr. José Valdinei Albuquerque Miranda. 2018, 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Cametá, 2018. Disponível em:

<https://ppgeduc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2016/dissertacoes2016/elielma.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS, G. G. C. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 58-96, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bb84mwdz8Dc8VphrwfpHXvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SANTOS, M. F. L. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiência trans. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 117-130, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2937/2101>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas**, Natal, n. 5, p. 67-78, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312/1745>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SEFFNER, F. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando em algumas situações brasileiras. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2011. p. 39-20. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Diversidade-Sexual-Web.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SILVA, F. S. O “Descortinamento” das vulnerabilidades da população LGBTQIA+ diante a pandemia de coronavírus. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, Patos de Minas, MG, v. 6, n. 2, p. 346-355, dez., 2020. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V6N2A23/453>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1343/1132>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SILVA, M. A. **História do currículo e currículo como construção histórico-cultural**. 2006. Disponível em: [http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos\\_textos\\_historia/Curriculo.pdf](http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_historia/Curriculo.pdf). Acesso em: 06 jul. 2021.

SILVA, M. E. F. As perspectivas e o ingresso dos alunos de ensino médio de escola pública no Ensino Superior. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, AL, v. 8, n. 2, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1170>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 73-102.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, M. L.; ALBUQUERQUE, M. Z. Parada do orgulho LGBT como expressão cultural no Rio Grande do Sul. *In*: ENCONTRO MISSIONEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2017, Santo Angelo, RS. **Anais [...]**. Santo Angelo, RS: EMICULT, 2017. v. 3. Disponível em: <http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2018/06/PARADA-DO-ORGULHO-LGBT-COMO-EXPRESS%C3%83O-CULTURAL-NO-RIO-GRANDE-DO-SUL.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SILVA, W. M.; TONDIN, C. F.; QUEIROZ, I. S. Experiências familiares de homens gays: cuidado e proteção como mecanismos de manutenção da heteronormatividade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1395-1415, 2021. Número especial. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/63947/40272>. Acesso em: 04 fev. 2022.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, V. B. **Saúde pra quem?: A luta dos movimentos sociais da população LGBTI+ pela efetivação de uma Política Pública de saúde em Manaus**. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8403/22/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_ValeriaSoares\\_PPGSS.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8403/22/Disserta%c3%a7%c3%a3o_ValeriaSoares_PPGSS.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

SOLIVA, T. B. *et al.* Sofrimento, família e homossexualidade: um estudo com estudantes universitários do Recôncavo da Bahia. **Caderno de Gênero e Diversidade**, Salvador, BA, v. 6, n. 4, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/39128/24496>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SOUZA, F. N. **Família e diversidade sexual: um campo de violação dos direitos humanos**. Orientadora: Silvana Mara de Moraes dos Santos. 2019. 77 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36579>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SOUZA, W. V. F. Movimento LGBT ocupando e transformando os espaços. **Revista Geografia em Atos**, São Paulo, v. 1, n. 4, 2017. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5445/pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TAVARES, G. da P. Mulheres transexuais/travestis: a vulnerabilidade educacional nas instituições de ensino. **Revista Cocar**, Belém, PA, v. 16, n. 34, p.1-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5041>. Acesso em: 12 abr. 2022.

TERTO JÚNIOR, V. T. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 147-158, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/nnvKsFYGkD7TPDyhc8jGxqM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

TORRADA, L.; RIBEIRO, P. R. C.; RIZZA, J. L. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. **Revista contexto & Educação**, Unijuí, ano 35, n. 111, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br>. Acesso em: 28 abr. 2022.

TORRES SANTOMÉ, J. **La Justicia curricular**: el caballo de Troya de la cultura escolar. Madrid: Ediciones Morata, 2011. 311 p.

TRINDADE, R. O mito da multidão: uma breve história da Parada Gay de São Paulo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 2, p. 73-97, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31092/18181>. Acesso em: 03 jul. 2021.

VECCHIATTI, P. R. I. **Manual da homoafetividade**. Da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivo. São Paulo: Método, 2008. p. 107.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VIANNA, C.; CARVALHO, T. Formação e prática docente: sobre a visibilidade das professoras lésbicas. **Revista Brasileira de pesquisa sobre formação de professores**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 77-90, 2020. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/336>. Acesso em: 02 maio 2022.

VIEIRA, T. R.; CARDIN, V. S. G. (org.). **Pessoas em situação de rua**: invisibilidade, preconceitos e direitos. Brasília, DF: Zakarewicz Editora, 2018.

WARNER, M. **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

XAVIER JÚNIOR, F. O. **Abordagem policial ao público homossexual, bissexual e transgêneros na cidade de João Pessoa-PB**: análise legal e normativa. Monografia (Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2014. Disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4400?locale=pt\\_BR](https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4400?locale=pt_BR). Acesso em: 04 jan. 2022.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre, RS: Penso, 2016. 313 p.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e porque é importante? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2707/2659>. Acesso em: 04 jan. 2022.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDICCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA**

### CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor (a) .....,

Por meio desta apresentamos a pós-graduanda **Graciete Pantoja Antunes**, Mestranda em Currículo e Gestão da Educação Básica, matriculada nesta Instituição de ensino sob o nº **2020074670015.**, que está realizando a pesquisa intitulada **VIVÊNCIAS DOS JOVENS MILITANTES LGBTQIA+ EM FACE ÀS MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS PRESENTES NO CONVÍVIO SOCIAL E ESCOLAR EM IGARAPÉ-MIRI, PARÁ.** O objetivo do estudo é: Analisar as vivências de jovens militantes LGBTQIA+ no processo de escolarização em face às diversas manifestações homofóbicas presentes no convívio social e escolar em Igarapé-Miri, Pará. Na oportunidade, solicitamos autorização para que realize a pesquisa através da coleta de dados entrevista semiestruturada na qual será utilizado um roteiro de questões que o (a) senhor(a) responderá com liberdade. Seu depoimento será gravado em áudio, transcrito e posteriormente analisado com base no referencial teórico mobilizado.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes. Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador (a) em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, **preservando o sigilo quanto à identidade do pessoal envolvido e da instituição**, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelo participante. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração e nos colocamos à disposição para, em caso de dúvida, prestar outros esclarecimentos pelo telefone: (91) 3201-6940 ou (91) 9895-5565 pelo e-mail: [ppebufpa@gmail.com](mailto:ppebufpa@gmail.com).

Atenciosamente,

---

**Prof. Dra. Vivian da Silva Lobato.**  
Professor (a) orientador(a)

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDICCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA**  
**BÁSICA**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_ portador do RG. Nº \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa intitulada **VIVÊNCIAS DOS JOVENS MILITANTES LGBTQIA+ EM FACE ÀS MANIFESTAÇÕES HOMOFÓBICAS PRESENTES NO CONVÍVIO SOCIAL E ESCOLAR EM IGARAPÉ-MIRI, PARÁ.** desenvolvida pela acadêmica /pesquisadora **Graciete Pantoja Antunes** e permito que obtenha: (fotografia / filmagem / gravação) de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Igarapé- Miri, .....de ..... de 201.....

\_\_\_\_\_  
 Nome completo do pesquisado

Acadêmico/Pesquisador: \_\_\_\_\_

Professor Orientador: \_\_\_\_\_



## **APÊNDICE C - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

### **Militância**

Quanto tempo você faz parte da militância LGBTQIA+?

Inicialmente quantas pessoas faziam parte? E Hoje tem mais ou menos quantos militantes?

Você enfrentou muitos desafios para conquistar a visibilidade?

Como foram os primeiros ensaios de resistência na Militância?

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ e aqui em Igarapé-Miri existe algum caso de assassinato de algum militante?

E sobre a falta de registro, será que as pessoas tem medo de denunciar?

### **Convívio Social**

Quando você começou a afirmar a sua orientação sexual você sofreu algum tipo de violência em seu convívio social?

E sua família como reagiu a sua orientação sexual?

Você frequentava os espaços públicos? Era bem aceita (a) pela sociedade devido não se enquadrar nos padrões heteronormativo?

E hoje como está o seu convívio? Existe um certo respeito por parte da sociedade?

### **Vivência na escola**

Você estudou em escola pública?

Em quais escolas você estudou aqui na cidade?

Concluiu o ensino Médio em qual escola?

Como era a sua vivência nessa escola?

Você passou por algum tipo de preconceito relacionado a sua orientação sexual?

E como era a conduta dos professores e de seus colegas de classe?

Você era envolvida nos eventos da escola?

No decorrer da sua vivência na educação básica, tem algo que marcou a sua vida como positivo ou negativo? Quais foram?